



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

KELLY CRISTINE DA SILVA ALMEIDA

ENQUADRAMENTO NA COBERTURA DA CPI DA COVID:
o lugar das senadoras no *Instagram* de *O Globo* e *Folha de S.Paulo*

BRASÍLIA/DF

2025

KELLY CRISTINE DA SILVA ALMEIDA

ENQUADRAMENTO NA COBERTURA DA CPI DA COVID:

o lugar das senadoras no *Instagram* de *O Globo* e *Folha de S.Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais

Orientadora: Prof. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho

BRASÍLIA/DF

2025

KELLY CRISTINE DA SILVA ALMEIDA

ENQUADRAMENTO NA COBERTURA DA CPI DA COVID:

o lugar das senadoras no *Instagram* de *O Globo* e *Folha de S.Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho – FAC/UnB
Orientadora

Nelia Rodrigues Del Bianco
Avaliadora – Membro interno

Karina Gomes Barbosa da Silva
Avaliadora – Membro externo

Mariana Ferreira Lopes
Avaliadora – Suplente

Brasília/DF

2024

Este trabalho é dedicado às mulheres que me cercam, me inspiram, me ensinam, me fortalecem. É uma homenagem às mulheres que desafiam limites, que ousam existir em plenitude. Que, mesmo diante da história, da violência, da incompreensão e do julgamento, seguem firmes, se qualificam e se recusam a aceitar os padrões impostos sobre nossos caminhos, nossos corpos e nossos futuros. É para todas que, ao longo da trajetória humana, enfrentaram os mais difíceis obstáculos – muitas vezes à custa da própria vida – para abrir caminhos e tornar o hoje e o amanhã mais justos e livres para cada uma de nós. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica é, muitas vezes, solitária. E é justamente na solidão do nosso mundo interno que o amor e a admiração pelos nossos pulsam ainda mais fortes. E eu sou pura gratidão! A quem tem me sustentado de pé todos os dias, meu Deus de infinitas bondades, todas as minhas honras e glórias.

Aos meus pais, Cristina e Bosco, nunca serei grata o suficiente pela condução amorosa, dedicada e resiliente que sempre me ofereceram. Ao meu pai, o reconhecimento eterno por ter me apresentado à Comunicação, mas, sobretudo, por mesmo diante da dor mais profunda da saudade, me ensinar sobre um amor que transcende qualquer plano ou distância física. Só há saudade onde há amor, e sei que, de algum lugar, ele celebra esta conquista comigo, feliz por eu estar fazendo algo que “ninguém nunca vai poder tirar de mim”.

À minha mãe, dona de um dos corações mais generosos que conheço: obrigada. Por seguir firme, por segurar a minha mão, por manter a firmeza nos mais difíceis e dolorosos momentos, por nunca abrir mão da simplicidade para me apresentar o mundo com um olhar humano.

Aos meus irmãos, Heloísa e Guilherme, os maiores presentes que já ganhei na vida, por me ensinarem tanto sobre cumplicidade ao longo de todos esses anos. Para vocês, meus eternos melhores amigos, todo amor que eu tenho nessa vida. Para sempre nós!

Ao meu grande companheiro de jornada e de vida, Fabio, agradeço o privilégio do nosso encontro, por me estender a mão todos os dias e por me permitir viver um amor sereno, verdadeiro, cheio de paz e certezas. Um tesouro!

À melhor e mais dedicada orientadora, Rafiza, por ter curtido comigo cada etapa deste trabalho, conduzindo o processo com ensinamento, acolhimento e entusiasmo. Nada disso seria possível sem o seu carinho, o seu amor pela Comunicação e a sua confiança no potencial desta pesquisa. Às professoras Nelia e Karina pelos ensinamentos nas duas bancas. Aos meus colegas da UnB por terem sido apoio diário nessa jornada acadêmica.

Às minhas amigas e a todas as mulheres fortes que me inspiram diariamente, obrigada por compartilharem tanto comigo.

“Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar”
(“Triste, Louca Ou Má”,
Francisco, el Hombre)

RESUMO

Esta dissertação apresenta o resultado da análise do *Enquadramento da cobertura da CPI da Covid: o lugar das senadoras no Instagram de O Globo e Folha de S.Paulo*, cujo problema de pesquisa buscou entender qual espaço foi dado para as senadoras na cobertura da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal nos dois jornais, especificamente nas páginas oficiais do Instagram dos veículos, no período de 27 de abril a 5 de novembro de 2021, vigência da CPI. A partir, inicialmente, de 337 publicações (156 da *Folha* e 181 de *O Globo*), a pesquisa examinou o enquadramento das postagens, analisando como palavras, imagens, narrativas e a ausência de postagens podem silenciar, desacreditar ou reforçar estereótipos de gênero. Do total de publicações analisadas, restaram apenas dez posts que abordaram especificamente as senadoras, evidenciando a pouca visibilidade dada a elas no contexto da CPI. A metodologia combinou análise de conteúdo e de enquadramento, com fundamentação sobretudo em Laurence Bardin, permitindo uma compreensão de como os veículos construíram narrativas sobre a presença feminina na Comissão. Os achados revelam uma cobertura centrada em narrativas de conflito e emoção, negligenciando ou deslegitimando a competência técnica das parlamentares. Além disso, evidenciam a perpetuação de práticas que ora invisibilizam, ora reforçam estereótipos de gênero sobre as mulheres no cenário político.

Palavras-chave: jornalismo; gênero; mulheres; política; enquadramento multimodal; análise de conteúdo.

ABSTRACT

This dissertation presents the findings of an analysis on the framing of the Covid CPI (Parliamentary Inquiry Commission) coverage: the representation of female senators on the Instagram accounts of *O Globo* and *Folha de S.Paulo*. The research question sought to understand the space allocated to female senators in the coverage of the Senate's Parliamentary Inquiry Commission by these two newspapers, specifically on their official Instagram profiles, during the CPI's duration from April 27 to November 5, 2021. Initially encompassing 337 posts (156 from *Folha* and 181 from *O Globo*), the study examined the framing of these publications, analyzing how words, images, narratives, and the absence of posts may silence, discredit, or reinforce gender stereotypes. From the total posts analyzed, only ten specifically addressed female senators, highlighting the limited visibility afforded to them in the context of the CPI. The methodology combined content analysis and framing analysis, primarily based on Laurence Bardin, enabling an in-depth understanding of how these media outlets constructed narratives about the presence of women in the Commission. The findings reveal that the coverage predominantly centered on narratives of conflict and emotion, often neglecting or undermining the technical expertise of female senators. These results highlight the perpetuation of practices that either marginalize or reinforce gender stereotypes about women in the political sphere.

Keywords: journalism; gender; women; politics; multimodal framing; content analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mortes por Covid registradas no mundo, entre 26 de fevereiro de 2020 e 23 de abril de 2022.....	25
Figura 2 - Concentração de mortes por Covid por continentes e reunidas pela Organização Mundial da Saúde	26
Figura 3 - Justificativa do então presidente Jair Bolsonaro para a mudança que o governo federal fez na divulgação de dados sobre mortes diárias por Covid no Brasil, em junho de 2020.	28
Figura 4 - Em janeiro de 2021, uma grave escassez de oxigênio nos hospitais de Manaus fez familiares de pacientes internados buscarem cilindros e levarem até os hospitais	36
Figura 5 - A falta de oxigênio resultou em filas para a compra de oxigênio na fábrica Carboxi, em Manaus.....	37
Figura 6 - Familiares de pacientes internados fazem peregrinação para comprar oxigênio em Manaus, em janeiro de 2021	38
Figura 7 - Reprodução do requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, então filiado ao partido Rede Sustentabilidade, com pedido de abertura da CPI da Covid, no Senado Federal.	40
Figura 8 - Reunião da comissão para depoimento de testemunhas contou apenas com a participação de senadores homens.....	45
Figura 9 - No dia 5 de maio de 2021, a reunião da CPI ficou suspensa por 5 minutos depois que senadores governistas alegaram não haver previsão regimental para a participação da Bancada Feminina na comissão.....	47
Figura 10 - No dia 21 de setembro de 2021, a reunião da CPI foi suspensa por 10 minutos depois de o então ministro Wagner Rosário chamar a senadora Simone Tebet de “descontrolada”	49
Figura 11 - Bertha Lutz em Natal, no Rio Grande do Norte, um dos locais onde ela fez campanha pelo direito ao voto feminino, em 1928	68
Figura 12 - Capa da revista IstoÉ. A edição da revista foi publicada em abril de 2016	76
Figura 13 - Reprodução da primeira postagem do <i>Globo</i> que dá espaço para uma senadora, em 28 de abril.	120

Figura 14 - Reprodução da segunda postagem dO Globo que dá espaço para as senadoras, em 18 de maio de 2021.....	121
Figura 15 - Reprodução da terceira postagem dO Globo que dá espaço para as senadoras, em 2 de julho de 2021.....	122
Figura 16 - Reprodução da quarta postagem dO Globo que dá espaço para as senadoras, em 15 de julho de 2021	123
Figura 17 - Reprodução da quinta postagem dO Globo que dá espaço para as senadoras, em 21 de setembro de 2021	124
Figura 18 Reprodução da sexta e última postagem dO Globo com os nomes das senadoras na legenda, em 6 de outubro de 2021	125
Figura 19 - Reprodução da primeira postagem da Folha com o nome e um vídeo da senadora Simone Tebet, em 25 de junho de 2021	127
Figura 20 - Reprodução da segunda postagem da Folha com o nome e uma fala da senadora Simone Tebet, em 4 de agosto de 2021.....	128
Figura 21 - Reprodução da terceira postagem da Folha com o momento em que Simone Tebet foi chamada de descontrolada pelo então ministro da Controladoria-Geral da União, em 21 de setembro de 2021	130
Figura 22 - Reprodução da segunda postagem da Folha com trecho do vídeo da fala da senadora Simone Tebet, em 22 de setembro de 2021.....	131
Figura 23 - Principais adjetivos utilizados nas legendas dos posts de <i>O Globo</i> , sendo ‘descontrolada’ por duas vezes e ‘machista’ por três vezes	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de votos dos candidatos à Presidência da República no primeiro turno das eleições de 2022.....	53
Gráfico 2 - Posts sobre a CPI da Covid feitos pelo <i>O Globo</i> e pela <i>Folha</i>	114
Gráfico 3 - Divisão do tempo de fala das reuniões da CPI da Covid.	117
Gráfico 4 - Tempo total de fala das senadoras na CPI da Covid.....	118
Gráfico 5 - Adjetivos utilizados pela <i>Folha de S.Paulo</i> nas postagens voltadas para as senadoras	137
Gráfico 6 - Divisão de posts publicados pelos dois jornais nas páginas oficiais do Instagram durante a cobertura da CPI da Covid.....	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Falas do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre a vacinação da população brasileira contra a Covid-19.	31
Quadro 2 - Países que começaram a aplicar a vacina contra a Covid antes do Brasil. As informações estão divididas entre a data de início e os países que deram início ao esquema vacinal antes de 17 de janeiro de 2021.	33
Quadro 3 - Textos dos Códigos Eleitorais do Brasil ao longo do tempo	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Planilha com todos os posts do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> sobre CPI da Covid..	177
Tabela 2 - Posts do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> sobre CPI da Covid com menções às senadoras.	182
Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal <i>O Globo</i> sobre CPI da Covid.....	183
Tabela 4 - Posts do jornal <i>O Globo</i> sobre CPI da Covid com menções às senadoras.....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CGU	Controladoria-Geral da União
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGR	Procuradoria-Geral da República
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressista
PRS	Projeto de Resolução do Senado
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	CPI DA COVID: O DESCASO DE UM GOVERNO E A BATALHA POLÍTICA NO CONGRESSO NACIONAL.....	23
3.	A EXCLUSÃO HISTÓRICA E PERSISTENTE DAS MULHERES NA POLÍTICA: BARREIRAS DE GÊNERO E RAÇA NO PARLAMENTO BRASILEIRO	57
4.	IMPrensa, MÍDIAS SOCIAIS E O INSTAGRAM.....	86
4.1.	INSTAGRAM	92
4.2.	O GLOBO, A FOLHA E AS ESTRATÉGIAS NO INSTAGRAM.....	93
4.3.	O PERFIL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS.....	99
5.	MÉTODOS DE ANÁLISE	104
5.1.	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	105
5.2.	ENQUADRAMENTO.....	108
5.3.	ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADA AO TRABALHO	112
5.4.	ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO APLICADA AO TRABALHO	114
6.	ANÁLISE	116
6.1.	DESCRIÇÃO DOS POSTS O GLOBO	119
6.2.	DESCRIÇÃO DOS POSTS FOLHA DE S.PAULO	126
6.3.	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	132
6.3.1.	Categorização sintática O Globo	133
6.3.2.	Categorização sintática Folha.....	136
6.3.3.	Avaliação geral da categorização sintática dos dois jornais	137
6.3.4.	Avaliação a partir das unidades de análise	139
6.3.4.1.	Unidades de análise em postagens d'O Globo.....	140
6.3.4.2.	Unidades de análise em postagens da Folha de S.Paulo.....	142
6.3.4.3.	Comparações entre O Globo e Folha de S.Paulo	143
6.4.	ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS POSTS	145
6.4.1.	Enquadramento de conflitos.....	146
6.5.	DISCUSSÃO	148
7.	CONCLUSÃO.....	153

REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE I.....	177
APÊNDICE II	182
APÊNDICE III.....	183
APÊNDICE IV	189

1. INTRODUÇÃO

Mulheres são maioria no eleitorado brasileiro, mas este é um fato que não encontra correspondência na representação política no país. No Brasil, elas ocupam menos de 20% do Parlamento e nunca presidiram o Poder Legislativo. Conquistaram uma única vez uma vaga no Palácio do Planalto, mas foram retiradas de lá. No Judiciário, apenas três mulheres chegaram à Suprema Corte Brasileira em 132 anos. A exclusão feminina dos espaços de poder é histórica. Barreiras culturais e estruturais dificultam o reconhecimento da legitimidade feminina e o acesso a posições de liderança, perpetuando uma dinâmica de desigualdades (Beauvoir, 2019).

A divisão sexual do trabalho e os padrões sociais naturalizam a exclusão das mulheres de posições de comando e visibilidade, ao mesmo tempo que reforçam estruturas que privilegiam homens e favorecem a hegemonia masculina (Bourdieu, 2020; Biroli, 2018). Tais desafios e limitações ficam evidentes em momentos políticos históricos, como ocorreu na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, realizada entre abril e novembro de 2021 no Senado Federal.

Embora as senadoras tenham desempenhado funções importantes nos debates e nas investigações da CPI, a presença delas foi assegurada apenas após intensas articulações da Bancada Feminina¹. Ainda assim, elas não tiveram direito a qualquer tipo de voto no colegiado. A atuação das senadoras esteve frequentemente sujeita a tentativas de silenciamento e à reprodução de estereótipos de gênero. Contudo, a relevância da presença delas destaca a necessidade de compreender como as mulheres que alcançam cargos políticos são representadas pela mídia, um dos principais mediadoras das percepções públicas e influenciador nos processos de formação de voto. A cobertura da CPI pelos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* é um exemplo significativo de como as narrativas midiáticas podem reforçar ou contestar dinâmicas excludentes e estereótipos de gênero.

¹ A Bancada Feminina do Senado Federal, criada em 2021 por iniciativa das senadoras, é um grupo com liderança rotativa que representa as parlamentares na Casa. Tem direitos equivalentes aos de líderes partidários, como participar do Colégio de Líderes, orientar votações, ter preferência no uso da palavra, indicar proposições para a ordem do dia e acesso a espaço físico e estrutura permanentes. A Bancada foi criada com o objetivo de fortalecer a igualdade de gênero na política e priorizar pautas de interesse das mulheres.

Esse contexto evidencia a necessidade de investigar as dinâmicas na política brasileira e como as mulheres que chegam ao poder são representadas pela mídia tradicional, cuja influência nos processos de formação de voto é amplamente reconhecida (Berelson *et al.*, 1954).

Este estudo analisou a cobertura da CPI da Covid pelas páginas oficiais dos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Instagram. A escolha dos veículos se fundamenta na relevância histórica dos dois, nas métricas de circulação e na abrangência nacional, bem como na presença nas plataformas digitais. Os objetivos específicos foram: (i) identificar os temas e narrativas predominantes nas postagens sobre as senadoras; (ii) avaliar se as publicações reforçam ou contestam estereótipos de gênero; (iii) compreender como os elementos multimodais (texto e imagem) contribuíram para a construção dessas narrativas; e (iv) comparar as abordagens editoriais dos dois jornais.

A relevância deste estudo está amparada na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a representação das mulheres na política brasileira, especialmente em contextos de alta visibilidade midiática, como ocorreu com a CPI da Covid. Além disso, a análise da cobertura jornalística em mídias sociais contribui para o debate sobre as transformações nos modos de produção, circulação e consumo de informação no ambiente digital, bem como os desafios que permanecem na busca por igualdade de gênero.

A pesquisa considerou como referências autores como Simone de Beauvoir (2019), Pierre Bourdieu (2020), Flávia Biroli (2018), Angela Davis (2017) e Silvia Federici (2023). A exclusão feminina é apresentada como parte de uma dinâmica histórica que perpetua a dominação masculina e marginaliza especialmente mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+. A análise também considerou os conceitos de enquadramento (Goffman, 2012; Entman, 1993) e análise de conteúdo (Bardin, 2011; Franco, 2021), com ênfase nos aspectos multimodais das publicações.

O trabalho está organizado em sete seções. A primeira apresenta o tema da pesquisa, o problema investigado, os objetivos geral e específicos, a justificativa da escolha temática e a relevância acadêmica e social da pesquisa. É uma forma de situar o leitor sobre a importância da representação feminina na política brasileira e os desafios enfrentados pelas mulheres nesse campo.

A segunda aborda a evolução da pandemia de Covid-19, destacando o impacto da doença, sua alta letalidade e as disputas políticas desencadeadas pela gestão da crise

sanitária. Até o fim de 2024, o mundo havia registrado mais de 7 milhões de mortes, segundo a OMS², sendo Estados Unidos e Brasil responsáveis por aproximadamente 27% dos óbitos globais.

No Brasil, a pandemia resultou em mais de 714 mil mortes até o fim de 2024, de acordo com o Ministério da Saúde³ (Brasil; Ministério da Saúde, 2025), o que representa 10,2% do número total de óbitos. A alta letalidade foi atribuída a fatores como atraso na aquisição de vacinas, desinformação sobre medidas preventivas e incentivo a tratamentos sem eficácia comprovada. A postura do governo de Jair Bolsonaro, marcada pelo negacionismo e pela rejeição de medidas baseadas em evidências científicas, gerou forte oposição no Congresso Nacional e reações políticas e sociais intensas, culminando na criação da CPI da Covid.

A segunda seção discute ainda a ausência de indicações formais de mulheres para compor a CPI e como a presença feminina foi garantida por meio da articulação da Bancada Feminina, apesar dos desafios enfrentados pelas senadoras para atuar em um ambiente institucional dominado por homens.

A terceira seção discute, com base em teorias feministas e estudos de gênero, a exclusão histórica e persistente das mulheres na política brasileira, evidenciando as barreiras de gênero e raça. Examina como o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, conforme analisados por Federici (2017) e Biroli (2018), estruturaram historicamente o capitalismo de forma a excluir as mulheres de determinadas posições e a reforçar a dependência econômica delas. A seção relembra a trajetória de mulheres como Bertha Lutz e Celina Guimarães, que abriram caminho na vida pública para as gerações futuras, mas cujas conquistas não garantiram paridade de gênero na política.

A seção explora ainda como as normas sociais e culturais perpetuam a dominação masculina e a marginalizam ainda mais mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ no Parlamento brasileiro. A sub-representação de mulheres negras no Senado, por exemplo, é ilustrada pelo fato de que, em toda a história, apenas quatro senadoras se autodeclararam

² Uma atualização epidemiológica sobre Covid-19 foi divulgada pela OMS no dia 24 de dezembro de 2024. O documento mostrou que, entre o início da pandemia e 10 de novembro de 2024, foram notificados mais de 776,8 milhões de casos confirmados e mais de 7 milhões de mortes no mundo, com a maior parte dos óbitos concentrada nos anos de 2020 a 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-epidemiological-update---24-december-2024>. Acesso em: 16 jan. 2025.

³ Informações disponíveis em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 16 jan. 2025.

negras: Laélia de Alcântara, Benedita da Silva, Marina Silva e Regina Sousa. Além disso, a violência política de gênero, amplamente documentada por estudos recentes (Pinho, 2020; Souza, 2022; Silva, 2024), é apresentada como uma das barreiras que impedem a ascensão feminina na política.

A quarta seção explora a trajetória histórica e as transformações recentes do jornalismo no Brasil, com foco na atuação dos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no ambiente digital, em especial no Instagram. A análise contextualiza a relevância histórica da imprensa brasileira como mediadora do debate público e defensora da democracia, ao mesmo tempo em que analisa os desafios contemporâneos da digitalização e a adaptação dos veículos de comunicação às plataformas digitais.

Partindo do contexto de declínio das tiragens impressas dos jornais (Yahya, 2023) e do aumento da preferência pelo consumo de informações em plataformas digitais (Veronesi, 2023), a quarta seção apresenta a transição dessas mídias tradicionais para o ambiente online. Considera-se, ainda, a relevância do Instagram no Brasil, com mais de 134 milhões de usuários em 2024, o que reforça o potencial da plataforma como ferramenta de engajamento e disseminação de conteúdos jornalísticos (Kemp, 2024).

Além disso, a seção aborda a dinâmica das mídias sociais como espaços interativos que conectam atores sociais, conforme definido por Recuero (2009), que afirma serem as interações mediadas pela tecnologia fundamentais para a construção de laços sociais e circulação de informações.

Outro ponto central é o debate sobre diversidade e representatividade no jornalismo brasileiro, especialmente no que se refere à predominância de mulheres na profissão (58%) e, ao mesmo tempo, a sub-representação feminina em cargos de liderança, com apenas 23% das principais posições ocupadas por elas (Arguedas; Mukherjee; Nielsen, 2024). Por fim, a quarta seção discute o papel das mídias sociais na formação de narrativas jornalísticas e na interação com diferentes públicos. De muitas maneiras, o padrão que se percebe na política se repete quando se fala do campo profissional do jornalismo.

Duas perguntas guiaram a pesquisa, ainda que possam ser subsumidas em uma só: *As senadoras tiveram espaço na cobertura da imprensa sobre a CPI da Covid? Como foi esse espaço?* Esses questionamentos surgiram como uma forma de investigar e entender se a cobertura da imprensa refletiu a tentativa de silenciamento que as senadoras enfrentaram

no Parlamento brasileiro durante a comissão que investigou a pandemia de saúde mais grave enfrentada pelo mundo nos últimos anos.

Na quinta seção é apresentada a base do percurso metodológico adotado para investigar a cobertura da CPI pelos jornais e seus resultados. A análise compreendeu o período de 27 de abril a 5 de novembro de 2021, totalizando, inicialmente, 337 publicações no Instagram, com foco em como as senadoras foram retratadas nesse contexto. Fundamentada em conceitos de análise de conteúdo e enquadramento, esta etapa examinou tanto a presença como o significado atribuído à atuação das mulheres na cobertura jornalística, buscando identificar elementos que podem, ou não, reforçar estereótipos de gênero ou invisibilizar a participação das senadoras – ou contradizer essas perspectivas.

Nesse momento, optou-se por somar duas abordagens metodológicas distintas, mas que se entendeu como complementares neste trabalho: a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011) e a análise de enquadramento de acordo com Goffman (2012).

As publicações dos jornais em suas páginas no Instagram foram analisadas a partir da seleção de imagens e palavras que as compõem, baseando-se na ideia de que “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo” (Entman, 1993, p. 52) e de que a análise de conteúdo leva em consideração tanto elementos verbais quanto não-verbais das mensagens.

Para a percepção de enquadramento, Goffman (2012) sugere que o relato visual não apenas representa, como também influencia percepções e eventos futuros. Já para explorar as mensagens explícitas e implícitas das publicações, a análise de conteúdo seguiu os métodos de Bardin (2011) e Franco (2021). Bardin (2011) aponta que, na comunicação, as mensagens podem ser interpretadas tanto por frequências quantitativas quanto pela presença ou ausência de elementos qualitativos, considerando que palavras e imagens têm significados dependentes do contexto em que se inserem.

Bardin (2011) contribui ainda com um modelo estruturado de análise, dividindo a pesquisa em etapas como pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, permitindo compreender os padrões linguísticos e visuais das narrativas apresentadas. Também foi usada uma análise comparativa entre os dois veículos, identificando diferenças nas estratégias editoriais e referentes ao público-alvo, conforme sugerido por Sampaio e Lycarião (2021).

A sexta seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, onde são analisados os principais temas e as narrativas presentes nas publicações dos jornais, bem como as estratégias de enquadramento utilizadas para retratar a atuação das senadoras. Os achados evidenciam como os jornais abordaram o protagonismo feminino na CPI, revelando elementos que reforçam ou contradizem estereótipos de gênero. A comparação entre os enfoques de *O Globo* e *Folha de S.Paulo* revela diferenças nas estratégias editoriais e na construção de narrativas sobre as parlamentares.

Por fim, a sétima seção apresenta as considerações finais da pesquisa, sintetizando os principais resultados e discutindo as contribuições para os campos da comunicação, dos estudos de gênero e da política. Também apresenta uma reflexão sobre as limitações do estudo e propõe caminhos para futuras investigações, especialmente no que diz respeito ao papel da mídia na construção de representações sociais e na promoção da igualdade de gênero. Este trabalho contribui para o debate acadêmico sobre representatividade feminina na política e reforça a importância de práticas jornalísticas que questionem as dinâmicas excludentes e promovam maior diversidade nos espaços de poder e decisão.

2. CPI DA COVID: O DESCASO DE UM GOVERNO E A BATALHA POLÍTICA NO CONGRESSO NACIONAL

Um alerta sobre diversos casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, chegou à Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019. Naquele momento, cidadãos e médicos não sabiam do que se tratava, mas, já no início de 2020, autoridades chinesas confirmaram a detecção de um novo coronavírus, causador de síndromes respiratórias e, até então, não identificado em seres humanos. No fim de janeiro de 2020, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), definida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) como “o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional”⁴ (OPAS, 2023).

Em 11 de fevereiro de 2020, o vírus, até aquele momento nomeado 2019-nCoV, foi batizado de SARS-CoV-2. Um mês depois, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, ou seja, indicando que as infecções haviam se espalhado para vários países e regiões no mundo. No Brasil, o primeiro caso confirmado ocorreu em 26 de fevereiro de 2020. O paciente era um homem de 61 anos, com registro de viagem recente para a Itália. Ao divulgar o primeiro caso, o Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, alertou que o “Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico”⁵ (Brasil; Conselho Nacional de Saúde, 2020). A justificativa do governo federal, explicada no comunicado, alegava não haver motivos para pânico, já que “todos os estados e o Distrito Federal estão com planos de contingência elaborados” (Brasil; Conselho Nacional de Saúde, 2020).

Entre a publicação desta notícia, em 27 de fevereiro de 2020, e o dia 22 de abril de 2022, quando o governo brasileiro declarou fim da emergência em Saúde Pública em razão da Covid-19⁶ (Brasil; Ministério da Saúde, 2022), o país acumulou 30.252.618 casos da doença e 661.960 mortes em decorrência das complicações do novo coronavírus. Os altos índices de transmissão e óbitos registrados a cada dia colocaram o Brasil entre os mais letais

⁴ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 7 fev. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em: 7 fev. 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em: 7 fev. 2024.

durante a pandemia de Covid. Desde o início, o país ficou atrás apenas dos Estados Unidos no *ranking* de mortes.

Em 29 de março de 2021, o Brasil teve o dia mais letal para a doença, com 3.541 óbitos. Os dados foram disponibilizados pela Associação de Registradores de Pessoas Naturais, que reúne números dos cartórios de registro civil, e divulgados pela imprensa⁷ (Madeiro, 2022). O índice foi maior do que o pico registrado nos Estados Unidos, de 3,4 mil mortes em um único dia, em janeiro de 2021⁸ (Sampaio, 2022).

Dados compilados pelo *Our World in Data*⁹ confirmam o Brasil em segundo lugar entre os países com mais mortes de Covid. A curva gráfica produzida pelo *Our World in Data* e disponibilizada em seu *site* oficial mostra os Estados Unidos à frente e o Brasil logo em seguida¹⁰.

Entre 26 de fevereiro de 2020, data de registro do primeiro caso de Covid no Brasil, e 23 de abril de 2022, um dia depois de o governo brasileiro decretar o fim da emergência em Saúde Pública, o Brasil se mantinha bem à frente no gráfico, quando comparado com os próximos países da listagem: Índia, Rússia, México, Peru, Reino Unido, Itália, Indonésia, França, Irã, Alemanha, Colômbia, Argentina, Polônia, Ucrânia, Espanha, África do Sul, Turquia e Romênia.

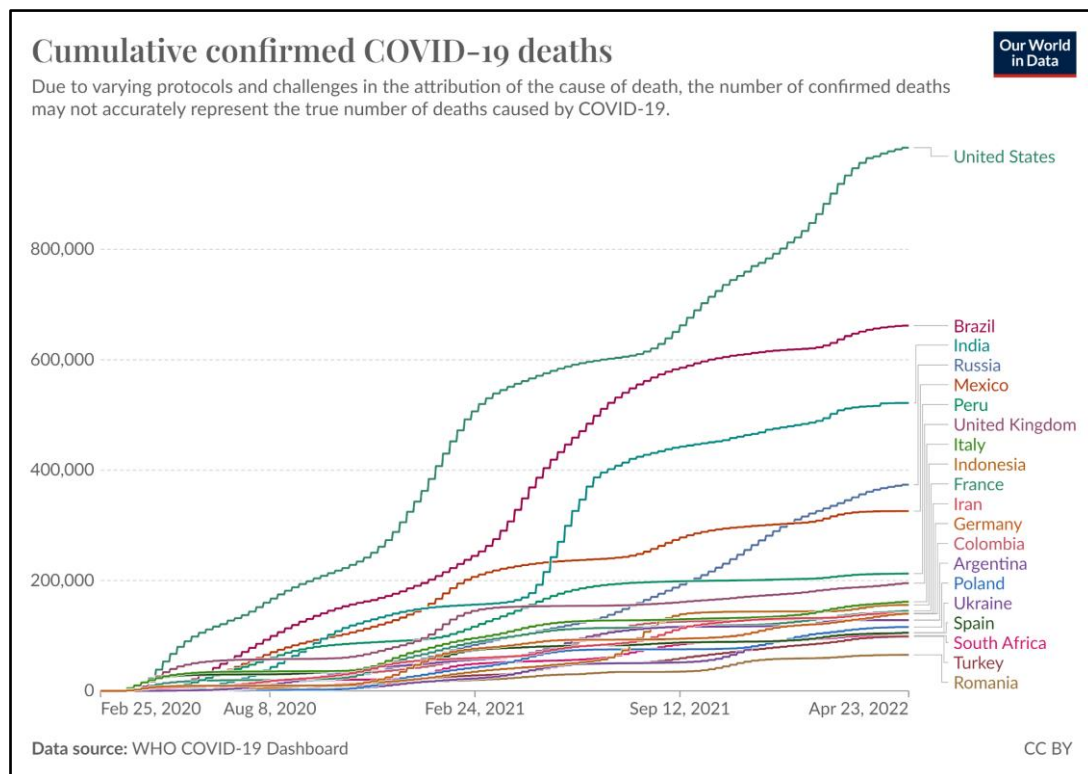
⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2022/01/17/dia-mais-letal-da-pandemia-no-pais-teve-mais-mortes-que-dezembro-de-2021.htm>. Acesso em: 18 maio. 2024.

⁸ Disponível em: <https://g1.Globo.com/mundo/noticia/2022/01/27/eua-atingem-maior-media-de-mortes-por-covid-em-quase-1-ano.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

⁹ O *Our World in Data* é um projeto do *Global Change Data Lab*, organização sem fins lucrativos com sede no Reino Unido, e publica “pesquisas e dados para progredir contra os maiores problemas do mundo”. O material é elaborado produzido a partir de um esforço colaborativo entre pesquisadores da Universidade de Oxford, que são os contribuidores científicos do conteúdo do *site*. Disponível em: <https://ourworldindata.org/about>. Acesso em: 18 maio 2024.

¹⁰ Não por acaso, dois países que adotaram políticas negacionistas diante da pandemia.

Figura 1 - Mortes por Covid registradas no mundo, entre 26 de fevereiro de 2020 e 23 de abril de 2022.



Fonte: *Our World in Data* (2022).

No dia 23 de abril de 2022, fim da emergência em saúde, o Brasil registrou 45 novas mortes por Covid, com uma média móvel de 96 por dia. No acumulado até aquele momento, foram 662.663 mortes e 30.341.854 casos confirmados do novo coronavírus, de acordo com dados apurados pela imprensa¹¹ (G1, 2022a). A queda no número de mortes começou a ser registrada após o início do esquema vacinal no Brasil e em todo o mundo, mas a doença ainda segue matando.

Em 11 de janeiro de 2024, a epidemiologista Maria Van Kerkhove, líder da OMS para Covid-19, divulgou que o mundo fechou 2023 com a marca de mais de 7 milhões de mortes pela doença¹² (Van Kerkhove, 2024). Pela rede social X, antigo Twitter, a médica destacou que as mortes semanais mantiveram uma média de cerca de 2.400 no último trimestre de 2023, com aproximadamente 10 mil mortes no mundo só em dezembro, sendo mais da metade nos Estados Unidos.

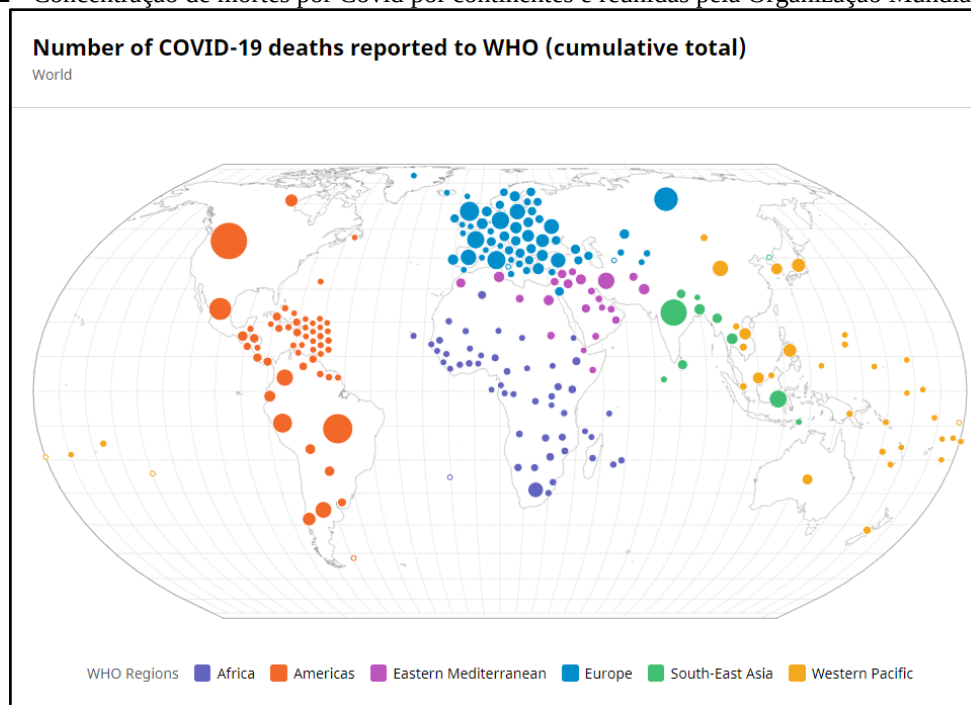
¹¹ Disponível em: <https://g1.Globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/04/23/brasil-registra-45-novas-mortes-por-covid-media-movel-e-de-96-por-dia.ghtml>. Acesso em: 18 mai. 2024.

¹² Disponível em: <https://x.com/mvankerkhove/status/1745340746578727310>. Acesso em: 18 mai. 2024.

A integrante da OMS atribui a persistência e disseminação da doença a uma combinação de fatores, incluindo evoluções do vírus e falta de medidas de saúde pública adequadas. Maria Van Kerkhove reforçou a necessidade de medidas preventivas serem mantidas pelo Poder Público, como testagem e uso de máscaras, e pediu que a população continue se vacinando, inclusive com as doses de reforço (Van Kerkhove, 2024).

Os dados destacados pela médica estão disponíveis no *site* da OMS¹³ (WHO, 2024) e revelam que 26,9% das 7.047.741 mortes registradas no mundo entre o início da pandemia e o dia 5 de maio de 2024 ficaram concentradas entre Estados Unidos (1,2 milhão) e Brasil (702 mil). No total, 20 países registraram mais de 100 mil mortes, cada um. Eles concentram 5.429.000 dos óbitos totais, ou seja, 77% de todas as mortes. São eles, além de Estados Unidos e Brasil: Índia (534 mil); Rússia (403 mil); México (335 mil), Reino Unido (232 mil), Peru (221 mil), Itália (197 mil), Alemanha (175 mil), França (168 mil), Indonésia (162 mil), Irã (147 mil), Colômbia (143 mil), Argentina (131 mil), China (122 mil), Espanha (122 mil), Polônia (121 mil), Ucrânia (110 mil), África do Sul (103 mil) e Turquia (101 mil).

Figura 2 - Concentração de mortes por Covid por continentes e reunidas pela Organização Mundial da Saúde



Fonte: Organização Mundial da Saúde¹³.

¹³ Disponível em: <https://data.who.int/dashboards/covid19/deaths?n=c>. Acesso em: 18 maio 2024.

Apesar de os dados da OMS guardarem o balanço de mortes registradas no Brasil, nem sempre os dados estiveram disponíveis integralmente para a população. Após o primeiro registro da doença no Brasil, ainda em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro chegou a criar uma plataforma com os números consolidados de casos e óbitos no país. No dia 29 de abril, durante uma semana em que o Brasil registrava recordes de mortes por Covid-19, com 474 óbitos em um único dia, segundo dados divulgados pela imprensa¹⁴ (Cancian; Fernandes, 2020), a Secretaria de Comunicação do governo federal lançou o “Placar da Vida”. A iniciativa foi implementada pelo Ministério da Saúde a pedido do então ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo.

O objetivo era enfatizar números positivos em meio à crise sanitária, com ênfase no total de brasileiros recuperados da doença. Divulgado diariamente nas mídias sociais do ministério, o placar apresentava dados sobre pacientes recuperados, classificados como “brasileiros salvos”, além de informações sobre os casos em recuperação. A ação utilizava *hashtags* como #NinguémFicaPraTrás e buscava equilibrar a percepção pública diante das notícias negativas relacionadas à pandemia, como os crescentes números de mortes e infecções.

A iniciativa foi alvo de críticas de especialistas¹⁵, que avaliaram a estratégia como uma forma de minimizar a gravidade da situação e reforçar narrativas negacionistas alinhadas à gestão do governo federal em relação à pandemia (Lemos, 2020). Ao omitir ou não dar destaque proporcional ao número de óbitos e ao crescimento exponencial de casos, o “Placar da Vida” teria contribuído para uma falsa percepção de controle da pandemia, induzindo a uma falta de cuidados da população em relação às medidas preventivas.

O Ministério da Saúde chegou a defender a iniciativa como parte de uma estratégia de divulgação ampla de dados, embora não tenha abordado as críticas sobre o impacto potencialmente enganoso da exaltação de aspectos positivos em um momento de alta mortalidade.

Em junho do mesmo ano, o governo federal também indisponibilizou as informações consolidadas sobre os casos de Covid e passou a divulgar apenas as notificações das 24 horas anteriores, sem apresentar a curva de crescimento da doença. Naquele momento, em 6 de

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/governo-bolsonaro-cria-placar-da-vida-para-destacar-recuperados-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2025.

¹⁵ Entrevistas com especialistas sobre o Placar da Vida estão disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52765075>. Acesso em: 16 jan. 2025.

junho de 2020, segundo dados disponibilizados pela imprensa, o Brasil totalizava 35.930 mortes e 672.846 casos notificados, mas o painel do Ministério da Saúde só apresentava os números das 24 horas anteriores: 904 mortes e 27.075 casos.

O jornal *El País* definiu a omissão dos dados consolidados como “um passo firme rumo ao apagão de conhecimento sobre a real amplitude da crise sanitária do Brasil — que é o segundo país no mundo em infecções (atrás apenas dos EUA) e o terceiro em mortes (atrás dos Estados Unidos e Reino Unido)”¹⁶ (Novaes, 2020). A mudança feita pelo Ministério da Saúde foi levada ao Ministério Público Federal, que pediu explicações ao então ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

Pelas mídias sociais, o então presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) justificou que “acumular dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam o momento do país. Outras ações estão em curso para melhorar a notificação dos casos e confirmação diagnóstica”¹⁷ (Bolsonaro, 2020).

Figura 3 - Justificativa do então presidente Jair Bolsonaro para a mudança que o governo federal fez na divulgação de dados sobre mortes diárias por Covid no Brasil, em junho de 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>. Acesso em: 14 mai. 2024.

¹⁷ A justificativa do ex-presidente foi publicada no Twitter. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1269241529387888640>. Acesso em: 14 mai. 2024.


Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 6 de jun de 2020 ...

1- O @minsaude adequou a divulgação dos dados sobre casos e mortes relacionados ao Covid-19.

Ao longo do enfrentamento da doença, a coleta de informações evoluiu com capacitação e serviços laboratoriais. As medidas, assim, permitem obter dados mais precisos sobre cada região.

4 mil 5 mil 30 mil








Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 6 de jun de 2020 ...

2- A divulgação dos dados de 24 horas permite acompanhar a realidade do país neste momento e definir estratégias adequadas para o atendimento a população. A curva de casos mostram as situações como as cenários mais críticos, as reversões de quadros e a necessidade para preparação

284 1 mil 6 mil








Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro

Inscrever-se

 ...

3- Ao acumular dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam o momento do país. Outras ações estão em curso para melhorar a notificação dos casos e confirmação diagnóstica.

9:15 AM · 6 de jun de 2020


Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 6 de jun de 2020 ...

4- As rotinas e fluxos estão sendo adequados para garantir a melhor extração dos dados diários, o que implica em aguardar os relatórios estaduais e checagem de dados.

143 1 mil 8 mil








Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 6 de jun de 2020 ...

5- Para evitar subnotificação e inconsistências, o @minsaude optou pela divulgação às 22h, o que permite passar por esse processo completo. A divulgação entre 17h e 19h, ainda havia risco subnotificação. Os fluxos estão sendo padronizados e adequados para a melhor precisão.

1 mil 2 mil 17 mil







Fonte: Reprodução de postagem feita por Bolsonaro no X (antigo Twitter).

O Ministério da Saúde, que divulgava boletins com os dados diariamente entre 17h e 19h, começou a fazê-lo às 22h, horário em que os principais telejornais brasileiros já haviam sido encerrados. Ao comentar a mudança na divulgação dos dados com apoiadores e jornalistas em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República,

Bolsonaro alegou que “acabou matéria no Jornal Nacional”¹⁸. O ex-presidente também chamou a TV Globo de “TV Funerária”. A emissora fez diversas críticas às omissões do governo e ao próprio ex-presidente pela condução da pandemia.

Com as mudanças na estratégia de divulgação dos dados, anunciadas pelo Ministério da Saúde e por Jair Bolsonaro, os veículos de imprensa decidiram, no dia 8 de junho de 2020, criar um consórcio com o objetivo de dar transparência aos dados de Covid.

Equipes de *G1*, *O Globo*, *Extra*, *O Estado de S.Paulo*, *Folha* e *UOL* coletavam dados nas secretarias de Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal e divulgavam os números sobre mortes e contaminados em conjunto, por volta das 20h. No mês de criação do consórcio, a pandemia de Covid superou 1 milhão de casos e 49 mil mortes no Brasil. A parceria entre os veículos de imprensa funcionou até 28 de janeiro de 2023, dois anos depois de a vacinação ter tido início no Brasil e os índices de mortalidade terem reduzido drasticamente, com uma média de 131 mortes em sete dias, de acordo com dados divulgados pelo portal *G1*¹⁹ (2023).

A vacinação no Brasil também gerou disputa política. Jair Bolsonaro fez diversas declarações públicas contrárias ao esquema vacinal. Foram tantos episódios que o portal *Poder 360* fez um compilado de frases do ex-presidente negando²⁰ a possibilidade de trabalhar pela liberação da vacina no país (Lopes, 2022).

¹⁸ Matéria completa disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/acabou-materia-no-jornal-nacional-diz-bolsonaro-sobre-atraso-em-divulgacao-de-boletim-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 2 jun 2024.

¹⁹ Números disponíveis em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/01/23/brasil-tem-media-de-131-mortes-por-covid-tendencia-e-de-estabilidade-pelo-quinto-dia.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 18 maio 2024.

Quadro 1 - Falas do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre a vacinação da população brasileira contra a Covid-19.

FRASES DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO SOBRE A VACINAÇÃO NO BRASIL	
DATA	DECLARAÇÃO
21 de outubro de 2020	“Para o meu governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. O povo brasileiro não será cobaia de ninguém”.
15 de dezembro de 2020	“Como sempre, eu nunca fugi da verdade, eu te digo: eu não vou tomar vacina. E ponto final. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é meu. E ponto final”.
17 de dezembro de 2020	“Se você virar um jacaré, problema de você. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. Como é que você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a 3ª fase ainda, que está na experimental?”
19 de dezembro de 2020	“A pressa da vacina não se justifica porque você mexe com a vida das pessoas, você vai inocular algo em você”.
23 de dezembro de 2020	“Eu tive a melhor vacina: o vírus”.
7 de janeiro de 2021	“Vocês sabem quantos por cento da população vai tomar vacina? Pelo o que eu sei, menos da metade vai tomar”.
11 de fevereiro de 2021	“Quando eu falei remédio lá atrás, levei pancada. Nego bateu em mim até não querer mais. Entrou na pilha da vacina. O cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil. Nós devemos ter várias opções”.
9 de junho de 2021	“E eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda? Está [em estado] experimental. Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxiclороquina, em especial na região amazônica”.
17 de junho de 2021	“Eu estou vacinado entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou vírus para valer. Quem pegou o vírus está imunizado, não se discute”.
8 de dezembro de 2021	“Da minha parte, eu não tomei vacina e não vou tomar vacina. É um direito meu e de quem não quer tomar. Até porque os efeitos colaterais e adversos são enormes”.

Fonte: Elaboração própria com dados do *Poder 360* (Lopes, 2022).

Das falas listadas, é possível compreender que o ex-presidente adotou uma postura de ceticismo em relação à vacinação contra a Covid-19, levantando dúvidas sobre a segurança e a eficácia das vacinas. Ele argumentava que os imunizantes ainda estariam em fase experimental e questionava a pressa em disponibilizá-los, sugerindo que isso colocaria em risco a segurança da população. Bolsonaro também defendeu a imunidade natural,

adquirida pela infecção pelo vírus, como mais eficaz do que a proporcionada pelas vacinas. Ele reforçou as próprias escolhas de não se vacinar e criticou a obrigatoriedade da imunização. Mais do que isso, na verdade, Bolsonaro se colocou em oposição à vacinação.

Além disso, o ex-presidente usava uma retórica irônica e desafiadora, fazendo referências a efeitos adversos improváveis, o que parecia alimentar a desconfiança pública em relação às vacinas. Em contraponto, defendia o uso de medicamentos como a hidroxicloroquina, alegando que não apresentavam riscos, enquanto atribuía às vacinas “enormes efeitos colaterais”.

As inúmeras declarações contrárias ao esquema vacinal no Brasil também teriam influenciado o governo de Jair Bolsonaro a recusar ofertas para a compra de vacinas. O *Portal G1* revelou que o Executivo ignorou 11 vezes propostas de compra dos imunizantes²¹ (Guedes, 2021). A rejeição para a compra de 70 milhões de doses da Pfizer²², em agosto de 2020, também entrou na mira da oposição de Bolsonaro no Congresso Nacional (Schreiber, 2021).

No dia 17 de janeiro de 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou por unanimidade o uso emergencial do imunizante Coronavac, desenvolvido pelo Instituto Butantan²³ e pela farmacêutica chinesa Sinovac. A decisão da Anvisa também autorizava a aplicação da vacina Covishield, da farmacêutica Serum Institute of India, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford/Fiocruz²⁴ (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2021), destacando que, apesar da liberação, os laboratórios deveriam continuar pesquisando sobre a eficácia dos imunizantes.

Tanto a Fiocruz quanto o Instituto Butantan devem dar continuidade aos estudos e à geração de dados para permitir o registro sanitário na Anvisa. Da mesma forma, ambos precisam manter o monitoramento da segurança das vacinas, fundamental para garantir que os benefícios continuem a superar os riscos para as pessoas que recebem vacinas contra Covid-19. A Anvisa, como órgão regulador federal, pode revisar e ajustar as condições para o uso emergencial frente a resultados que sejam

²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

²² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57018138>. Acesso em: 18 maio 2024.

²³ O Instituto Butantan é o maior produtor de vacinas e soros da América Latina e o principal produtor de imunobiológicos do Brasil. Está localizado em São Paulo e é responsável pela maioria dos soros hiperimunes utilizados no Brasil contra venenos de animais peçonhentos, toxinas bacterianas e o vírus da raiva. Também responde por grande volume da produção nacional de antígenos vacinais, produzindo 100% das vacinas contra o vírus influenza usadas na Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe. Informações disponíveis em: <https://butantan.gov.br/institucional/o-instituto>. Acesso em: 2 jun 2024.

²⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-por-unanimidade-uso-emergencial-das-vacinas>. Acesso em: 2 jun 2024.

considerados relevantes, inclusive dados e informações provenientes de autoridades reguladoras internacionais²⁵. (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2021).

Apesar da liberação da Anvisa, o governo federal não fez qualquer tipo de movimentação para iniciar o processo de imunização da população brasileira. João Doria, então filiado ao PSDB-SP e governador de São Paulo, que trabalhava pessoalmente pelo desenvolvimento da vacina Coronavac, se antecipou e, no mesmo dia da liberação da Anvisa, dia 17 de janeiro de 2021, começou a vacinação em São Paulo, em um ato público e transmitido ao vivo por várias emissoras de TV, no Hospital das Clínicas de São Paulo.

A enfermeira Mônica Calazans, à época com 54 anos, foi a primeira brasileira a ser imunizada. “Mulher, negra e enfermeira da linha de frente”²⁶ (Baddini; Fernandes, 2021), definiu a imprensa sobre a escolhida para representar a credibilidade e a confiança da Ciência no combate ao vírus mais mortal que o mundo vivenciou nas últimas décadas. A imunização no Brasil ocorreu mais de um mês depois do Reino Unido, primeiro país a começar a vacinar a população, em 8 de dezembro de 2020. Diversos países começaram a vacinação antes do Brasil.

Quadro 2 - Países que começaram a aplicar a vacina contra a Covid antes do Brasil. As informações estão divididas entre a data de início e os países que deram início ao esquema vacinal antes de 17 de janeiro de 2021.

(continua)

PAÍSES QUE INICIARAM VACINAÇÃO ANTES DO BRASIL	
DATA	PAÍSES
8 de dezembro de 2020	Reino Unido
14 de dezembro de 2020	Estados Unidos, Canadá, Emirados Árabes Unidos
17 de dezembro de 2020	Arábia Saudita
19 de dezembro de 2020	Israel, China
23 de dezembro de 2020	Suíça, Catar

²⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-por-unanimidade-uso-emergencial-das-vacinas>. Acesso em: 2 jun 2024.

²⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contra-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 18 maio 2024.

Quadro 2 - Países que começaram a aplicar a vacina contra a Covid antes do Brasil. As informações estão divididas entre a data de início e os países que deram início ao esquema vacinal antes de 17 de janeiro de 2021

(conclusão)

PAÍSES QUE INICIARAM VACINAÇÃO ANTES DO BRASIL	
DATA	PAÍSES
24 de dezembro de 2020	Sérvia, Chile, México, Costa Rica, Bahrein, Kuwait
25 de dezembro de 2020	Rússia
26 de dezembro de 2020	União Europeia, Alemanha, Hungria, Eslováquia, Grécia, Bulgária, Chipre, Holanda
27 de dezembro de 2020	Noruega, Áustria, Espanha, França, Itália, Portugal, República Tcheca, Polônia, Croácia, Dinamarca, Omã, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Malta, Romênia, Lituânia, Suécia
28 de dezembro de 2020	Bélgica, Letônia, Luxemburgo
29 de dezembro de 2020	Belarus, Islândia, Argentina, Irlanda
30 de dezembro de 2020	Singapura
2 de janeiro de 2021	República de Palau
11 de janeiro de 2021	Seychelles
13 de janeiro de 2021	Vaticano, Indonésia, Jordânia
14 de janeiro de 2021	Turquia
16 de janeiro de 2021	Índia

Fonte: Produzida pela autora com informações da CNN²⁷ (Veja [...], 2020).

Neste contexto, havia um desgaste político entre o então presidente da República, Jair Bolsonaro, e a oposição no Congresso Nacional. Entre os principais embates dos parlamentares e do chefe do Executivo estavam acusações de omissão nas ações de combate à doença; demora no processo de liberação de vacinas; ausência de oxigênio para pacientes internados em Manaus; suspeita de irregularidades em contratos; entre outros.

Desde o início da crise sanitária, Bolsonaro minimizou a gravidade da doença, referindo-se a ela como uma “gripezinha”²⁸ e criando narrativas que entravam em conflito com diretrizes científicas (2 momentos [...], 2020). Em várias ocasiões, Bolsonaro

²⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 18 maio 2024.

²⁸ O ex-presidente usou a expressão publicamente, uma delas durante uma coletiva de imprensa, no dia 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 16 jan. 2025.

subestimou os riscos do coronavírus e adotou uma postura contrária ao isolamento social, defendendo o chamado isolamento vertical, que visa proteger apenas grupos de risco. A abordagem foi amplamente criticada por especialistas²⁹ (Sanches, 2020), já que estudos comprovaram a ineficácia no controle da disseminação do vírus.

Além de desconsiderar medidas preventivas, o ex-presidente participou de eventos públicos sem máscara, promoveu aglomerações e incentivou manifestações contra governadores que adotaram restrições mais rígidas para conter a propagação da doença. Bolsonaro também apoiou e promoveu o uso da cloroquina como tratamento contra a Covid-19, apesar da falta de evidências científicas que comprovem a eficácia do medicamento³⁰ (Guerra, 2020). O discurso de Bolsonaro foi permeado por declarações que demonstraram insensibilidade diante da crise. Quando questionado sobre o aumento no número de mortos, afirmou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” e “não sou coveiro, tá?”³¹ (Gomes, 2020). Ele também zombou da gravidade da situação ao comparar a doença a uma “chuva”³² pela qual todos teriam de passar (Análise [...], 2020).

A postura do ex-presidente gerou ampla repercussão internacional³³. Veículos como *The New York Times*, *The Guardian*, *Le Monde* e *Financial Times* destacaram o comportamento como um dos mais negacionistas do mundo. Bolsonaro foi retratado como um líder que desrespeitou medidas sanitárias, questionou a seriedade da pandemia e incentivou atitudes contrárias ao consenso científico global. Em livros escolares da Noruega, foi mencionado como exemplo de negacionismo³⁴, com destaque para ações e declarações durante a crise (Tenente, 2022).

Somado a isso, a crise de oxigênio em Manaus foi o estopim para a atuação da oposição a Bolsonaro no Legislativo Brasileiro. Em janeiro de 2021, a capital amazonense enfrentou escassez de oxigênio nos hospitais, em meio a uma onda de infecções que sobrecarregou as unidades hospitalares. A demanda por oxigênio em Manaus disparou,

²⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52043112>. Acesso em: 16 jan. 2025.

³⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 16 jan. 2025.

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2025.

³² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/analise-bolsonaro-minimiza-coronavirus-ao-comparar-doenca-com-chuva/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

³³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53328603>. Acesso em: 16 jan. 2025.

³⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/26/bolsonaro-e-definido-como-um-dos-maiores-negacionistas-do-coronavirus-do-mundo-em-livro-didatico-de-escolas-na-noruega.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2025.

alcançando 76,5 mil metros cúbicos por dia, enquanto a capacidade de produção local era de 28,2 mil metros cúbicos. Muitos pacientes morreram asfixiados, familiares eram vistos carregando cilindros de oxigênio nas costas para levar a hospitais e a população começou uma mobilização em busca de doações de recursos para a compra e a doação de oxigênio. além disso, a grave crise de saúde pública teve repercussão mundial³⁵ (G1, 2021a).

Figura 4 - Em janeiro de 2021, uma grave escassez de oxigênio nos hospitais de Manaus fez familiares de pacientes internados buscarem cilindros e levarem até os hospitais



Foto: Reuters, reprodução BBC Brasil³⁶.

³⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/15/imprensa-internacional-repercute-caos-nos-hospitais-de-manauas.ghtml>. Acesso em: 2 jun 2024.

³⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55856813>. Acesso em: 2 jun 2024.

Figura 5 - A falta de oxigênio resultou em filas para a compra de oxigênio na fábrica Carboxi, em Manaus



Foto: Sandro Pereira/Estadão Conteúdo. Reprodução de Amazônia Real³⁷.

³⁷ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-o-relato-da-falta-de-oxigenio-para-bebes-em-maternidade-de-manaus/>. Acesso em: 2 jun 2024.

Figura 6 - Familiares de pacientes internados fazem peregrinação para comprar oxigênio em Manaus, em janeiro de 2021



Foto: Reuters/Bruno Kelly. Reprodução de G1³⁸.

Ao menos 60 pessoas teriam morrido em razão da falta de oxigênio e mais de 500 pacientes foram transferidos para outros estados em uma operação de emergência realizada pela Força Aérea Brasileira³⁹ (Gazel; Cruz, 2021). A situação só começou a se estabilizar no final de março, após a instalação de miniusinas de oxigênio e o aumento da produção e fornecimento do gás.

Em meio à crise em Manaus, no dia 18 de janeiro de 2021, um ano após a decretação de emergência pública em saúde, o senador Randolfe Rodrigues, então filiado ao partido Rede Sustentabilidade pelo Amapá, e um dos principais adversários políticos de Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, protocolou requerimento para instalação da CPI da Covid no Senado Federal⁴⁰ (Brasil; Senado Federal, 2021a). O documento do parlamentar acusava o governo federal de ter violado direitos fundamentais e básicos da população brasileira na condução da pandemia.

³⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depender-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em: 2 jun 2024.

³⁹ Dados divulgados pela imprensa e disponíveis em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml>. Acesso em: 2 jun 2024.

⁴⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/04/randolfe-protocola-requerimento-para-instalacao-da-cpi-da-covid>. Acesso em: 27 mar 2024.

O Requerimento nº 1371, de 2021, solicitou a “criação de CPI para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”⁴¹ (Randolfe *et al.*, 2021).

⁴¹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148070>. Acesso em: 15 maio 2024.

Figura 7 - Reprodução do requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, então filiado ao partido Rede Sustentabilidade, com pedido de abertura da CPI da Covid, no Senado Federal.

(continua)

RGS
01371/2021


 SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal tem, sistematicamente, violado os direitos fundamentais básicos de toda a população brasileira à vida e à saúde. A Constituição Federal dispensou tratamento privilegiado ao direito à saúde. Além de se tratar de verdadeiro direito fundamental social, também se trata de um dever comum atribuído à União, aos Estados e aos Municípios (art. 23, II; e art. 30, VII), inclusive, quanto àqueles, como competência legislativa concorrente (art. 24, XII). Em outras palavras, cuidar da saúde é uma competência **comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ocupando o segundo lugar mundial em número de mortos pela Covid-19, com mais de 207 mil óbitos, o Brasil tem dado péssimo exemplo quanto ao controle da pandemia. De modo irresponsável, o Governo Federal sistematicamente deixou de seguir as orientações científicas de autoridades


 SF/21139.59425-24 (LexEdit)

Figura 7 - Reprodução do requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, então filiado ao partido Rede Sustentabilidade, com pedido de abertura da CPI da Covid, no Senado Federal.

(continua)

sanitárias de caráter mundial, incluindo a Organização Mundial de Saúde. O Presidente Bolsonaro demitiu até mesmo dois Ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, pelo fato de não seguirem as suas crenças e quimeras na condução de políticas públicas de saúde.

Já no início da pandemia da Covid-19, o Governo Federal tentou impedir que os entes federados pudessem tomar medidas para diminuir o ritmo de propagação do vírus, como o isolamento social, o uso de máscaras e álcool em gel. Após decisão do Supremo Tribunal Federal garantir a autonomia dos entes e reafirmar que o cuidado com a saúde é uma competência comum, o Governo Bolsonaro parece ter optado por lavar as mãos e se omitir, incentivando até mesmo tratamentos sem nenhuma evidência científica, além de atrapalhar os esforços dos prefeitos e governadores.

Enquanto cientistas do Brasil e do mundo se dedicaram na busca por vacinas que nos ajudassem a superar a Covid-19 e a, finalmente, retomar a vida econômica e social, mais uma vez o Governo Federal optou por ser um obstáculo. Primeiro procuraram desacreditar e retardar, por pura disputa ideológica e política, a vacina CoronaVac simplesmente porque ela foi desenvolvida por uma empresa chinesa em parceria com o Instituto Butantan. Depois, quando dezenas de países já tinham adquirido vacinas e preparado Planos de Vacinação, o Ministério da Saúde não havia nem assegurado um estoque adequado de agulhas e seringas, muito menos de vacinas. Foi preciso mais uma vez a intervenção do STF para obrigar o Governo a elaborar um Plano de Vacinação Nacional e impedir que preconceitos ideológicos ou disputas políticas se sobrepujassem ao dever de salvar vidas.

Mais de 32 milhões de pessoas já foram vacinadas contra a Covid-19 mundo afora em pelo menos 52 países. Cinco vacinas diferentes estão sendo usadas nessas campanhas: a desenvolvida por Pfizer e BioNTech, a da Moderna, a elaborada por Universidade de Oxford/AstraZeneca, a Sputnik V e a da Sinovac.



Figura 7 - Reprodução do requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, então filiado ao partido Rede Sustentabilidade, com pedido de abertura da CPI da Covid, no Senado Federal.

(continua)

O Brasil, até a metade de janeiro, ainda não iniciou a sua campanha de vacinação. Enquanto isso, mais de mil brasileiros morrem diariamente da doença e da ausência de leitos de UTI, medicamentos e insumos básicos, como oxigênio.

Atualmente, Manaus vem enfrentando a repetição do caos instalado no sistema público de saúde de 2020, com centenas de mortes pela Covid-19. Notícias dos principais veículos de comunicação escancaram cenas de terror, com doentes morrendo por falta de condições mínimas para o correto tratamento. Há falta de itens essenciais para a sobrevivência desses indivíduos, chegando ao cúmulo de se deixar acabar as reservas de oxigênio medicinal de hospitais, resultando na morte de diversos pacientes nas primeiras semanas de janeiro na capital do Amazonas.

Manaus é uma cidade que vivenciou caos semelhante no passado recente. O Governo Federal não teve condições de se preparar com a devida antecedência para que esse cenário não se repetisse, evitando mortes de diversos manauaras? Outros estados e cidades caminham para o mesmo destino? Esse fato, juntamente com os vários outros, necessita de ampla investigação por parte do Parlamento. A sociedade precisa tomar conhecimento das reais razões por trás desse verdadeiro descontrole pandêmico que está promovendo um genocídio em nosso País. Demonstrando falta de respeito pelos profissionais locais de saúde, o Presidente Bolsonaro ainda afirmou que Manaus estaria o caos porque lá não se fazia o tratamento precoce.

É preciso analisar com urgência a grave omissão do Governo Federal, que foi alertado de que faltaria oxigênio nos hospitais de Manaus quatro dias antes da crise, mas nada fez para prevenir o colapso do SUS. O próprio procurador da República no Amazonas, Igor da Silva Spindola, classificou a crise como “falta de coordenação” do governo Bolsonaro e de militares que atuam no ministério, que desconhecem o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).



Figura 7- Reprodução do requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, então filiado ao partido Rede Sustentabilidade, com pedido de abertura da CPI da Covid, no Senado Federal.

(conclusão)

Com o recrudescimento da Covid-19 em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, as omissões e ações erráticas do Governo Federal não podem mais passar incólumes ao devido controle do Poder Legislativo. Dessa forma, peço o apoio dos pares para a instalação urgente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2021.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Líder da REDE Sustentabilidade



Nome do Senador	Assinatura

Fonte: Reprodução do Requerimento nº 1371, de 2021.

A criação da comissão, no entanto, gerou embates no Poder Legislativo. Apesar de contar com apoio suficiente para a abertura – são necessárias 27 assinaturas dos 81 senadores para uma comissão ser aberta no Senado –, o presidente do Congresso Nacional naquele momento, Rodrigo Pacheco, então filiado ao partido Democratas de Minas Gerais, relacionava a criação da comissão a um possível “palanque eleitoral”, em ano que antecedia as eleições gerais de 2022, e dizia que a proposta era “absolutamente inapropriada”⁴² (Brandão, 2021). Com tal posicionamento, Pacheco não fez a leitura do requerimento em Plenário, medida necessária para a abertura de uma CPI.

Sem avanço no Legislativo, os senadores Alessandro Vieira (SE) e Jorge Kajuru (GO), então filiados ao Cidadania, apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) um mandado de segurança solicitando providências para a instalação da Comissão. No dia 8 de abril de 2021, o ministro Luís Roberto Barroso acatou o pedido e determinou a instalação da CPI da Covid no Senado Federal⁴³ (Barroso determina [...], 2021). Quatro dias depois da decisão do Supremo, em 13 de abril de 2021, Rodrigo Pacheco fez a leitura do requerimento de criação da comissão e, em 27 de abril, ela foi instalada⁴⁴ (Brasil; Senado Federal, 2021b).

A partir dali a CPI teria 90 dias para fazer apurações, colher depoimentos e investigar a atuação do Governo Federal na condução da pandemia. A composição ficou em 11 membros titulares e sete suplentes, escolhidos pelos líderes partidários a partir da proporcionalidade dos partidos na Casa. Pela tradição da proporcionalidade seguida pela Casa, a CPI foi composta da seguinte forma⁴⁵: Bloco MDB, PP e Republicanos teve três vagas de titulares e duas de suplentes; Bloco PSDB, Podemos e PSL com duas vagas de titulares e uma de suplente; Bloco DEM, PL e PSC com dois titulares e um suplente; Bloco PT e Pros com um titular e um suplente; o PSD teve dois titulares e um suplente (Brasil; Senado Federal, 2021c).

Os 11 senadores titulares da comissão foram: Omar Aziz (PSD-AM), presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (então filiado à Rede-AP), vice-presidente, Renan Calheiros (MDB-AL), relator, Eduardo Braga (MDB-AM), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Eduardo

⁴² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-04/pacheco-considera-inapropriada-cpi-da-covid-19-ordenada-pelo-stf>. Acesso em: 27 mar 2024.

⁴³ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=463847&ori=1>. Acesso em: 27 mar 2024.

⁴⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/rodrigo-pacheco/cpi-da-covid-19-e-criada-no-senado-apos-leitura-do-requerimento-por-rodrigo-pacheco>. Acesso em: 27 mar 2024.

⁴⁵ Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2441. Acesso em: 27 mar 2024.

Girão (então filiado ao Podemos do Ceará), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Otto Alencar (PSD-BA), Marcos Rogério (PL-RO), Jorginho Mello (PL-SC) e Humberto Costa (PT-PE). Já os sete suplentes foram: Jader Barbalho (MDB-PA), Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), Marcos do Val (Podemos-ES), Angelo Coronel (PSD-BA), Fernando Coelho (MDB-PE), Rogério Carvalho (PT-SE) e Alessandro Vieira (então filiado ao Cidadania de Sergipe) (Brasil; Senado Federal, 2021c).

A lista acima atesta que nenhuma mulher foi indicada pelo próprio partido ou pelo bloco partidário do qual participava para integrar oficialmente o colegiado, nem como titular nem como suplente. Nas reuniões, era comum ver a sala e os lugares ocupados apenas por senadores.

Figura 8 - Reunião da comissão para depoimento de testemunhas contou apenas com a participação de senadores homens



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado, em 29/6/2021⁴⁶.

Mesmo sem cadeira formal na comissão, as mulheres participaram ativamente das reuniões, após o presidente da CPI, senador Omar Aziz, definir com os parlamentares uma “concessão” para que a Bancada Feminina, composta naquele momento por 12 mulheres

⁴⁶Foto disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/51279868405>. Acesso em: 4 abr 2024.

senadoras, pudesse fazer perguntas às testemunhas convocadas. A decisão, entretanto, não deu direito às mulheres de apresentarem requerimentos ou votarem na CPI da Covid.

Mesmo sem poderem protocolar requerimentos ou terem direito a voto, Simone Tebet (MDB-MS), Eliziane Gama (então filiada ao Cidadania-MA), Leila Barros (então filiada ao Cidadania-DF), Soraya Thronicke (PSL-MS), Zenaide Maia (Pros-RN), Kátia Abreu (PP-TO), Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Rose de Freitas (então filiada ao MDB-ES) participaram ativamente das reuniões. Ainda que nem todas não estivessem presentes em todos os encontros, ao menos uma sempre estava, conforme pode ser comprovado a partir dos registros das reuniões feitos em vídeo pela TV Senado e armazenados na página oficial da CPI⁴⁷. As senadoras estiveram em todas as reuniões da comissão e se posicionaram ativamente, se tornando, inclusive, mais reconhecidas nacionalmente após os encontros.

O relatório final da CPI, elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) reconheceu a atuação das senadoras lembrando que “nenhuma Senadora foi indicada por seus partidos para compor a CPI, mas a Bancada Feminina teve importante participação em todos os trabalhos⁴⁸” (Brasil; Senado Federal, 2021d). Renan Calheiros ainda registrou no relatório que “fica o reconhecimento desta Comissão à intensa participação e ao brilhante trabalho das Senadoras na elucidação dos fatos aqui investigados⁴⁹” (Brasil; Senado Federal, 2021d).

Apesar do reconhecimento no relatório e de terem participado intensamente das reuniões, na prática, as senadoras frequentavam as reuniões, faziam discursos, mas não tinham direito a voto ou apresentação de requerimentos solicitando depoimentos, por exemplo. Por diversos momentos, tiveram o lugar e o espaço de fala questionados pelos parlamentares homens. Um dos exemplos foi ainda no início da CPI, em 5 de maio de 2021.

Ao tentar fazer uma pergunta ao ex-ministro da Saúde Nelson Teich⁵⁰, que prestava depoimento naquela ocasião, a senadora Eliziane Gama foi interrompida pelo governista

⁴⁷ Todas as reuniões foram transmitidas ao vivo e disponibilizadas depois no *site* oficial da CPI, na página do Senado Federal. Os vídeos estão disponíveis em: [https://www6g.senado.leg.br/busca/?colegiao=Sess%C3%B5es%20e%20Reuni%C3%B5es&colegiado=CPI PANDEMIA&ordem=data&situacao=Realizada](https://www6g.senado.leg.br/busca/?colegiao=Sess%C3%B5es%20e%20Reuni%C3%B5es&colegiado=CPI%20PANDEMIA&ordem=data&situacao=Realizada). Acesso em: 29 nov. 2024.

⁴⁸ Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, p. 23. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/mna/relatorios>. Acesso em: 16 jan. 2025.

⁴⁹ *Ibid.* Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 14 maio 2024.

⁵⁰ Nelson Luiz Sperle Teich é médico oncologista, empresário do setor de saúde e consultor. Ele assumiu o Ministério da Saúde em 16 de abril de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, substituindo Luiz Henrique Mandetta, o primeiro ministro da Saúde do governo Bolsonaro. Mandetta deixou o cargo após

Ciro Nogueira, que questionou a participação feminina na comissão⁵¹, alegando que o regimento da Casa Legislativa não permitia a inclusão de perguntas por não integrantes de uma comissão parlamentar (CPI [...], 2021).

No mesmo dia, o também governista Marcos Rogério alegou que a Bancada Feminina tinha o objetivo de “engrossar o coro daqueles que querem dar peia⁵² no presidente Jair Bolsonaro”⁵³(CPI [...], 2021).

Figura 9 - No dia 5 de maio de 2021, a reunião da CPI ficou suspensa por 5 minutos depois que senadores governistas alegaram não haver previsão regimental para a participação da Bancada Feminina na comissão



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado⁵⁴.

divergências com o presidente Jair Bolsonaro, especialmente em relação às medidas de enfrentamento da pandemia, como o isolamento social. Teich também enfrentou discordâncias com o presidente sobre a gestão da pandemia e pediu demissão em 15 de maio de 2020, permanecendo menos de um mês no cargo. Com a saída de Teich, o general Eduardo Pazuello assumiu interinamente a pasta e foi efetivado em 16 de setembro do mesmo ano. Pazuello ficou no cargo por 10 meses, até ser substituído pelo médico Marcelo Queiroga em 23 de março de 2021. Queiroga permaneceu à frente da pasta até o final do governo Bolsonaro, em 31 de dezembro de 2022. Ao longo dos quatro anos da gestão, o governo Bolsonaro contou com quatro ministros da Saúde, com mudanças e tensões políticas durante o enfrentamento da pandemia.

⁵¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57002430>. Acesso em: 27 mar 2024.

⁵² O senador Marcos Rogério alegou que as senadoras estariam ali para participar da oposição que, segundo ele, estaria na CPI para fazer críticas ao governo de Jair Bolsonaro.

⁵³ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57002430>. Acesso em: 27 mar 2024.

⁵⁴ Foto disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/51160448144>. Acesso em: 3 abr 2024.

A tentativa de silenciamento das mulheres foi presenciada em diversos momentos da CPI. Em 14 de julho de 2021, Simone Tebet, que era líder da Bancada Feminina naquele momento, acusou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro e integrante da CPI, de interrompê-la por diversos momentos enquanto ela fazia perguntas sobre um possível contrato de vacinação que o governo brasileiro teria dado andamento.

Simone Tebet afirmou que o senador teria feito ofensas contra ela com o microfone desligado⁵⁵ e que, se repetisse o comportamento, iria levá-lo ao Conselho de Ética do Senado (Galvani, 2021). Nesse mesmo dia, a CPI, que seria encerrada em 25 de julho de 2021, foi prorrogada por mais 90 dias, a partir de requerimento do senador Randolfe Rodrigues, e teve o prazo de trabalho ampliado até o início de novembro.

Já no período de prorrogação da CPI, a senadora Simone Tebet foi chamada de “descontrolada”⁵⁶ pelo então ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) Wagner Rosário, que prestava depoimento na Comissão no dia 21 de setembro de 2021 (G1, 2021b). A ofensa ocorreu depois de o ex-ministro ser criticado pela senadora no processo de aquisição pelo governo federal da vacina Covaxin. A situação gerou tumulto na comissão, Wagner Rosário deixou a reunião e os senadores decidiram converter a participação dele de testemunha para investigado.

⁵⁵ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/14/interna_politica,1286524/cpi-da-covid-tem-bate-boca-entre-flavio-bolsonaro-e-simone-tebet.shtml. Acesso em: 3 abr 2024.

⁵⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/09/21/ministro-chama-senadora-de-descontrolada-gera-tumulto-e-cpi-suspende-reuniao.ghtml>. Acesso em: 3 abr 2024.

Figura 10 - No dia 21 de setembro de 2021, a reunião da CPI foi suspensa por 10 minutos depois de o então ministro Wagner Rosário chamar a senadora Simone Tebet de “descontrolada”



Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado⁵⁷.

Apesar dos questionamentos sobre a participação feminina na CPI da Covid e da tentativa de governistas de impedirem a atuação delas nas reuniões, a Bancada Feminina participou ativamente da produção do relatório final da comissão, que recomendou o indiciamento de 78 pessoas, entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro. O relatório também contou com um item que sugeriu prioridade na tramitação de dois Projetos de Resolução do Senado (PRS) que alteram o regimento da Casa para dar mais espaço às mulheres.

O primeiro, o PRS nº 36/2021, garante a participação de ao menos duas senadoras da Bancada Feminina em comissões do Senado. A ementa do projeto “altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de pelo menos dois membros da Bancada Feminina nas Comissões Permanentes e Temporárias”⁵⁸. O PRS foi proposto pela senadora Eliziane Gama em maio de 2021 (Brasil; Senado Federal, 2021e).

Ao justificar a necessidade da proposta, a senadora ressaltou que faz parte do processo de fortalecimento da participação feminina no Parlamento, visando a igualdade de

⁵⁷ Foto disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/51501521409>. Acesso em: 3 abr 2024.

⁵⁸ O texto e o andamento do projeto no Senado estão disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148551>. Acesso em: 16 jan. 2025.

gênero na política. Para isso, na justificativa, Eliziane Gama ressaltou a necessidade de iniciativas como reserva de vagas para mulheres em eleições, criação de bancadas femininas nas casas legislativas e criação de uma Procuradoria Especial da Mulher.

A realidade brasileira expõe a sub-representação feminina no parlamento em dissonância com o relevante papel e as grandes responsabilidades que as mulheres assumem na sociedade. De acordo com os números do IBGE, as mulheres totalizam 51,3% (cinquenta e um, vírgula três por cento) da população, e formam, também, a maior parte do eleitorado: 52% (cinquenta e dois por cento). Assim, fica evidente que a subrepresentação de mulheres na vida político-partidária fragiliza a identificação da sociedade com o sistema representativo vigente, pois ele não reflete minimamente o papel feminino na sociedade. Nesse sentido, é importante frisar que, após vencer as várias barreiras dos sistemas eleitoral e partidário, as Senadoras que chegam a esta Casa ainda se deparam com um ambiente político de manutenção de privilégios e de desigualdade de forças com seus pares senadores. A participação política feminina no Senado Federal é limitada por fatores institucionais⁵⁹. (Brasil; Senado Federal, 2021e, p. 2)

A proposta foi colocada para votação no Plenário do Senado Federal no dia 30 de março de 2022, com relatoria da também senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB). O texto foi aprovado e, em 24 de abril de 2022, foi transformado em norma jurídica dentro do Senado⁶⁰ (Brasil; Senado Federal, 2022). Desde então, ao menos duas vagas são garantidas às senadoras nas Comissões Permanentes e Temporárias da Casa Legislativa.

O relatório final da CPI da Covid também resultou na apresentação do Projeto de Resolução do Senado 48/2021, em 5 de outubro de 2021. Ele tem como objetivo garantir à líder da Bancada Feminina a prerrogativa de indicar temas a serem discutidos na ordem do dia no Plenário do Senado. Também de autoria da senadora Eliziane Gama, a proposta alega que “apesar da boa vontade das presidências que se sucedem nesta Casa, a Bancada Feminina não tem conseguido ainda pôr em pauta matérias que lhe são caras, o que tem comprometido o exercício da função de líder dessa bancada, criada por alteração regimental de 2021”⁶¹ (Brasil; Senado Federal, 2021f). O PRS 48, no entanto, não teve avanço e, em maio de 2024, aparecia sem andamento dentro do Senado desde dezembro de 2021 (Brasil; Senado Federal, 2021f).

⁵⁹ Justificativa apresentada ao PRS nº 36/2021, de autoria da Senadora Eliziane Gama. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148551>. Acesso em: 13 de maio 2024.

⁶⁰ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/35720657>. Acesso em: 3 abr 2024.

⁶¹ A fala da senadora está disponível nos documentos anexados ao PRS 48/2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150187>. Acesso em: 16 jan. 2025.

Já a oficialização da Bancada Feminina foi uma conquista anterior à criação da CPI da Covid, e foi ela que permitiu a presença de Simone Tebet (MDB-MS), Eliziane Gama (então pelo PSD-MA), Leila Barros (PDT-DF), Soraya Thronicke (União-MS), Zenaide Maia (PSD-RN), Kátia Abreu (PP-TO) e Mara Gabrilli (PSD-SP) diariamente nas reuniões da comissão. A Bancada foi criada em março de 2021 a partir do Projeto de Resolução do Senado nº 6⁶² com estrutura semelhante a de líderes de partido e de blocos parlamentares (Brasil; Senado Federal, 2021g). Ou seja, por meio da Bancada Feminina, as senadoras podem participar do Colégio de Líderes, orientar votações das bancadas e têm prioridade no uso da palavra tanto no plenário quanto em comissões.

A CPI da Pandemia teve uma duração de quase seis meses, de abril a outubro de 2021, ouviu 61 pessoas em 67 reuniões. A CPI resultou em um relatório final de 1.288 páginas elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), lido e aprovado por sete votos a quatro em 26 de outubro de 2021. O documento sugeriu uma série de medidas legislativas para aprimorar o ordenamento jurídico, com o intuito de evitar erros futuros em crises semelhantes. Entre as medidas propostas estão a garantia de que a ciência seja a base das políticas de saúde.

O relatório final destacou o atraso deliberado do governo federal na aquisição de vacinas e o desestímulo ao uso de medidas não farmacológicas, como máscaras e distanciamento social, o que fez com que o relator apontasse omissão do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia, com a tentativa de promover a “imunidade de rebanho” sem vacinação e a promoção de tratamentos sem eficácia comprovada.

O relatório pediu o indiciamento de 78 pessoas, entre elas Jair Bolsonaro. O pedido de indiciamento do ex-presidente incluiu os crimes de prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) e crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos) (Brasil; Senado Federal, 2021d).

⁶² Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146335>. Acesso em: 3 abr 2024.

Também foram solicitados indiciamentos de ex-ministros, parlamentares, médicos, empresários e servidores públicos por crimes diversos. Como o Poder Legislativo não tem competência para fazer indiciamentos criminais, apenas sugerir os indiciamentos aos órgãos competentes, o relatório foi enviado à Procuradoria-Geral da República para as providências cabíveis, incluindo a possível responsabilização dos indiciados. Apesar dos trabalhos e do relatório, ninguém foi preso em razão dos desdobramentos da CPI da Covid.

Em julho de 2022, a Procuradoria-Geral da República, na época comandada por Augusto Aras, indicado por Bolsonaro ao cargo, solicitou ao Supremo Tribunal Federal o arquivamento de investigações abertas contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-ministros e parlamentares em razão da CPI da Covid. O documento entregue ao STF foi assinado pela então vice-procuradora-geral da República, Lindôra Maria Araújo, substituta de Aras no período, que estava de férias. Na prática, o pedido da PGR indicou que a Procuradoria não daria andamento às investigações, sob alegação de que o trabalho da CPI não apresentou provas concretas contra os indiciados.

Em março de 2024, um grupo de senadores que participaram da CPI pediu ao atual procurador-geral da República, Paulo Gonet, no cargo desde dezembro de 2023, o desarquivamento dos processos. Na lista estavam os pedidos de indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos ex-ministros da Saúde Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga, além de parlamentares e empresários.

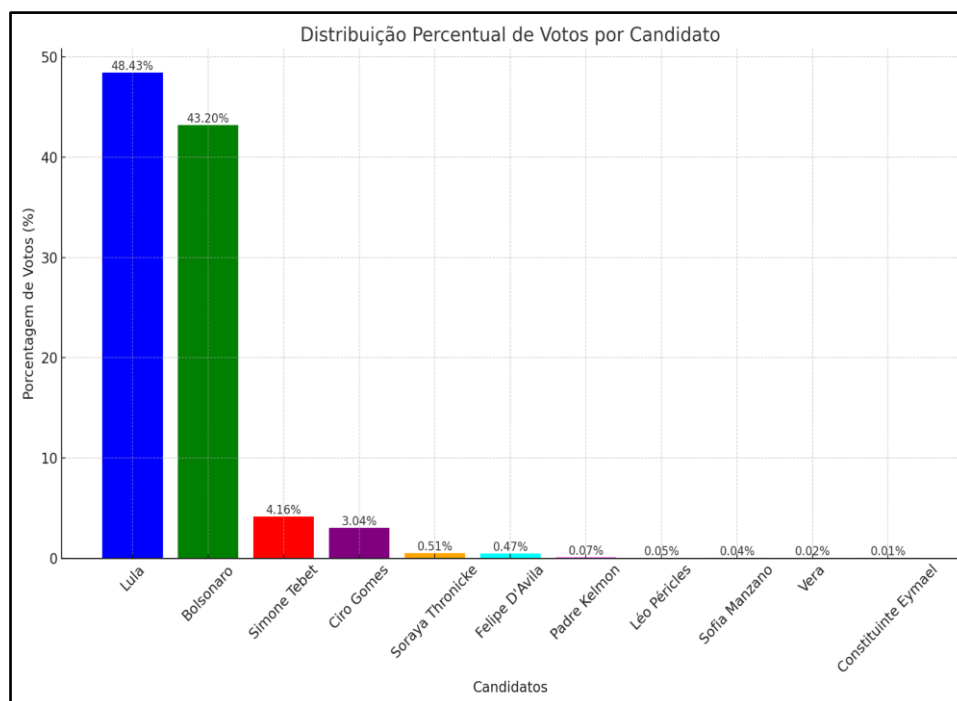
Até maio de 2024, o pedido dos senadores feito à PGR ainda não havia apresentado andamento, assim como o STF não havia julgado recursos contrários ao arquivamento dos pedidos de indiciamentos.

As senadoras que participaram ativamente da CPI da Covid chegaram a figurar em inúmeras matérias jornalísticas pela atuação combativa no colegiado. Simone Tebet e Soraya Thronicke, após a atuação na comissão, foram escolhidas pelos partidos para serem candidatas à Presidência da República nas eleições gerais de 2022. Simone Tebet, que teve a também senadora Mara Gabrilli como candidata a vice-presidente, recebeu 4.915.423 votos, 4,16% do total do primeiro turno. Soraya Thronicke obteve 600.955 votos (0,51%) (Brasil; TSE, 2022).

A disputa foi dividida entre Lula (PT), 57.259.504 votos (48,43%); Bolsonaro (PL), 51.072.345 votos (43,20%); Simone Tebet (MDB), 4.915.423 votos (4,16%); Ciro Gomes (PDT), 3.599.287 votos (3,04%); Soraya Thronicke (União), 600.955 votos (0,51%); Felipe

D'Ávila (Novo), 559.708 votos (0,47%); Padre Kelmon (PTB), 81.129 votos (0,07%); Léo Péricles (UP), 53.519 votos (0,05%); Sofia Manzano (PCB), 45.620 votos (0,04%); Vera (PSTU), 25.625 votos (0,02%) e Constituinte Eymael (DC), 16.604 votos (0,01%) (Brasil; TSE, 2022).

Gráfico 1 - Distribuição de votos dos candidatos à Presidência da República no primeiro turno das eleições de 2022.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre o primeiro turno das Eleições Gerais de 2022 (Brasil; TSE, 2022).

Nenhuma das duas senadoras que se candidataram chegou a ir para o segundo turno, mas elas ficaram entre os cinco candidatos à Presidência da República mais votados. A visibilidade e os votos recebidos por Simone Tebet a colocaram não só no terceiro lugar da disputa eleitoral, como fizeram Lula e Bolsonaro tentarem um apoio político para o segundo turno. Três dias depois do resultado do primeiro turno, Simone Tebet teceu críticas a Lula, mas declarou apoio ao petista em sinal de “compromisso com a democracia” e ainda reforçou que a omissão seria uma “traição à sua trajetória pública”⁶³ (Lima; Garcia, 2022).

⁶³ A declaração foi dada durante uma entrevista coletiva concedida por Simone Tebet em 5 de outubro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/05/terceira-colocada-nas-eleicoes-simone-tebet-declara-apoio-a-lula-no-segundo-turno.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2024.

Simone Tebet apresentou cinco propostas de campanha como condição para o apoio: fim das filas em creches e em procedimentos de saúde; implementação de ensino técnico em tempo integral; criação de uma poupança para formandos do ensino médio e promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, além de uma composição ministerial plural. As condições foram aceitas por Lula. Simone Tebet viajou o Brasil entre o primeiro e o segundo turnos em campanha pelo petista.

Ao final das eleições, em 30 de outubro de 2022, Lula obteve 60.345.999 votos (50,90%), vencendo Jair Bolsonaro, que conquistou 58.206.354 votos (49,1%). Lula recebeu pouco mais de 3 milhões de votos a mais entre o primeiro e o segundo turnos e 2,1 milhões a mais que Bolsonaro no segundo turno, em uma eleição considerada sem muita margem de vitória.

Lula garantiu que prestigiaria a parlamentar. Durante a transição de governo, Simone Tebet sinalizou interesse pela chefia do Ministério do Desenvolvimento Social, pasta que administra um dos principais programas e orçamentos do governo petista, o Bolsa Família⁶⁴. O ministério, no entanto, foi para outro aliado de Lula: Wellington Dias, senador do PT. Tebet foi cotada então para outra pasta importante: a da Educação, já que esse era um dos temas da campanha dela. Também ficou de fora, já que Lula escolheu outro aliado: o senador petista Camilo Santana. Simone Tebet ficou de fora da primeira lista de composição da Esplanada dos Ministérios⁶⁵ (Almeida; Varandas, 2022).

No dia 29 de dezembro de 2022, às vésperas de tomar posse para o terceiro mandato, Lula anunciou Simone Tebet como ministra do Planejamento. A pasta foi desmembrada do antigo Ministério da Economia e ela assumiu o cargo em conjunto com Fernando Haddad, ministro da Fazenda. Até janeiro de 2025, Simone Tebet continuava no cargo.

Na prática, o Ministério do Planejamento tem como competências elaborar subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional; avaliar impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do governo federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;

⁶⁴ O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 20 maio 2024.

⁶⁵ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/depois-de-apoiar-lula-na-campanha-tebet-fica-fora-da-primeira-lista-de-ministros-22122022>. Acesso em: 20 maio 2024.

elaborar estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais; elaborar, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais; viabilizar novas fontes de recursos para os planos de governo e formular diretrizes, acompanhamento e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais⁶⁶ (Brasil; Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023).

Apesar do apoio e da relevância que Simone Tebet representou para o resultado do segundo turno das eleições de 2022, o cargo ocupado por ela no governo federal não garante representatividade política ou autonomia de decisão, confirmando a dificuldade que as mulheres têm na ascensão a cargos de destaque, mesmo quando elas ganham visibilidade e fornecem condições para a conquista de homens.

Soraya Thronicke, que não declarou apoio a ninguém para o segundo turno, mudou de partido, foi para o Podemos e segue no Senado Federal, onde tem mandato ativo até 2027. Em março de 2024, o partido dela anunciou que a parlamentar disputaria a presidência do Senado na eleição que será em fevereiro de 2025⁶⁷ (Carlucci, 2024). Até janeiro de 2025, Soraya Thronicke não presidia nenhuma comissão no Senado e não deve ter chances de conquistar a Presidência do Senado, caso concorra, já que o favorito para assumir a cadeira, pela segunda vez, é Davi Alcolumbre (União)⁶⁸ (Matos, 2025).

Entre as outras parlamentares que tiveram participação ativa na CPI da Covid, Eliziane Gama, Leila Barros, Zenaide Maia e Mara Gabrilli seguem com mandato no Senado Federal até 2027. Kátia Abreu tentou se reeleger ao Senado em 2022, mas perdeu a vaga para a Professora Dorinha, do União Brasil, e está sem mandato.

A exclusão de mulheres da titularidade da CPI da Covid não é um episódio isolado, reflete uma estrutura histórica e persistente de sub-representação feminina nos espaços de

⁶⁶ Informações detalhadas pelo próprio Ministério do Planejamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 20 maio 2024.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/podemos-anuncia-soraya-thronicke-como-candidata-a-presidencia-do-senado/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

⁶⁸ Até janeiro de 2025, Davi Alcolumbre despontava como o favorito para assumir pela segunda vez a presidência do Senado. Natural de Macapá, no Amapá, e presidente da Comissão de Constituição e Justiça entre 2022 e o início de 2025, Alcolumbre reuniu apoio de sete bancadas partidárias, que juntas representam 69 dos 81 senadores, além de contar com o respaldo do atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD) para disputar a vaga. Alcolumbre já foi presidente do Senado entre 2019 e 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-davi-alcolumbre-apoiado-por-pacheco-para-ser-presidente-do-senado/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

poder. Historicamente, as instituições políticas foram desenhadas e dominadas por homens, criando barreiras visíveis e invisíveis que limitam ou excluem a participação feminina. Esse padrão de exclusão é evidenciado por dados da representatividade feminina na política: nas eleições de 2022, por exemplo, das 27 vagas abertas para o Senado Federal, apenas quatro foram ocupadas por mulheres, o que corresponde a 14% do total.

Mesmo com a continuidade de mandatos e a posse de suplentes em razão de nomeação de senadores para cargos no Executivo, a Bancada Feminina alcançou apenas 14,8% das cadeiras. Na Câmara dos Deputados, a situação não é diferente. Em 2022, de 513 cadeiras, apenas 91 foram conquistadas por mulheres, representando 17,7% da composição da Casa Legislativa (Brasil; Câmara dos Deputados, 2022). Os dados refletem a disparidade de gênero enraizada na política partidária e demonstram que a desigualdade de gênero no cenário político é um problema estrutural e não meramente circunstancial.

3. A EXCLUSÃO HISTÓRICA E PERSISTENTE DAS MULHERES NA POLÍTICA: BARREIRAS DE GÊNERO E RAÇA NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Ao longo da história, as mulheres travaram lutas persistentes na busca por direitos, pela inserção nos espaços públicos, pela participação nas decisões políticas e pelo fim da imposição dos cuidados domésticos e da responsabilidade reprodutiva como as únicas funções femininas. A emancipação econômica é tida como essencial para as mulheres romperem a dependência financeira e alcançarem mais autonomia. No entanto, essa conquista não garante automaticamente a igualdade em outras dimensões da vida. Beauvoir (2019), ao abordar a construção do gênero como um processo social e cultural que determina as diferenças entre homens e mulheres, lembra que a mulher foi socialmente construída como “o outro”, quando comparada ao homem.

Beauvoir (2019) argumenta que essa construção se dá a partir de uma narrativa social que estabelece o homem como padrão ou essencial, atribuindo às mulheres um papel de desvio ou complemento e perpetuando o poder e a dominação masculina. Ela reconhece as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas rechaça a ideia de que elas sirvam de base para justificar estruturas de poder desiguais. Para a autora, as diferenças biológicas são frequentemente manipuladas para sustentar um sistema social que posiciona as mulheres em papéis sociais e profissionais inferiores e limitados em comparação às oportunidades oferecidas e disponibilizadas aos homens.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino vir o sentido geral do vocábulo homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem a mim: ‘Você pensa assim porque é uma mulher.’ Mas eu sabia que minha única defesa era responder: ‘Penso-o porque é verdadeiro’, eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar: ‘E você pensa o contrário porque é um homem’, pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada. Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (Beauvoir, 2019, p. 11).

A autora lembra ainda que as mulheres são comumente definidas pelas relações com os homens — mães, filhas ou esposas — e suas identidades e desejos individuais são frequentemente deixados em segundo plano. Essa construção social não apenas restringe a autonomia e a independência feminina, como impede que as mulheres sejam reconhecidas como indivíduos completos e independentes, perpetuando a noção de que a existência feminina é derivativa e dependente (Beauvoir, 2019).

Beauvoir (2019) reafirma ainda as desvantagens que essa construção social acarreta para as mulheres em diversos âmbitos da vida, incluindo o trabalho, a política e os direitos legais. Os argumentos postos por ela deslindam as estruturas sociais e culturais que mantêm as mulheres em posições de inferioridade e subordinação, ressaltando a necessidade de se reavaliar e modificar as formas como os gêneros são culturalmente construídos e percebidos.

Ao criticar a exclusão das mulheres dos espaços de poder e conhecimento, confinando-as ao ambiente doméstico e à função reprodutiva, atividades que, desde sempre, restringiram as oportunidades pessoais, sociais e profissionais, Beauvoir (2019) enfatiza que o gênero não é uma categoria fixa, mas um processo social que, embora perpetue a subordinação feminina, pode ser transformado. No entanto, a autora destaca que a emancipação completa exige mais do que a liberdade financeira, é necessária uma profunda transformação das normas sociais e culturais que ainda limitam o desenvolvimento e o crescimento feminino.

A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à dele. A maneira por que se empenha em sua profissão e a ela se dedica depende do contexto constituído pela forma global da sua vida. Ora, quando inicia sua vida de adulto, ela não tem atrás de si o mesmo passado de um rapaz; não é considerada de maneira idêntica pela sociedade; o universo apresenta-se a ela numa perspectiva diferente. O fato de ser uma mulher coloca hoje problemas singulares perante um ser humano autônomo (Beauvoir, 2019, v. 2, p. 505).

As desigualdades de gênero persistem como um dos grandes desafios históricos, influenciando a organização das sociedades em níveis estruturais. A divisão sexual do trabalho, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva, tem ao longo da história privilegiado os homens, assegurando-lhes vantagens significativas em termos de poder e recursos. Essa divisão não apenas afeta a distribuição de responsabilidades e oportunidades, como também molda percepções, pensamentos e ações da sociedade relacionados ao gênero feminino.

Silvia Federici (2017) lembra que o surgimento do capitalismo, entre os séculos 15 e 16, consolidou a figura feminina como dona de casa em tempo integral, especialmente por meio dessa divisão sexual do trabalho. A autora revela como o sistema foi construído sobre uma base de desigualdade de gênero que utilizou a opressão das mulheres como pilar central. O período, também conhecido pela caça às bruxas na Europa (que na verdade se perpetuou até o século 18), foi fundamental para consolidar o controle patriarcal sobre as mulheres e os corpos femininos, em um contexto de necessidade do trabalho produtivo e reprodutivo do sistema que surgia naquele momento.

A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado. (Federici, 2017, p. 146)

A autora lembra que as mulheres, até então vistas como guardiãs do conhecimento sobre reprodução e saúde, foram transformadas em figuras demonizadas caso não se submetessem exclusivamente ao papel reprodutivo. A partir daí, o poder e a autonomia das mulheres foi enfraquecendo cada vez mais. O processo não apenas as relegou ao trabalho reprodutivo e doméstico, como legitimou uma intensa vigilância e controle sobre os corpos e a sexualidade feminina.

Federici (2017) utiliza o termo “patriarcado do salário” para detalhar como a exclusão feminina do trabalho remunerado e o controle dos homens sobre os rendimentos das mulheres potencializam a dependência financeira e a apropriação masculina do trabalho feminino. A autora argumenta que, embora as mulheres trabalhassem, como na indústria artesanal, os salários eram controlados pelos maridos, consolidando uma dinâmica onde elas trabalhavam sem controle dos próprios rendimentos. A prática materializou a subjugação das mulheres aos homens e criou as condições necessárias para a manutenção da dinâmica de poder.

Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário. Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores homens, sob o novo regime de trabalho

assalariado, passaram a ser livres apenas num sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximou da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras (Federici, 2017, p. 195).

Federici aborda ainda a redefinição das esferas de ocupação, nas quais o trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres, foi desvalorizado e invisibilizado economicamente, enquanto o trabalho produtivo, tipicamente associado aos homens, foi exaltado. Esta separação contribuiu para uma clara divisão de gênero no trabalho, persistente até a contemporaneidade, perpetuando desigualdades de oportunidades.

Biroli (2018) também destaca que estudos feitos no Brasil vão ao encontro da literatura internacional no que se trata da divisão sexual do trabalho, impactando o acesso das mulheres aos cargos políticos. O apontamento revela a realidade da política brasileira, com a exclusão das mulheres desse campo, e, mesmo quando elas conseguem chegar até ele, são submetidas ao silenciamento nas esferas de tomadas de decisão, como foi apresentado na CPI da Covid, no Senado Federal, em que nenhuma senadora foi indicada pelos próprios partidos para compor a comissão e, mesmo após conquistarem o direito a participar da Comissão, por meio da Bancada Feminina, foram desacreditadas, questionadas e não tiveram direito a voto.

A divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres tenham chances relativamente menores do que os homens de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social. Têm, com isso, menores possibilidades também de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. (Biroli, 2018, p.24)

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho discutida por Federici e Biroli foi um elemento central na exclusão histórica das mulheres do trabalho remunerado e na consolidação da subordinação feminina dentro do sistema capitalista. Ao serem submetidas ao trabalho reprodutivo e doméstico, privilegiando os homens no trabalho produtivo e remunerado, essa divisão desvalorizou as contribuições femininas e criou uma dependência econômica das mulheres em relação aos homens.

Esse sistema também pode ser entendido pelo que Bourdieu (2020) chama de “dominação masculina”. Bourdieu analisa a persistência e a naturalização da dominação masculina na sociedade e como as estruturas sociais e cognitivas fazem perdurar a desigualdade de gênero. Ele destaca o papel da violência simbólica, onde os dominados

adotam as visões e distinções impostas pelos dominantes, perpetuando a ordem existente sem necessidade de justificativa explícita ou resistência.

Bourdieu (2020) argumenta que a dominação masculina é vista como natural devido à correspondência entre as estruturas sociais – como a divisão sexual do trabalho – e as estruturas cognitivas – com a naturalização dessa divisão. O autor destaca que a força masculina é construída não só dentro de casa, mas em instituições como família, Estado, escolas e igrejas. Assim, ele afirma que “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina” (Bourdieu, 2020, p. 24). Sobre o que chama de violência simbólica, ele lembra que a dominação masculina encontra plenas condições para seu próprio exercício na sociedade.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade. (Bourdieu, 2020, p. 61)

A partir desta configuração histórica é possível compreender a emergência e as lutas dos movimentos feministas, que surgiram como uma resposta crítica às estruturas de poder que historicamente favoreceram os homens e excluíram as mulheres não só do mercado de trabalho como dos espaços de poder e de decisões.

A trajetória do feminismo, caracterizada por uma luta constante e resiliente por direitos e igualdade, tem se desdobrado ao longo dos séculos, marcada por conquistas significativas que refletem a evolução das demandas e dos contextos sociais. Olympe de Gouges⁶⁹, na França do século XVIII, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, e Mary Wollstonecraft⁷⁰, na Inglaterra, defendendo a educação como chave para a

⁶⁹ Olympe de Gouges foi uma importante ativista durante a Revolução Francesa e ficou conhecida pela defesa dos direitos das mulheres. Nascida em 1748, foi uma voz crítica contra as desigualdades de gênero, especialmente evidenciadas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que excluía as mulheres. Em resposta, ela redigiu a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã" em 1791, desafiando as noções de inferioridade feminina e insistindo na inclusão das mulheres na cidadania e nos direitos garantidos pela revolução. A militância pelos direitos das mulheres e as associações políticas a tornaram alvo de perseguição, levando-a à execução na guilhotina em 1793. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62210363>. Acesso em: 24 set de 2024.

⁷⁰ Mary Wollstonecraft foi uma filósofa e escritora britânica do século 18, pioneira na defesa dos direitos das mulheres. Mãe de Mary Shelley, autora do livro "Frankenstein", Wollstonecraft deixou um importante legado sobre os direitos femininos e a educação. Em sua obra mais conhecida, "Reivindicação dos Direitos da

emancipação feminina em Reivindicações dos Direitos da Mulher, são exemplos pioneiros de como o feminismo começou a questionar as estruturas estabelecidas.

Há muito tempo considero a independência como a grande bênção da vida e a base de toda virtude; e essa é a independência que sempre garantirei ao contrair minhas necessidades, ainda que vá viver em um país deserto. (Wollstonecraft, 2021, p. 7)

O século 19 seguiu com a organização de movimentos mais estruturados. Nos Estados Unidos, a Convenção de *Seneca Falls*⁷¹, em 1848, é tida como o primeiro encontro formal dedicado aos direitos das mulheres, com destaque para a reivindicação pelo voto feminino. O encontro marcou o início do movimento feminista americano e reuniu tanto mulheres quanto homens que verbalizavam a necessidade de igualdade de gênero, incluindo direito ao voto, acesso a direitos legais e oportunidades educacionais e profissionais.

Já no século 20, o incêndio na fábrica *Triangle Shirtwaist Factory*, em 25 de março de 1911, em Nova Iorque, representou um marco trágico sobre as condições precárias enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras, predominantemente jovens imigrantes. A tragédia resultou na morte de cerca de 130 mulheres por falhas de segurança, como portas trancadas e falta de saídas de emergência. O incêndio deu ainda mais visibilidade ao movimento de reivindicação pelos direitos femininos e por melhores condições de trabalho. Também impulsionou reformas legislativas para aumentar a segurança nas fábricas e fortaleceu a participação feminina nos sindicatos e movimentos sociais e ajudou na criação do 8 de março como Dia Internacional das Mulheres⁷², ao lado de outras lutas femininas.

Mulher", publicada em resposta à Constituição Francesa de 1791, ela cobrou igualdade de educação para mulheres e homens, desafiando as convenções sociais que atribuíam às mulheres serem apenas esposas ideais. Wollstonecraft também participou dos debates intelectuais de sua época, incluindo a Revolução Francesa, por meio de textos que combinavam política, filosofia e crítica social. A vida dela foi marcada por desafios pessoais e uma morte prematura, em 1797, três anos após o nascimento de sua segunda filha. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mary-wollstonecraft-220-anos-de-morte/>. Acesso em: 24 set de 2024.

⁷¹ Seneca Falls, conhecida como o berço dos direitos das mulheres, fica na região dos Finger Lakes, em Nova York, uma região de aproximadamente 10 mil habitantes. A cidade se desenvolveu no final do século 18, com a chegada dos primeiros colonos europeus durante a marcha do General John Sullivan. Ganhou destaque como um centro de indústria e comércio. A cidade ficou conhecida pela influência significativa nos movimentos sociais e de reforma, incluindo a abolição da escravidão e o movimento pelos direitos das mulheres. Atualmente, a cidade abriga o Parque Histórico Nacional dos Direitos das Mulheres e o Hall da Fama Nacional das Mulheres, além de ser considerada inspiração para o filme *"It's A Wonderful Life"*. Disponível em: <https://senecafalls.com/history/history-of-seneca-falls/>. Acesso em: 24 set de 2024.

⁷² O Dia Internacional das Mulheres foi criado a partir das lutas operárias e feministas do início do século XX. Ele teve origem em movimentos como o de 1908, quando 15 mil mulheres marcharam em Nova York reivindicando melhores condições de trabalho, salários justos e direito ao voto. Em 1910, a ativista Clara Zetkin propôs, na Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, que a data fosse internacional, proposta aceita unanimemente. A primeira celebração ocorreu em 1911 na Áustria, Dinamarca,

As chamadas “ondas feministas” demonstram a mudança das lutas e contextos específicos ao longo do tempo. A primeira onda, a partir do final do século 19, era focada principalmente no sufrágio, enquanto a segunda, entre os anos 1960 e 1980, ampliou a agenda para questões de igualdade de gênero mais abrangentes, como direitos reprodutivos e violência doméstica. A terceira onda, iniciada nos anos 1990, manteve uma abordagem mais diversificada e fragmentada, tratando a interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade, com foco nas identidades pessoais e na representatividade.

O feminismo mundial chega ao século 21 se adaptando às novas realidades sociais, tecnológicas e políticas, enfrentando desafios como a violência digital e os impactos do neoliberalismo nas políticas de gênero. Essa evolução mostra uma transformação nos contextos e prioridades feministas ao longo das décadas, mas também uma continuidade no objetivo central: a busca pela igualdade de gênero.

No Brasil, o movimento feminista caminhou alinhado ao que ocorreu no resto do mundo. Entre o final do século 19 e o início do século 20, a luta das mulheres era focada no direito ao voto, na oportunidade de educação e na igualdade legal. Em seguida, entre os anos 1960 e 1970, assim como os movimentos globais de direitos civis e liberdade feminina, as brasileiras focaram em questões mais amplas, como direitos reprodutivos, sexualidade, e igualdade no trabalho. Dos anos 1990 até os dias atuais, a luta é caracterizada pela diversificação de pautas, incorporando diversidade e interseccionalidade. Esta onda ampliou a inclusão de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, abordando temas como identidade de gênero, raça e classe social.

Brasileiras como Nísia Floresta e Bertha Lutz, conforme veremos adiante, se destacaram na defesa da educação feminina e da participação na vida pública. A partir da luta delas e de tantas outras, as primeiras mulheres entraram nas escolas e nas universidades, mesmo enfrentando preconceitos e discriminações, abrindo o caminho para as novas gerações.

O direito ao voto no Brasil é resultado de mais de 50 anos de luta dos movimentos feministas, que o reivindicavam antes mesmo da proclamação da República, como lembra a

Alemanha e Suíça. Em 1975, a ONU oficializou o 8 de março como o Dia Internacional da Mulheres, transformando a data em um marco tanto de celebração das conquistas femininas quanto de protesto contra a desigualdade de gênero. A data também homenageia eventos históricos como a greve de mulheres russas em 1917, que demandaram “pão e paz”, resultando em avanços políticos, incluindo o direito ao voto. Hoje, é amplamente reconhecida como um símbolo de luta por igualdade e direitos das mulheres em todo o mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9w9n4kyemxo>. Acesso em: 16 jan. 2025.

Justiça Eleitoral⁷³(Mulheres[...], [s.d.a]). A garantia foi oficializada pelo Decreto 21.076, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, ao instituir o Código Eleitoral Provisório, em 24 de fevereiro de 1932. Naquele momento, pela primeira vez, foi autorizado o voto feminino. A conquista chegou por meio do Artigo 2º do texto: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na fórmula deste Código⁷⁴” (Brasil, 1932).

Apesar da garantia, o direito não foi imediato para todas as mulheres, já que o voto era facultativo. E mais: apenas as casadas com permissão do marido, ou viúvas e solteiras com renda própria, eram autorizadas a votar. Já o Código Eleitoral de 1945 trouxe a inovação da obrigatoriedade do voto para ambos os sexos, mas retirava a obrigação para “as mulheres que não exerçam profissão lucrativa”⁷⁵(Brasil, 1945). Apenas em 1950, com uma nova legislação eleitoral, o sufrágio tornou-se obrigatório para homens e mulheres, sem nenhum obstáculo ou margem para impedir o voto feminino. O último e mais atual Código Eleitoral em vigor, de 15 de julho de 1965, tornou o sufrágio universal, obrigatório e secreto aos brasileiros maiores de 18 anos, com exceção para os analfabetos, os que não falam o idioma brasileiro e os que estejam privados dos direitos políticos.

⁷³ Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11051. Acesso em: 29 jul 2024.

⁷⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jul 2024.

⁷⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jul 2024.

Quadro 3 - Textos dos Códigos Eleitorais do Brasil ao longo do tempo

(continua)

A EVOLUÇÃO DOS CÓDIGOS ELEITORAIS E O DIREITO AO VOTO NO BRASIL

24 DE FEVEREIRO DE 1932

Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.

Art. 4º Não podem alistar-se eleitores: os mendigos; os analfabetos; as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art. 121. Os homens maiores de 70 anos e **as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral.**

4 DE MAIO DE 1935

Art. 2º São eleitores os brasileiros de um e outro sexo, maiores de 18 anos, alistados na forma desta lei.

Art. 3º Não se podem alistar eleitores: os que não saibam ler e escrever; as praças de pret, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior, os aspirantes a oficiais, e os sargentos do Exército, da Armada e das forças auxiliares do Exército, os mendigos; os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

Art. 4º **O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e, para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada.**

Quadro 3 - Textos dos Códigos Eleitorais do Brasil ao longo do tempo.

(conclusão)

28 DE MAIO DE 1945

Art. 2º São eleitores os brasileiros, de um e outro anexo, maiores de 18 anos, alistados na conformidade desta lei.

Art. 3º Não podem alistar-se eleitores: os que não saibam ler e escrever; os militares em serviço ativo, salvo os oficiais; os mendigos; os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

Art. 4º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros, de um e outro sexo, salvo: os inválidos; os maiores de 65 anos; os brasileiros a serviço do País no estrangeiro; os oficiais das forças armadas em serviço ativo; os funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio; os magistrados; **as mulheres que não exerçam profissão lucrativa.**

24 DE JULHO DE 1950

Art. 2º São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 3º Não podem alistar-se eleitores: os analfabetos; os que não sabem exprimir-se na língua nacional; os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art. 4º **O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo.**

15 DE JULHO DE 1965

Art. 4º São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 5º Não podem alistar-se eleitores: os analfabetos; os que não saibam exprimir-se na língua nacional; os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 82. **O sufrágio é universal e direto; o voto, obrigatório e secreto.**

Fonte: Arte elaborada pela autora com base nos textos dos Códigos Eleitorais, disponibilizados pelo Governo Brasileiro, pela Câmara dos Deputados e pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A luta das brasileiras, entretanto, teve início muito antes da autorização do voto, com tentativas de alistamento negadas e debates intensos durante a Constituinte de 1890. A mobilização foi impulsionada no início do século 20, com a criação do Partido Republicano

Feminino, em 1910, por Leolinda de Figueiredo Daltro. Apelidada “mulher do diabo”⁷⁶ por defender direitos das mulheres e dos povos indígenas, Leolinda nasceu na Bahia, mas viveu no Rio de Janeiro (Mulheres [...], [s.d.b]). Divorciada e mãe solo, criou cinco filhos enquanto organizava passeatas e reivindicava direitos eleitorais e condições dignas para as mulheres. Leolinda nunca chegou a se eleger a mandatos eletivos, mas pesquisas sobre a vida dela recordam que, após o voto ser garantido às mulheres, ela teria dito que morreria feliz pela vitória feminina na busca da emancipação política⁷⁷ (Melo; Marques, [s.d.]). Leolinda morreu em maio de 1935 em um acidente de carro⁷⁸ (Leolinda [...], [s.d.]).

Outro nome importante na luta pelo voto feminino foi o de Bertha Maria Júlia Lutz. Filha do médico e cientista Adolfo Lutz e da enfermeira Amy Fowler, Bertha nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894. Ainda jovem, foi estudar na Europa, onde formou-se em biologia pela Sorbonne e teve o primeiro contato com o movimento sufragista inglês. Ao retornar ao Brasil, em 1918, ingressou no Museu Nacional como bióloga, sendo a segunda mulher a ser aprovada no serviço público no país. Em 1919, Bertha fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, mais tarde chamada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), tornando-se um importante movimento na luta pelo sufrágio feminino.

Em 1922, Bertha representou as brasileiras na Assembleia-Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos. Ao retornar, organizou o primeiro congresso feminista no Brasil e fundou várias organizações femininas. A liderança e a influência dela foram fundamentais na garantia do direito de voto às mulheres brasileiras. Bertha liderou o grupo que pressionou o então presidente Getúlio Vargas para modificar o código eleitoral e permitir o voto feminino⁷⁹ (Marasciulo, 2019). Ela participou da comissão encarregada de elaborar uma nova constituição e assegurou a inclusão de direitos das mulheres no texto. Bertha também formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1933.

⁷⁶ Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046. Acesso em: 29 jul 2024.

⁷⁷ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO.%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 29 ju 2024.

⁷⁸ Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/leolinda-figueiredo-daltro-1859-1935/>. Acesso em: 29 jul 2024.

⁷⁹ Disponível em: <https://revistagalileu.Globo.com/Sociedade/noticia/2019/03/bertha-lutz-biologa-pioneira-no-movimento-de-igualdade-de-genero.html>. Acesso em: 29 jul 2024.

Apesar da luta na causa, Bertha nunca foi eleita diretamente para mandatos eletivos, mas, como suplente, assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados, em 1936, com a morte do titular da cadeira, Cândido Pessoa (Brasil; Senado Federal, 2015)⁸⁰. No Parlamento, lutou por igualdade salarial, licença-maternidade e redução da jornada de trabalho. Fora da política, seguiu na Biologia até 1964, tornando-se referência em estudos sobre anfíbios. Bertha não casou ou teve filhos e seu último ato público ocorreu em 1975, quando integrou a delegação brasileira na Conferência Mundial da Mulher, realizada no México e promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um ano depois, Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro.

Figura 11 - Bertha Lutz em Natal, no Rio Grande do Norte, um dos locais onde ela fez campanha pelo direito ao voto feminino, em 1928



Foto: Arquivo Nacional.

Antes mesmo que o Código Eleitoral brasileiro permitisse o voto a ambos os sexos, outra mulher já marcava a história do sufrágio e da luta pelos direitos femininos no país: Celina Guimarães Viana, a primeira brasileira a votar, em 1928, em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Nascida em Natal, em 1890, Celina mudou-se para Mossoró, onde trabalhou como

⁸⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 29 jul 2024.

professora e implementou métodos progressistas, como o fim dos castigos físicos e a inclusão do teatro nas aulas. Celina foi além das salas de aula, se envolveu também em atividades esportivas e foi, possivelmente, a primeira mulher a apitar jogos de futebol no Brasil, entre 1917 e 1919, desafiando as normas de gênero da época⁸¹ (Veiga, 2022).

O mecanismo legislativo que permitiu a Celina Guimarães ser a primeira eleitora do Brasil resultou de uma importante articulação política e do avanço do movimento feminista no Brasil. No dia 25 de outubro de 1927, a Lei Estadual nº 660 entrou em vigor no Rio Grande do Norte, estabelecendo o direito ao voto sem “distinção de sexo”. A lei permitiu que mulheres pudessem se alistar como eleitoras, e Celina o fez no mesmo ano. A permissão para o voto feminino ocorreu graças ao contato e influência do movimento feminista com parlamentares locais do Rio Grande do Norte, em uma época em que os estados tinham autonomia para legislar sobre as questões eleitorais.

Já a primeira deputada federal brasileira foi eleita oficialmente em 1934. Médica, natural de São Paulo, Carlota Pereira de Queirós fez à época um discurso de apoio às mulheres no parlamento, em 13 de março daquele ano.

“Subo hoje a esta tribuna para vencer mais uma etapa da nossa evolução política e iniciar definitivamente a vida ativa da mulher parlamentar no Brasil. Se a voz feminina, interpretando os trechos clássicos da política nacional não atingir as profundezas e a gravidade das vozes que têm ecoado neste recinto, produzirá ao menos vibrações novas, alcançando, na sua agudeza, notas inéditas para os ouvidos habituados a estas sessões [...] É necessário que, homens e mulheres, com todos os seus recursos, concorram simultaneamente para aumentar as possibilidades do Brasil”(Brasil; Câmara dos Deputados, [1934])⁸².

Passados quase cem anos da luta de Leolinda, Bertha, Celina, Carlota e tantas outras centenas de mulheres que garantiram o voto feminino no Brasil, a sub-representação das mulheres segue evidente nos principais cargos de poder do país. Nas eleições gerais de 2022⁸³, elas representavam 53% do eleitorado total, de acordo com as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil; TSE, 2024). O percentual, entretanto, não garantiu sequer a paridade de gênero no Legislativo. Das 27 vagas disponíveis para o Senado Federal em 2022,

⁸¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62100807>. Acesso em: 12 ago 2024.

⁸² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/mulheres-no-parlamento/destaques/discurso-de-carlota-pereira-de-queiroz-primeira-deputada-federal>. Acesso em: 29 out. 2023.

⁸³ Segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=320185403881681>. Acesso em: 13 jul 2024.

apenas quatro foram conquistadas por mulheres, ou seja, 14,8% do total. Em 2023⁸⁴, havia 15 mulheres no exercício do mandato no Senado, isso porque algumas já tinham mandato ativo e outras suplentes assumiram a cadeira com a indicação dos senadores a cargos no Executivo Federal, especialmente nomeação de ministros de Estado (Brasil; Senado Federal, [s.d.]).

Na Câmara dos Deputados, a situação não foi muito diferente na eleição de 2022, com apenas 17,7% das vagas ocupadas por mulheres. Em novembro de 2023, 94 estavam em exercício do mandato⁸⁵, sendo que três eram suplentes e foram empossadas a partir da licença temporária dos ocupantes do mandato (Brasil; Câmara dos Deputados, [s.d.]). Os números refletem a histórica exclusão das mulheres do cenário político, situação que se torna ainda mais severa para mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, que têm representatividade quase inexistente no Congresso Nacional Brasileiro.

O Brasil só teve a primeira deputada federal indígena em 2018, quando Joênia Batista de Carvalho (Rede-RR), conhecida como Joênia Wapichana, conquistou o mandato para a Câmara dos Deputados. Nas eleições de 2022, a bancada aumentou, com quatro mulheres indígenas eleitas para a Câmara dos Deputados: Sônia Guajajara (PSol-SP), Célia Xakriabá (PSol-MG), Silvia Waiapi (PL-AP) e Indinarae Siqueira (PT-RJ). Joenia Wapichana não conseguiu reeleição e ficou sem mandato. Também na Câmara, em fevereiro de 2024, a deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) foi escolhida para liderar a federação PSol-Rede. Com isso, se tornou a primeira mulher trans a ocupar uma posição de liderança no Congresso Nacional. O Senado Federal nunca teve mulheres trans ou indígenas com mandato.

A ausência feminina na política brasileira é reflexo de padrões históricos de dominação masculina, perpetuados por instituições e práticas culturais que marginalizam a participação das mulheres na esfera pública. Desde a Idade Média, com Cristina de Pizán (1405) destacando a exclusão das mulheres da esfera pública, até estudos recentes, como os de Miguel e Biroli (2014), que abordam as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres, a luta por igualdade está longe de apresentar resultados efetivos para as mulheres na política partidária.

⁸⁴Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>. Acesso em: 29 out. 2023.

⁸⁵Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/bancada-feminina-57a-legislatura-2023-2027>. Acesso em: 11 nov. 2023.

A luta pela inclusão feminina na política vai de encontro a uma história de inércia estrutural e cultural que sustenta a dominação masculina (Bourdieu, 2020; Beauvoir, 2019; Federici, 2017). Beauvoir (2019, p.17) discorre, nesse sentido, sobre campos diferentes ocupados por homens e mulheres historicamente. “Constituem duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas”. A autora aborda o abismo enfrentado pelos dois grupos nos ambientes de trabalho, realidade vivida pelas mulheres e os benefícios oferecidos aos homens até os tempos de hoje.

Ocupam, na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado, toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. (Beauvoir, 2019, p. 17)

Ao discutir o gênero, Lauretis (1987) diz não ser algo inerentemente natural ou biológico, mas sim uma construção cultural continuamente moldada e apoiada por diversas tecnologias sociais. Nesse sentido, ela usa o conceito de “tecnologia do gênero” para explorar as práticas e as normas que regulam o comportamento e a identidade dos indivíduos, abordando o gênero como uma performance reiterada, onde as identidades de gênero são produzidas e legitimadas no espaço social, desafiando a noção de gênero como atributo essencial do ser humano.

Além disso, Lauretis (1987) argumenta que o gênero está entrelaçado com as relações de poder, funcionando como um mecanismo para a manutenção e reprodução de certas estruturas sociais e políticas. As normas de gênero são impostas e impulsionadas por várias instituições sociais, como a família, a escola e os meios de comunicação, que atuam como agentes de socialização, ensinando e perpetuando as normas sobre o que significa ser homem ou mulher em um determinado contexto cultural, a partir das expectativas normativas. Esse processo não só define, como restringe as possibilidades de expressão de gênero, contribuindo para a perpetuação das desigualdades e opressões de gênero.

Afirmar que a teoria (um termo genérico para qualquer discurso teórico que busca dar conta de um objeto particular de conhecimento, e em efeito, construindo esse objeto em um campo de significado como seu domínio próprio de conhecimento, o domínio sendo frequentemente chamado de 'disciplina') é uma tecnologia de gênero pode parecer paradoxal, dado o fato de que tenho lamentado ao longo

dessas páginas; a saber, que as teorias que estão disponíveis para nos ajudar a mapear a passagem da socialidade para a subjetividade, de sistemas simbólicos para a percepção individual, ou de representações culturais para a auto-representação — uma passagem em espaço descontínuo, eu poderia dizer — são ou indiferentes ao gênero ou incapazes de conceber um sujeito feminino. Elas são indiferentes ao gênero, como as de Althusser e Foucault, ou o trabalho anterior de Julia Kristeva ou de Umberto Eco; ou ainda, se elas se preocupam com gênero, como a teoria da psicanálise de Freud faz (mais do que qualquer outra, de fato, com exceção da teoria feminista), e se elas então oferecem um modelo da construção de gênero na diferença sexual, no entanto, seu mapa do terreno entre a socialidade e a subjetividade é um que deixa o sujeito feminino desesperadamente preso em pântanos patriarcais ou abandonado em algum lugar entre o diabo e o mar profundo. No entanto, e este é o meu argumento neste livro, ambos os tipos de teorias, e as ficções que elas inspiram, contêm e promovem alguma representação de gênero, não menos que o cinema faz." (Lauretis, 1987, p. 19, *tradução nossa*)

Apesar de usar o conceito de tecnologia do gênero para estudar questões voltadas ao cinema, a proposta de Lauretis também pode ser usada para entender a exclusão das mulheres do poder e das decisão, como é o caso da política, mostrando como as normas de gênero são socialmente construídas e mantidas para fortalecer a dominação masculina e limitar a participação feminina em determinados ambientes.

Segundo Lauretis, as tecnologias sociais, como a educação, a mídia e as instituições políticas, moldam as identidades de gênero e reforçam as expectativas normativas sobre o que é apropriado para homens e mulheres. Nesse contexto, o gênero é utilizado como um mecanismo de controle que naturaliza a ideia de que as mulheres são menos aptas ou adequadas para ocupar posições de poder, perpetuando a desigualdade de gênero.

Miguel e Biroli (2014) lembram que as dificuldades são ainda mais acentuadas para alguns grupos femininos, como é o caso de mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras. “Na prática, as posições de representantes políticas tendem a ser monopolizadas por aquelas em situação privilegiada (profissionais brancas heterossexuais burguesas ou de classe média)” (Miguel; Biroli, 2014, p. 64).

A ponderação dos autores citados anteriormente representa a realidade do Congresso Nacional brasileiro. No Senado Federal, nenhuma senadora com mandato atualmente se autodeclara negra. Ao longo da história, apenas quatro mulheres negras foram senadoras. A primeira foi a médica Laélia de Alcântara, em 1981. Ela era suplente e assumiu a vaga com a morte do então senador Adalberto Sena. Depois dela, somente outras três mulheres negras chegaram ao cargo: Benedita da Silva e Marina Silva, eleitas em 1994, e Regina Sousa,

suplente do senador Wellington Dias, eleito em outubro de 2010. Com a eleição de Dias ao Governo do Piauí, em 2014, Regina Sousa assumiu a cadeira no Senado no início de 2015.

Para a Câmara dos Deputados, em 2022, a eleição de pessoas que se declaram pretas e pardas teve um aumento de 8,94%, quando comparada ao pleito de 2018. Apesar do avanço, do total de parlamentares, apenas 29 mulheres autodeclaradas pretas ou pardas conquistaram mandato. O número ainda é maior do que as 13 eleitas em 2018. Pela primeira vez, a Câmara dos Deputados tem duas mulheres trans: Erika Hilton, eleita por São Paulo, e Duda Salabert, eleita por Minas Gerais.

A falta de maior representatividade e a tentativa de exclusão das mulheres da CPI da Covid confirmam que, mesmo quando chegam ao Poder ou a determinados postos no mundo do trabalho, elas enfrentam um limite de crescimento e de reconhecimento. É o chamado “teto de vidro”, enfrentado pelas mulheres e lembrado por Biroli (2018.)

O acesso a posições de poder no mundo do trabalho é um exemplo claro de que as desigualdades de gênero permanecem mesmo entre os estratos mais ricos e com maior acesso à educação formal: o chamado “teto de vidro” tem sido constatado nas empresas, na burocracia de Estado e na política, definindo limites mesmo para as mulheres que tiveram oportunidades semelhantes às de seus colegas homens e que são mais escolarizadas do que eles. (Biroli, 2018, p.13)

Ainda sobre as eleições de 2022, com o pleito finalizado para cargos majoritários nos âmbitos estaduais, apenas duas mulheres foram eleitas governadoras no Brasil – Fátima Bezerra, do PT, reeleita no Rio Grande do Norte, e Raquel Lyra (PSDB), escolhida para governar Pernambuco por quatro anos. Ou seja, das 27 cadeiras de chefes dos Executivos locais, sendo os 26 estados e o Distrito Federal, apenas duas foram ocupadas por mulheres, o que significa 7,4% do total.

Apesar do aumento no percentual de mulheres, mulheres negras, e da eleição de mulheres trans nas últimas eleições para o Legislativo, a sub-representação e a exclusão feminina do campo político são sentidas no dia a dia. O Legislativo Brasileiro, por exemplo, é o único Poder que, até hoje, não foi presidido por uma mulher.

No Executivo e no Judiciário brasileiro, nenhuma mulher negra chegou à Presidência. E, apesar de as mulheres já terem ocupado a presidência desses poderes, elas representam um percentual muito baixo quando comparado ao masculino. No Supremo

Tribunal Federal⁸⁶, por exemplo, de 170 ministros, em 132 anos de história, entre 1891 e 2023, apenas três mulheres chegaram à Suprema Corte, o que representa 1,7% das vagas já ocupadas. Quando se trata da Presidência do STF, elas representaram três entre 50 homens, ou seja, 6% (Brasil; STF, 2023).

Na Presidência da República, a única mulher a ocupar o cargo foi Dilma Rousseff, eleita em 2010 com mais de 55 milhões de votos, 56% dos votos válidos, contra 44% do seu então adversário político no segundo turno, José Serra. Dilma foi reeleita em 2014, com 54,5 milhões de votos, também em segundo turno, desta vez em uma disputa com Aécio Neves. A presidente, no entanto, sequer conseguiu terminar o segundo mandato, tendo sofrido um processo de *impeachment* que a tirou da Presidência em 31 de agosto de 2016.

O processo de impedimento do mandato, iniciado e concluído em 2016, revelou várias nuances sobre o papel das mulheres em posições de liderança e as dinâmicas de gênero presentes na política nacional. Na noite de 17 de abril de 2017, com 367 votos favoráveis, o Plenário da Câmara dos Deputados autorizou o andamento do processo de *impeachment* pelo crime de responsabilidade, por Dilma supostamente ter violado leis orçamentárias ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Legislativo e em desconformidade com a Lei Orçamentária Anual, que exigia a vinculação dos gastos ao cumprimento da meta fiscal estabelecida.

Além disso, os deputados justificaram a necessidade da abertura do processo em razão das chamadas “pedaladas fiscais” no uso de recursos do Banco do Brasil para cobrir despesas do Plano Safra, atrasando os repasses ao banco. A medida havia sido interpretada pelo Tribunal de Contas da União como uma operação de crédito irregular. O relatório aprovado pela Câmara alegou que as ações foram prejudiciais à saúde fiscal do país, comprometendo a estabilidade financeira e econômica do Brasil e, por extensão, a própria democracia.

O processo de *impeachment* foi tratado no livro *Mídia, Misoginia e Golpe* (Geraldine *et al.*, 2016) como uma clara demonstração de misoginia e exclusão de mulheres dos espaços de poder. A obra destaca que a mídia, participante ativa no processo, reforçou estereótipos

⁸⁶ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=OrdemAntiguidade>. Acesso em: 19 nov. 2023.

sexistas e ajudou a moldar uma narrativa pública contra Dilma Rousseff, caracterizando-a de maneira pejorativa, ora como “histérica”⁸⁷, ora como “incompetente” (Bernardes, 2016).

O livro abordou ainda o uso frequente, por parte da imprensa, de palavras e imagens que solidificam preconceitos de gênero, potencializando a ideia de que mulheres são menos capazes de governar (Geraldine *et al.*, 2016). Isso se manifestou em ataques pessoais durante as sessões do Congresso e em reportagens e editoriais que questionavam a estabilidade emocional e a capacidade de liderança de Dilma, ilustrando uma resistência subliminar à presença feminina em posições de alto poder.

Um momento crítico e síntese da misoginia da mídia foi a capa da Revista IstoÉ com um texto utilizando todos os estereótipos e adjetivos machistas e misóginos, para desqualificar uma mulher na Presidência do Brasil. A estratégia da revista foi a mesma utilizada no vazamento contra o ex-presidente Lula da Silva, que expunha sua fala informal em telefonemas privados usados para desclassificá-lo moralmente. Mas com Dilma Rousseff foi ainda mais escandaloso, sexista e intolerável no momento que o texto ultrapassou qualquer ética jornalística, com a utilização de aspas sem nenhuma fonte, com acusações de cunho comportamental e moral que faziam uma desqualificação psicológica e emocional da Presidenta da República, que teria “perdido o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o País” e é descrita (sem fontes identificadas) como uma desequilibrada, histérica, furiosa, a beira de um ataque de nervos e propensa a atos violentos. (Geraldine *et al.*, 2016, p. 144)

⁸⁷ Em entrevista à revista americana Time, em julho de 2016, Dilma Rousseff, já afastada da Presidência em razão do processo de impeachment, classificou o afastamento como um "golpe parlamentar" motivado por razões políticas e "misóginas". Ela argumentou que a chegada de uma mulher à presidência desencadeou avaliações estereotipadas sobre sua personalidade, sendo retratada ora como insensível e fria, ora como histérica. Dilma destacou ainda que o processo corroía as instituições brasileiras e que a resposta a essa luta deveria ser baseada no debate, no esclarecimento e no diálogo. Disponível em: <https://baixomanhattan.blogfolha.uol.com.br/2016/07/29/em-entrevista-a-time-dilma-rousseff-chama-impeachment-de-misoginia-politica/>. Acesso em: 30 set. 2024.

Figura 12 - Capa da revista IstoÉ. A edição da revista foi publicada em abril de 2016



Fonte: Reprodução da edição 2.417 da revista *IstoÉ*, veiculada em âmbito nacional em 1º de abril de 2016⁸⁸ (Dilma [...], 2016).

Mídia, Misoginia e Golpe (Gerald *et al.*, 2016) acusa a mídia de manipular a opinião pública para aceitar o *impeachment* como uma medida necessária, mesmo com o que chamam de “fragilidade” das bases legais para o processo. A situação da então presidente é descrita como um retrocesso significativo para a representação feminina na política, com implicações de longo alcance para as lutas por igualdade de gênero no Brasil. O livro sugere

⁸⁸ Quatro meses depois da publicação da edição da revista, a *IstoÉ* foi condenada a conceder direito de resposta a Dilma Rousseff por publicações ofensivas feitas pouco antes da votação do *impeachment*. A decisão judicial determinou que a resposta de Dilma deveria ter o mesmo espaço, destaque, diagramação e publicidade das matérias originais, com multa diária de R\$ 1 mil, até o limite de R\$ 20 mil, em caso de descumprimento. As publicações abordaram um editorial intitulado "Hora de xepa no planalto" e a matéria "Uma presidente fora de si", ambas da edição de 1º de abril de 2016. Nos textos, a revista afirmou que Dilma teria perdido o controle emocional e teria agido de maneira inadequada. Após não ter um pedido de resposta atendido pela revista, Dilma recorreu à Justiça. A *IstoÉ* alegou que as publicações não foram ofensivas, mas a juíza do caso discordou, afirmando que, ao abordar questões relacionadas às condições psicológicas da presidente, a revista ultrapassou os limites do direito de informação. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/243247/dilma-tera-direito-de-resposta-na-revista-istoe-por-publicacoes-ofensivas>. Acesso em: 30 set. 2024.

que o *impeachment* não apenas removeu uma presidente mulher, como simbolizou uma rejeição mais ampla das mulheres em posições de liderança, potencialmente desencorajando outras mulheres a buscar tais posições ou a se envolverem na política.

A narrativa é usada para chamar a atenção para a necessidade de resistir ao machismo e ao sexismo institucionalizados, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel da mídia na perpetuação de estruturas de poder desiguais e na resistência à participação das mulheres nos espaços de poder político e social.

Essa exclusão feminina dos locais de poder não é recente, como já dito, podendo ser abordada a partir das origens da institucionalização, quando Berger e Luckmann (2003, p.69) destacam que “a atividade humana está sujeita ao hábito”. A afirmação pode explicar, de certa forma, a ausência de mulheres nesses ambientes e como protagonistas na política. O comportamento contribui para a perpetuação do patriarcado, “brevemente definido como um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas” (Biroli, 2018, p.11), e a recorrente exclusão das mulheres.

Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, ipso facto, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica além disso que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico. (Berger; Luckmann, 2003, p. 77)

Apesar de os dados demonstrarem a exclusão das mulheres nos cargos políticos, pesquisas recentes comprovaram que, quando elas estão no poder, há mais eficiência nas políticas públicas, além da redução nos casos de corrupção. Ao analisar 150 países, entre eles o Brasil, o *Journal of Economic Behavior & Organization* publicou, em 2018, um estudo indicando que a corrupção é menor onde há mais mulheres no poder (Jha; Sarangi, 2018)⁸⁹.

A pesquisa analisou os impactos da presença de mulheres na tomada de decisões relacionadas à corrupção em governos. A avaliação foi feita a partir da proporção de mulheres no parlamento e os índices de corrupção do país do qual cada mulher integrava o cargo de poder. Os resultados indicaram que, onde há participação feminina, as políticas são feitas de forma a combater a corrupção.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167268118300933?via%3Dihub>. Acesso em; 19 nov. 2023.

Quando o assunto é pandemia de Covid, tema abordado na CPI em discussão neste estudo, as mulheres também demonstraram melhor controle e atuação mais efetiva no combate à doença. É o que diz o estudo “Sob pressão: a liderança das mulheres durante a crise da Covid-19”⁹⁰, conduzido por pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade de Barcelona (Bruce *et al.*, 2021). A pesquisa indica que mulheres no poder ajudaram a salvar vidas durante a pandemia de Covid.

Foram analisados, no Brasil, dados do Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe), do Ministério da Saúde, de 700 municípios. A conclusão destaca que os municípios comandados por mulheres tiveram, em média, 25,5 mortes por 100 mil habitantes a menos do que os que são chefiados por homens. A diferença de mortalidade alcançou 43,7%. Já as internações apresentaram redução de 30,4% para cada grupo de 100 mil pessoas.

No debate no Parlamento ou na imprensa, poucas vozes tiveram coragem de se levantar contra o objetivo que se pretendia alcançar, a maior equidade entre homens e mulheres na representação política -- o que não significa uma unanimidade quanto à questão, mas o reconhecimento de que a defesa aberta da exclusão das mulheres não integra mais o espaço do discurso legítimo (Miguel, 2000, p.91)

Mesmo com pesquisas demonstrando a eficiência das mulheres em cargos decisórios, a realidade no Congresso Nacional é de exclusão delas. Levantamento do jornal *Folha de S.Paulo* mostrou que as mulheres dificilmente integram as CPIs do Senado Federal. “Mulheres participaram como titulares em apenas 32% das CPIs instaladas no Senado desde 1946, após o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, período em que essas comissões passaram a funcionar de forma efetiva. Foram 68 CPIs instaladas desde então, com a participação de senadoras em apenas 22 delas”, detalha a reportagem “Mulheres ficam de fora de 2 a cada 3 CPIs no Senado”⁹¹, publicada em 25 de julho de 2021 (Lopes; Machado, 2021).

É essencial lembrar que, instalado em maio de 1826, ainda no Brasil Império, o Senado Federal só foi ter oficialmente a primeira senadora em 1979. Eunice Michiles, que

⁹⁰ Disponível em: http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Bruce_Cavguas_Meloni_Remigio.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

⁹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/mulheres-ficam-de-fora-de-2-a-cada-3-cpis-no-senado.shtml>, Acesso em: 29 out. 2023.

até então era suplente, ocupou o cargo deixado pelo então senador João Bosco Ramos de Lima, que morreu em maio de 1979 por problemas cardíacos.

No discurso de posse, Eunice lembrou das mulheres: “Sinto os olhares de milhões de mulheres na expectativa de que lhes saiba interpretar as reivindicações. O Código Civil nos coloca ao nível do índio, da criança e do débil mental. Somos fruto de uma cultura patriarcal e machista, onde a mulher vive à sombra do homem e rende obediência ao pai, ao marido ou, na falta deste, ao filho mais velho”⁹²(Westin, 2019). Durante os anos de mandato, Eunice não conseguiu aprovar nenhum dos projetos de lei apresentados por ela, sendo a maioria das propostas de garantias às mulheres.

Antes de Eunice, a Princesa Isabel poderia ter sido a primeira senadora do Brasil. Isso porque a Constituição do Império, de 1824, dizia que “os príncipes da Casa Imperial são senadores por direito, e terão assento no Senado logo que chegarem à idade de 25 anos”⁹³ (Brasil, 1824). Mas ao completar a idade, em julho de 1871, a Princesa Isabel teve o direito de assumir a cadeira questionado por vários senadores.

Entre os questionamentos, estava o de que o artigo da Constituição aplicava-se apenas aos príncipes e não às princesas e que as mulheres não estavam habilitadas ao cargo. Não há registros oficiais sobre a posse dela ao cargo. Sendo assim, oficialmente, Eunice Michiles é considerada a primeira senadora brasileira. De 1979 para cá, pouco mais de 40 mulheres foram eleitas senadoras no país.

A baixa representação de mulheres em cargos eletivos reflete a análise de Miguel e Feitosa (2009, p. 218), que observam que “as mulheres ainda são vistas como “penetras” em um espaço estruturado sob a ótica masculina”. Os autores abordam a inserção feminina na política como um campo de tensão constante entre as expectativas sociais e os desafios impostos pelos estereótipos de gênero, em que o campo político, majoritariamente masculino, exige um equilíbrio entre a aceitação de normas tradicionais e a busca por protagonismo e voz ativa.

As mulheres que ousam romper com os papéis historicamente atribuídos, arriscam-se a enfrentar julgamentos que as rotulam como inadequadas ou desviantes, como avaliam

⁹² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a-senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia>. Acesso em: 3 nov. 2023.

⁹³ A garantia era estabelecida no Art. 46. da Constituição de 1824, publicada na Coleção de Leis do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>. Acesso em: 5 out. 2024.

os autores. Nesse contexto, destaca-se um dilema central que perpassa a trajetória das mulheres na atuação política: adaptar-se às expectativas de comportamento ou desafiar essas imposições e, com isso, sofrer as consequências sociais e políticas desse enfrentamento.

Se os homens podem estabelecer suas estratégias mais ou menos livremente, as mulheres na política se veem, antes de tudo, diante de um dilema, comum a todas elas: se enfrentam os estereótipos, ignorando as expectativas sociais construídas sobre a postura "adequada" para elas, sofrem o estigma de serem consideradas desviantes ou masculinizadas; se, ao contrário, optam por se adaptar a eles, acabam por se confinar em posições de menor prestígio no campo (Miguel; Feitosa, 2009, p. 218)

Bandeira (2008) lembra uma declaração que a historiadora francesa Michelle Perrot fez à imprensa sobre a importância das mulheres saírem do silêncio e se fazerem presentes no cenário político. “Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo. Podemos falar do silêncio da História sobre as mulheres”⁹⁴ (Bandeira, 2008, p.209).

Em contexto similar, Angela Davis (2017) reflete sobre o movimento das mulheres nos anos 1980 para ocupar cargos políticos significativos e aponta para uma crítica dentro do movimento feminista, ressaltando como racismo e classismo podem desviar o movimento do objetivo final de conquistar igualdade e direito para todas as mulheres, levando a uma divisão do movimento como um todo.

Historicamente, quando o movimento de mulheres se desviou do caminho rumo a uma verdadeira igualdade para todas as mulheres, com frequência isso se deu por causa da influência danosa e deformadora de ideias racistas e contrárias à classe trabalhadora sobre a perspectiva das líderes feministas (Davis, 2017, p.83)

A perda de espaço das mulheres no mercado de trabalho e a tentativa de silenciamento delas em decisões políticas pode ser entendida ainda no século 16, durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Silvia Federici lembra, em *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2023, p.146), que, durante esse processo, “as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então”.

⁹⁴ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

A autora destaca que as crises populacionais vividas durante o período, a partir da exploração da mão de obra da classe trabalhadora e de guerras, fizeram com que as mulheres fossem colocadas no papel de reprodutoras, tendo os corpos utilizados como instrumentos para aumento populacional e da força de trabalho. Não que as mulheres não tenham lutado ou buscado o espaço no mercado de trabalho, mas as condições impostas a elas eram violentas e geram efeitos até os dias atuais.

As mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que outrora tradicionalmente ocuparam, como fabricação de cerveja e realização de partos, pois havia novas restrições para empregá-las. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite (Federici, 2023, p.190).

A exclusão histórica das mulheres em espaços que não sejam o doméstico, de cuidado com a família e os filhos, é retratada por tantos outros autores e perduram até os dias de hoje, como destaca Biroli (2018). “Acumulam-se, no contexto atual, investidas contra as mulheres na política, contestações à sua competência como atores políticos e ações contrárias a direitos que foram estabelecidos como resultado de demandas e lutas históricas” (Biroli, 2018, p.17).

Dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2024⁹⁵ comprovam a ausência de mulheres em posição de liderança (ONU Mulheres, 2024). A desigualdade mais notável ocorre nos cargos mais altos de poder. Em 2024, apenas 27 países eram chefiados por uma mulher, um pequeno aumento em relação à última década, quando eram 18 mulheres chefes de poder. Ainda segundo os dados, 107 países nunca tiveram mulheres no posto mais alto da política.

Em nível ministerial, a situação é semelhante: as mulheres chefiam somente 23% das pastas a nível global. Quando analisados os dados dos parlamentos, as mulheres eram 27% em nível nacional e 35,5% em nível local. Os dados da ONU apontam para uma progressão lenta em direção à igualdade de gênero na política, com uma previsão de que a paridade no nível do gabinete só seja alcançada em 2077.

De acordo com a ONU, as barreiras que evitam maior participação das mulheres na política incluem normas culturais prejudiciais, violência de gênero e estereótipos perpetuados pela mídia, que sugerem uma menor capacidade de liderança das mulheres em

⁹⁵ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/panorama-de-genero-2024/>. Acesso em: 5 out. 2024.

comparação aos homens. A violência, incluindo ameaças on-line de morte, estupro e violência física, tornou-se comum, dificultando ainda mais a participação feminina nesses espaços. Além disso, o acesso limitado a recursos financeiros e políticos também restringe a capacidade das mulheres de competir em eleições em igualdade de condições com os homens, detalha a Organização.

Diante das barreiras, a ONU sugere ações para ajudar a promover a inclusão feminina na política (ONU Mulheres, 2024). Uma medida eficaz, segundo a Organização, tem sido a implementação de cotas de gênero, que resultou em uma média de 26% de assentos parlamentares ocupados por mulheres em países com cotas obrigatórias, em contraste com 21% em países sem cotas. A implementação de leis e políticas para prevenir e responsabilizar atos de violência contra mulheres na política é outra recomendação para melhorar a participação feminina na política. Além disso, a ONU sugere a promoção da igualdade de tratamento de eleitoras e candidatas e incentiva uma cobertura midiática justa e equilibrada como medidas essenciais para mudar a narrativa em torno da capacidade de liderança das mulheres (ONU Mulheres, 2024).

Um dos instrumentos citados pela ONU como essencial para a inserção feminina na política seria o apoio dos partidos políticos, responsáveis pela filiação, apresentação e fortalecimento das candidatas e, principalmente, pela distribuição dos recursos para as candidaturas (ONU Mulheres, 2024).

Neste sentido, em abril de 2022, o Congresso Nacional já havia promulgado a Emenda Constitucional n.º 117⁹⁶, que obriga partidos políticos a destinarem, no mínimo, 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral às candidaturas femininas. As legendas também ficam obrigadas a reservar, no mínimo, 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão às mulheres (Brasil, 2022).

Mas, segundo amplamente divulgado pela imprensa brasileira, muitos partidos acabaram registrando dezenas de candidaturas possivelmente “laranjas” apenas para cumprir a determinação da lei eleitoral. Em 2020, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, mais de 5 mil candidatos não receberam nenhum voto nas eleições municipais⁹⁷

⁹⁶ Texto completo da Emenda disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc117.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

⁹⁷ Levantamento divulgado pela imprensa a partir de dados do TSE. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/18/mais-de-5-mil-candidatos-nao-recebem-nem-um-voto-sequer-nesta-eleicao-mulheres-representam-23-do-total.ghtml>.

Acesso em: 5 out. 2024.

(Grandin, 2020). As mulheres representaram 65% das que não receberam nem o próprio voto na urna eletrônica. Em 2022, nas eleições gerais, também segundo dados do TSE, ao menos 16 pessoas não receberam nenhum voto, sendo oito mulheres⁹⁸(G1, 2022b).

A ausência feminina na política não está oculta. O relatório Mulheres no Parlamento⁹⁹, divulgado pela organização internacional União Interparlamentar em 2021, mostrou que o Brasil ocupava a 142ª posição do ranking de participação feminina na política nacional, com 15,2% de mulheres na Câmara e 12,4% no Senado. Foram avaliados 192 países a partir de dados de eleições entre 1997 e 2018 (ONU, 2021).

À época da divulgação do relatório, Ruanda, na África, era a campeã de cadeiras ocupadas por mulheres na política, sendo 61,3% de legisladoras na câmara baixa, o que equivale à Câmara dos Deputados, no Brasil, e 38,5% na alta, equivalente ao Senado Federal brasileiro. O relatório definiu ainda Cuba e Emirados Árabes Unidos como “sucesso na paridade de gênero”, com as mulheres ocupando metade ou mais dos assentos nos parlamentos dos dois países (ONU, 2021).

Os números de 2023 da *Inter-Parliamentary Union*¹⁰⁰ colocaram o Brasil na 129ª posição no quesito mulheres no Parlamento, especialmente pelas eleições femininas confirmadas em 2022 (*Inter-Paliamentary Union*, 2024). Apesar do avanço, quando se trata de igualdade entre homens e mulheres na política, o Brasil ainda aparece atrás de países como Ruanda, Cuba, Nicarágua, México, Emirados Árabes, Bolívia, Namíbia, Moçambique, África do Sul, Senegal, Timor-Leste, Angola, Jamaica, Israel, Bangladesh, Camboja, Azerbaijão, entre tantos outros (*Inter-Paliamentary Union*, 2024).

Além da dificuldade para compor o campo político, as mulheres enfrentam outro problema: a violência política de gênero. No Brasil há uma legislação específica que tipifica a prática como crime. Trata-se da Lei nº 14.192¹⁰¹, de agosto de 2021, que estabelece normas para “criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais”(Brasil, 2021).

⁹⁸ Dados disponibilizados pelo TSE e divulgados pelo Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/04/12-candidatos-nao-receberam-nenhum-voto-nas-eleicoes-de-2022-saiba-quem-sao.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁹⁹ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>. Acesso em: 20 nov. 2023.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2023-03/women-in-politics-2023>. Acesso em: 30 de nov. 2023.

¹⁰¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 1 de dez. 2023.

Mesmo com a lei sancionada antes da última eleição no país, dados do Conselho Nacional de Justiça¹⁰² revelam que, em 15 meses, entre a sanção da lei e novembro de 2022, a cada 30 dias, ocorreram sete casos envolvendo comportamentos para humilhar, constranger, ameaçar ou prejudicar uma candidata ou mandatária em razão de sua condição feminina (Brasil; Conselho Nacional de Justiça, 2022).

Dados do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal¹⁰³, divulgados em abril de 2023, revelam que 32% das mulheres já sofreram algum tipo de discriminação no ambiente político por conta do gênero. Em contrapartida, apenas 10% dos homens alegaram terem passado por esse tipo de violência (Brasil; Senado Federal, 2023).

No caso das mulheres, as principais violências apresentadas pelas vítimas foram: menos recursos do partido do que outros candidatos; foram impedidas ou interrompidas durante a fala; enfrentaram desqualificação em função do gênero; foram vítimas de ameaça, humilhação, chantagem, calúnia, difamação ou injúria; precisaram ceder recursos da própria candidatura para outro candidato, além de terem enfrentado dano à propriedade ou agressão sexual.

Em resumo, a luta das mulheres por direitos, autonomia e participação nos espaços de poder tem sido marcada por desafios históricos e estruturais que ainda moldam a organização atual da sociedade. As reflexões de Beauvoir (2019), Federici (2023), Bourdieu (2020) e outros pesquisadores, assim como dados mundiais sobre a representatividade feminina na política, mostram que, embora a conquista da emancipação econômica seja um passo crucial, sozinha não é suficiente para erradicar as profundas desigualdades de gênero. A dominação masculina, sustentada por práticas sociais, culturais e institucionais, continua restringindo a presença e a influência das mulheres em posições de decisão, caso do ambiente político.

Apesar das inúmeras barreiras e dificuldades, as mulheres seguem lutando e conseguindo avanços, embora a representatividade ainda esteja distante do ideal, especialmente para mulheres negras, LGBTQIA+ e outros grupos minoritários. A exclusão feminina dos lugares de decisão vai além do acesso: é fundamental uma transformação das

¹⁰² Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-politica-de-genero-brasil-registra-sete-casos-a-cada-30-dias/>. Acesso em: 1 de dez. 2023.

¹⁰³ Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/640421/DataSenado_OMV_boletim_tecnico_04-2023.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 de dez. 2023.

normas sociais e culturais que perpetuam a ideia de inferioridade feminina. Portanto, o desafio não é apenas aumentar o número de mulheres na política, mas redefinir o significado de ocupar esses lugares de maneira equitativa, inclusiva e efetiva.

Neste sentido, investigar a abordagem da mídia brasileira sobre a atuação das senadoras durante a CPI da Covid surge para compreender a extensão na qual o jornalismo nacional perpetua ou desafia estereótipos de gênero que subestimam a competência das mulheres em espaços tradicionalmente masculinos, como a política.

4. IMPRENSA, MÍDIAS SOCIAIS E O INSTAGRAM

A imprensa desempenha papel essencial na construção da democracia, funcionando como mediadora das demandas sociais e canalizadora dos debates públicos ao longo da história. No Brasil, desde o pioneirismo dos primeiros veículos de jornalísticos até os contemporâneos, os jornais têm se consolidado como pilares da informação e agentes críticos em relação ao poder.

A imprensa brasileira desempenha um papel essencial na democratização da informação e no fortalecimento do diálogo público. Hipólito José da Costa, pioneiro do jornalismo nacional com o *Correio Braziliense*¹⁰⁴, utilizou o jornal como ferramenta de crítica política e promoção de ideias de liberdade e emancipação. A liberdade de expressão, ainda que sob censura, foi essencial para mobilizar a opinião pública e pavimentar o caminho para a Independência do Brasil em 1822 (Menck, 2022; Lisboa, 2019).

Ao longo do tempo, a imprensa se consolidou como espaço de diálogo democrático, dando voz às demandas sociais e ampliando os debates nacionais. Desde os jornais da época imperial até os veículos atuais, a contribuição da imprensa foi fundamental para fortalecer o exercício da cidadania e a participação popular nas decisões. Contudo, a relação com o poder sempre esteve marcada por tensões. Governos autoritários buscaram silenciar jornalistas por meio de censura, perseguição e controle financeiro. Ainda assim, a imprensa resistiu, atuando como guardião da democracia, denunciando irregularidades e defendendo direitos fundamentais (Menck, 2022).

A total independência dos veículos de imprensa, no entanto, nem sempre foi possível, uma vez que os veículos brasileiros foram (e são), muitas vezes, de propriedade de políticos. Mesmo a prática sendo proibida pela Constituição Federal¹⁰⁵, um levantamento realizado

¹⁰⁴ O *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa, foi publicado mensalmente entre junho de 1808 e dezembro de 1822, sendo o primeiro jornal de grande impacto para a formação da opinião pública brasileira. Redigido em português e direcionado ao público letrado da colônia, o periódico circulava de forma clandestina no Brasil, sendo enviado a partir de Londres, onde era produzido e impresso. O jornal defendia a liberdade, os direitos civis e ideias de emancipação política. Em um período marcado pela censura no Brasil, a produção em território inglês, onde havia liberdade de imprensa, permitiu críticas ao governo português e à administração colonial. Mais do que um jornal, o *Correio Braziliense* ajudou a disseminar os ideais de nação e independência, consolidando Hipólito José da Costa como um dos precursores do jornalismo no Brasil e um dos primeiros pensadores da identidade brasileira. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/174882/167144>. Acesso em: 19 dez. 2024.

¹⁰⁵ O artigo 54 da Constituição Federal proíbe expressamente que deputados e senadores, a partir da posse no cargo, sejam proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com o poder público. A restrição inclui veículos de comunicação, como jornais, rádios e emissoras

pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação revelou, em 2014, que 271 políticos brasileiros eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação no Brasil¹⁰⁶. Em 2012, havia 260 concessionários de rádio e TV sob o controle de políticos eleitos, demonstrando a recorrência da prática (Mesmo [...], 2014).

Ainda assim, no século 20, veículos como *O Globo* e *Folha de S.Paulo* ganharam destaque por um propalado compromisso com a independência editorial, alinhando-se a causas populares e democratizando o acesso à informação. Mais do que noticiar, os jornais têm o poder de moldar o senso crítico da população e incentivar debates sobre temas essenciais, reafirmando o papel de mediar e defender os valores democráticos.

Desde o final do século 21, os desafios da digitalização, do consumo de informações e da disseminação de notícias falsas têm exigido adaptações. Os jornais estão diversificando formatos e plataformas para garantir maior agilidade e acessibilidade na comunicação. Apesar dessas mudanças, a imprensa tradicional, representada por periódicos históricos, permanece como pilar essencial para documentar, refletir e preservar a memória coletiva.

Assim, a imprensa tradicional¹⁰⁷, representada por jornais impressos como *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, mantém-se como um pilar essencial da comunicação no Brasil. Esta seção aborda a trajetória e as transformações recentes da imprensa brasileira, com destaque para *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, bem como as estratégias dos jornais para atuação no ambiente digital, em especial no Instagram, plataforma que se tornou central na disseminação de notícias no país.

Discute-se o papel desempenhado por *O Globo* e *Folha de S.Paulo* na cobertura política e na mediação dos debates nacionais. Apesar da queda na circulação de veículos impressos, os jornais continuam com alta popularidade, especialmente quando se fala em números de assinaturas digitais, e com estratégias diversas para alcançar o público em plataformas sociais, que reúnem milhões de usuários no Brasil. Esta seção também apresenta

de TV, uma vez que tais empresas frequentemente operam mediante concessões públicas. O objetivo da norma é evitar que parlamentares utilizem da influência política para obter benefícios indevidos ou manipular a cobertura midiática em benefício próprio, assegurando a imparcialidade e a pluralidade da informação.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/mesmo-proibido-parlamentares-sao-socios-de-veiculos-de-comunicacao/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

¹⁰⁷ A palavra imprensa tem sido usada nesta pesquisa como sinônimo de jornalismo. Isso levando em consideração o jornalismo como uma atividade de comunicação focada na produção e divulgação de informações de forma regular, contínua e democrática, utilizando diversos meios de comunicação de massa, como jornais, rádio, televisão e plataformas digitais.

dados sobre a transição desses veículos para o digital, as particularidades das audiências e as estratégias de engajamento em um cenário marcado pela aceleração das mídias sociais, além da definição de mídias sociais e os impactos dela para uma sociedade altamente conectada.

É discutido ainda o impacto do Instagram como ferramenta de comunicação jornalística, analisando a história da plataforma e como ela molda narrativas e engaja públicos em um país onde sete a cada dez pessoas conectadas utilizam as mídias digitais para se comunicar de alguma forma.

A relevância do Instagram evidencia a força do ambiente digital como espaço para consumo de informações, interação entre usuários e construção de identidades digitais. Essa predominância não é limitada ao Instagram, podendo ser expandida para outras plataformas, reforçando o papel das mídias sociais como um fenômeno social e comunicacional. Esse contexto aponta para a necessidade de compreender essas mídias na essência, explorando conceitos, dinâmicas e impactos que vão além do uso cotidiano, abrangendo questões estruturais e sociais.

As relações sociais no ambiente digital representam um marco da contemporaneidade, resultado da convergência tecnológica e cultural que transformou as relações interpessoais e institucionais (Santaella, 2003). Essas redes podem ser entendidas como macroestruturas tecnológicas que conectam atores sociais por meio de interações realizadas em plataformas online, viabilizando trocas de conteúdos textuais, sonoros, audiovisuais e de imagens (Castelo Branco; Matsuzaki, 2009).

O desenvolvimento desse ambiente está diretamente ligado à popularização da internet e à consolidação da cibercultura. Lemos e Cunha (2003, p. 1) lembra que o termo pode ser compreendido como “a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica que surgiram com a convergência de telecomunicações com a informática na década de 70”.

Castelo Branco e Matsuzaki (2009), ao retomarem a conceituação de Benkler (2006) sobre a “esfera pública interconectada”, destacam que a participação popular em plataformas digitais permite ao cidadão colaborar ativamente na construção do conhecimento. Segundo os autores, essa dinâmica fortalece valores centrais em sociedades liberais, como a liberdade individual, a ampliação de um sistema político mais participativo e o fortalecimento de uma cultura crítica (Castelo Branco; Matsuzaki, 2009, p. 14).

No entanto, os autores apontam para um desafio enfrentado pela mídia tradicional: a intensa participação do público no ambiente digital tem reduzido a capacidade do jornalismo de moldar a opinião pública, evidenciando uma “crise” no papel tradicional dos meios de comunicação.

No contexto global, essas redes desempenham funções significativas em áreas como comunicação, educação e mobilização social. Plataformas como Facebook, Instagram e Twitter são amplamente utilizadas para compartilhar informações, conectar pessoas e promover debates (Kaplan; Haenlein, 2010). Recuero (2009) argumenta que as mídias sociais fortalecem e potencializam a criação e manutenção de laços sociais, além de democratizarem a produção e o acesso à informação (Benkler, 2006).

Benkler (2006) ressalta ainda que a descentralização promovida pelas tecnologias digitais proporciona maior liberdade na produção e compartilhamento de conteúdos. Para o autor, essas possibilidades ampliam o papel ativo do cidadão no desenvolvimento humano em um contexto global baseado na informação:

Essa nova liberdade possui um grande potencial prático: como uma dimensão da liberdade individual; como uma plataforma para uma melhor participação democrática; como um meio de fomentar uma cultura mais crítica e autorreflexiva; e, em uma economia global cada vez mais dependente da informação, como um mecanismo para alcançar melhorias no desenvolvimento humano em todos os lugares. (Benkler, 2006, p. 14, *tradução nossa*)

Por outro lado, Benkler (2006) alerta para desafios impostos pelo ambiente digital, como ameaça ao modelo predominante das indústrias tradicionais de informação e comunicação. Grandes corporações, antes dominantes no ambiente de informação, enfrentam dificuldades em manter a relevância e o controle, já que qualquer pessoa que tenha informações pode repassá-las a quem desejar, e qualquer um pode utilizá-las para dar sentido ou contexto ao que deseja.

Os altos custos de capital que eram pré-requisitos para coletar, trabalhar e comunicar informações, conhecimentos e cultura foram amplamente distribuídos na sociedade. A barreira de entrada que eles representavam não serve mais como um ponto de concentração para as grandes organizações que antes dominavam o ambiente informacional. (Benkler, 2006, p. 44, *tradução nossa*)

Adicionalmente, Benkler (2006) discute a sobrecarga de informações como uma possível desvantagem, destacando o risco de disseminação de notícias falsas e polarização

social. Ele argumenta que a descentralização na produção de informações, embora empoderadora, pode fragmentar o discurso público e amplificar a polarização. Notícias e opiniões acabam circulando exclusivamente entre grupos que compartilham pensamentos semelhantes. “Esse processo reduz o diálogo com perspectivas diferentes e ignora as críticas e preocupações de outros grupos. Como resultado, cada posição se torna mais radical em sua própria direção, ampliando a distância e o desacordo entre os lados opostos” (Benkler, 2009, p. 247, *tradução nossa*).

Raquel Recuero (2009) ensina que as mídias sociais são estruturas compostas por dois elementos principais: os atores, que podem ser indivíduos, grupos ou instituições, e as conexões, formadas por interações ou laços sociais. Essas redes são analisadas considerando tanto os padrões de relação entre os atores quanto os aspectos estruturais e dinâmicos que as compõem. A autora destaca que as conexões sociais online são frequentemente mais amplas e complexas do que nas redes off-line, pela capacidade da internet de expandir e registrar permanentemente as interações, mesmo à distância.

A interação é vista como um processo comunicacional que conecta os atores e constitui os laços sociais, mediada pelas tecnologias digitais. Essa mediação tecnológica possibilita interações síncronas e assíncronas, criando rastros digitais que facilitam o estudo das dinâmicas sociais. Recuero (2009) diferencia os laços sociais em dois tipos principais: os dialógicos, que resultam de interações mútuas e contínuas, e os associativos, que se baseiam no pertencimento a grupos ou ideias, mesmo sem interação direta. Esses laços estruturam as mídias sociais, influenciando o fluxo de informações e os valores sociais entre os atores.

A interação mediada pelo computador é também geradora e mantenedora de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais na Internet. Mas mais do que isso, a interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais. (Recuero, 2009, p. 36)

Além disso, Recuero (2009) diferencia as mídias dos sites que as hospedam, explicando que os sites são plataformas que facilitam as conexões, mas não constituem as redes em si. Redes sociais on-line, na avaliação da autora, permitem a visibilidade e a construção de identidades digitais, pois os atores se apresentam e interagem por meio de ferramentas como perfis, blogs e páginas pessoais. Essa exposição pessoal é essencial para

a formação de laços sociais, refletindo a intersecção entre o público e o privado na sociedade contemporânea.

Recuero (2009) apresenta as mídias sociais como sistemas dinâmicos e complexos, em constante transformação. Por isso, ao levar em consideração o trabalho da autora, a presença dos veículos de imprensa nas mídias sociais e o alcance que essas plataformas têm na população brasileira, estudar as mídias sociais como fenômenos interativos e estruturais oferece visão ampla sobre as novas formas de sociabilidade mediada pela tecnologia, ampliando e refletindo as práticas sociais dos atores envolvidos.

O estudo das redes sociais, entretanto, não é novo. O estudo da sociedade a partir do conceito de rede representa um dos focos de mudança que permeia a ciência durante todo o século XX. Durante todos os séculos anteriores, uma parte significativa dos cientistas preocupou-se em dissecar os fenômenos, estudando cada uma de suas partes detalhadamente, na tentativa de compreender o todo, paradigma frequentemente referenciado como analítico-cartesiano. A partir do início do século passado, no entanto, começam a despontar estudos diferentes, que trazem o foco para o fenômeno como constituído das interações entre as partes. (Recuero, 2009, p. 17)

A presença e a atuação dos veículos de imprensa no ambiente digital acompanham o crescimento da inserção da população nas mídias sociais, destacando o papel dessas plataformas como mediadoras das interações e da circulação de informações. Esse cenário reflete a dinâmica descrita por Recuero, em que a visibilidade e a conectividade geradas pelas plataformas digitais não só influenciam a formação de laços sociais, como transformam os processos comunicacionais e sociais.

O relatório *Tendências Digitais 2023*¹⁰⁸ (Veronesi, 2023), divulgado em abril de 2023 pela ComScore, empresa americana que faz análise e mapeamento sobre uso de redes sociais, reforça essa relevância ao mostrar que o Brasil ocupa a terceira posição no consumo global de redes sociais, atrás apenas da Índia e da Indonésia (Yahya, 2023). Plataformas como YouTube, Facebook e Instagram lideram o uso de acesso pelos brasileiros, sendo o Instagram o principal espaço de compartilhamento de fotos, vídeos curtos e compartilhamento de ações e de comentários.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2023/Tendencias-Digitais-2023>. Acesso em: 5 nov. 2023.

4.1. INSTAGRAM

O Instagram, plataforma de publicação investigada nesta pesquisa, foi criado por Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger em 2010. Systrom e Krieger se conheceram na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, onde estudaram juntos¹⁰⁹ (Bragado, 2024). Inicialmente, Systrom desenvolveu um aplicativo chamado Burbn, inspirado pela popularidade de plataformas de localização como o Foursquare. Com o tempo, ele reformulou o conceito junto com Krieger para focar em fotos tiradas em dispositivos móveis, renomeando-o para Instagram.

O aplicativo foi lançado ao público em 6 de outubro de 2010 e rapidamente conquistou popularidade, atingindo 25 mil usuários já no primeiro dia. Em menos de três meses, o aplicativo já tinha um milhão de usuários e, em seguida, expandiu a disponibilidade para o sistema Android. Em 2012, o Facebook, atualmente conhecido como Meta, adquiriu a mídia social por US\$ 1 bilhão, mantendo Systrom como CEO até a saída dele da empresa, em setembro de 2018.

Krieger, que atuava como Chefe de Engenharia, também deixou a empresa na mesma época. Após a saída dos fundadores, Adam Mosseri assumiu o cargo de CEO da plataforma em outubro de 2018, posição que ocupa até hoje. Mosseri, que está no Facebook há mais de uma década, já havia liderado equipes responsáveis pelo *feed* de notícias da plataforma antes de ingressar no Instagram.

Em 2024, o uso do Instagram aparecia em alta. O relatório *Digital 2024: Brasil*¹¹⁰, divulgado pelo DataReportal, em colaboração com We Are Social e Meltwater, apresentou uma análise do uso da internet e das mídias sociais no Brasil (Kemp, 2024). No início de 2024, o Brasil tinha 188 milhões de usuários de internet. Ou seja, quase 90% da população brasileira fazendo uso das mídias digitais, isso levando em consideração que o país tem cerca de 212 milhões de habitantes, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹¹ em agosto de 2024 (Belandi, 2024).

¹⁰⁹ Informações disponíveis em: <https://epocanegocios.Globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/quem-criou-o-instagram-gd2024.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

¹¹⁰ Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil?rq=brazil>. Acesso em: 30 ago. 2024.

¹¹¹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41111-populacao-estimada-do-pais-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-em-2024>. Acesso em: 13 out. 2024.

Entre as mídias mais utilizadas, o Instagram tem grande relevância no Brasil. Em janeiro de 2024, o número de usuários da plataforma foi estimado em 134,6 milhões, ou seja, 63% da população total. Em relação à base de usuários de internet, o Instagram alcança aproximadamente 72%, representando uma ferramenta central para o engajamento digital no país, segundo o relatório.

Em termos de crescimento, a plataforma ganhou 21 milhões de novos usuários no Brasil entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024. No último trimestre de 2023, o crescimento foi de 9,5%, com mais de 12 milhões de pessoas a mais na plataforma. A distribuição de gênero no Instagram é semelhante à observada nas mídias sociais em geral, com uma ligeira predominância feminina: 58,4% dos usuários são mulheres, enquanto 41,6% são homens.

Esta perspectiva também atravessa o perfil dos jornalistas brasileiros, com destaque para a predominância feminina na profissão e as disparidades de gênero em cargos de liderança nas redações. Apesar da feminização do jornalismo (Pontes, 2017; Subtil, 2009) do jornalismo, a desigualdade persistente em posições de poder sugere a necessidade de reflexões sobre representatividade, tanto na produção quanto na abordagem editorial das notícias. Essa questão torna-se especialmente relevante em pautas que envolvem a atuação política feminina, como a cobertura da CPI da Covid, objeto de investigação desta pesquisa.

Ao conectar o panorama histórico da imprensa, o perfil dos profissionais de jornalismo e o impacto das mídias digitais no consumo de conteúdo, esta seção oferece uma visão sobre os desafios e as transformações do jornalismo no Brasil. A análise das publicações de *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Instagram, especialmente no contexto da CPI da Covid, revela como as estratégias editoriais e o ambiente digital se integram na construção de uma representatividade (ou na ausência dela) das mulheres na política.

4.2. *O GLOBO, A FOLHA* E AS ESTRATÉGIAS NO INSTAGRAM

Os dois jornais escolhidos para análise desta pesquisa estão entre os que apresentaram as maiores tiragens impressas e assinaturas digitais pagas entre 2015 e novembro de 2023, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) compilados pelo portal Poder360¹¹² (Poder 360, 2023).

¹¹² Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/12/circulacao-jornais-IVC-nov2023.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023

Com 99 anos em circulação, o jornal *O Globo* é um dos principais impressos atualmente no Brasil. Com a primeira edição lançada em 29 de julho de 1925, pelo empresário Irineu Marinho, estreou com 33.435 exemplares¹¹³ (Memória [...], 2013). Em dezembro de 2024, a tiragem era de 286.944 exemplares nos dias úteis e 352.516 aos domingos¹¹⁴ (InfoGlobo, 2018).

Já o jornal *Folha de S.Paulo* surgiu em 1921 como *Folha da Noite*. Quatro anos depois, surgiu o *Folha da Manhã* e 24 anos depois, em 1949, foi lançado também o *Folha da Tarde*. Os periódicos eram veiculados ao longo do dia. Em 1º de janeiro de 1960, foi criada a *Folha de S.Paulo*, abarcando os três periódicos em uma única edição¹¹⁵ (História [...], [s.d.]).

Em junho de 2024, a *Folha* anunciou que deixou de divulgar os dados de circulação do jornal por meio do IVC e aderiu ao modelo de verificação pela empresa de consultoria PwC¹¹⁶. A partir da nova forma de verificação, a empresa afirma ter circulação total (digital e impressa) de 834.898, entre assinantes e venda avulsa impressa¹¹⁷.

Os dois jornais têm características semelhantes: são os principais veículos de comunicação privada do Brasil no segmento, têm as maiores tiragens de edições impressas e apresentam foco na cobertura política. Entre as diferenças está o público-alvo. Apesar de serem distribuídos em todo o Brasil – e por isso serem considerados veículos com cobertura nacional –, *O Globo* se concentra em pautas sobre o Rio de Janeiro e a *Folha*, sobre São Paulo.

¹¹³ Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-e-acute-lanccedilado-9196292#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20ent%C3%A3o,O%20GLOBO%20chegou%20%C3%A0s%20bancas>. Acesso em: 29 out. 2023.

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em: 19 dez. 2024.

¹¹⁵ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Folha%20come%C3%A7a,o%20jornal%20Folha%20de%20S. Acesso em: 30 ago. 2024.

¹¹⁶ Desde junho de 2024 a *Folha* tem os dados de circulação auditados pela empresa PwC, que valida a quantidade de assinantes impressos e digitais, além das vendas em bancas. A auditoria segue padrões de mercado, como valores mínimos pagos pelos assinantes e regras para vendas em lote, e é realizada semestralmente no caso da *Folha*. No segundo semestre de 2023, a *Folha* afirmou ter alcançado uma circulação de 834,9 mil, considerando assinantes e vendas avulsas diárias. A PwC é uma consultoria que atua em mais de 150 países e está no Brasil há mais de 100 anos. No mercado internacional, a PwC é responsável por verificar a circulação e as assinaturas de jornais como o *Financial Times*, *The New York Times* e *Washington Post*. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/quem-somos.html> e em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/circulacao-da-folha-passa-a-ser-verificada-pela-pwc.shtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/circulacao-da-folha-passa-a-ser-verificada-pela-pwc.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Apesar da relevância dos dois jornais, as edições impressas têm apresentado queda nos últimos anos. Um levantamento feito pelo portal Poder 360, divulgado em 2023, com dados do IVC, mostra que a circulação dos jornais impressos no Brasil caiu 16,1%¹¹⁸ em 2022 (Yahya, 2023). O material destaca que a *Folha de S.Paulo* chegou a ter 175.440 exemplares diários, em média, em 2015, e fechou 2022 com 48.084 — uma redução de 72,6% em sete anos.

Em contrapartida, a matéria “IVC muda cálculo para assinaturas; *Folha* é líder em circulação”, publicada¹¹⁹ pela *Folha de S.Paulo*, em agosto de 2023, afirma que, a partir de mudanças feitas nas regras no IVC, sobre cálculos de assinaturas e inclusão de assinaturas digitais, a *Folha* se manteve na liderança de circulação de material pago entre os veículos nacionais (Circulação [...], 2024). A publicação justifica que o veículo segue em alta, com 796 mil exemplares diários pagos na contagem geral. Pelos parâmetros do IVC, o segundo lugar ficou com *O Globo*, com 381,7 mil.

Com as tiragens impressas em queda, a atuação no ambiente digital tem atraído os veículos de comunicação. Quando se trata de presença nas mídias sociais, em 22 de dezembro de 2024, a *Folha de S.Paulo* tinha 3,8 milhões de seguidores no Instagram e 8,8 milhões no X (antigo Twitter), totalizando 12.600.000 de seguidores nas duas principais redes de divulgação de conteúdo jornalístico. Já *O Globo*, no mesmo dia, apresentava 3,1 milhões no Instagram e 7,2 milhões no Twitter, um total de 10.300.000 seguidores nas duas redes.

O jornal *O Globo* entrou no Instagram em maio de 2012, conforme informações da página inicial do veículo na plataforma¹²⁰ (Jornal *O Globo*, 2012). Em 2014, *O Globo* destacou a importância que o grupo deu ao ambiente das mídias digitais. Em uma matéria publicada com o título “Uma equipe sintonizada com as redes sociais¹²¹”, em 31 de maio de 2014, a empresa apresentou a estratégia adotada para se adaptar à dinâmica das mídias e aumentar a relevância digital. A equipe de mídias do jornal monitora ativamente os acontecimentos nas plataformas, informando a redação sobre notícias emergentes nesses

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/>. Acesso em: 29 out. 2023.

¹¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2023.

¹²⁰ Informações disponíveis nas especificações da conta: <https://www.instagram.com/jornalOglobo/>. Acesso em: 27 out. 2024.

¹²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/uma-equipe-sintonizada-com-as-redes-sociais-12679023>. Acesso em: 15 nov. 2024.

espaços. O jornal afirmou ainda que a entrada no ambiente digital reflete um esforço para tornar o *site* mais interativo e plural, destacando a importância de engajar os leitores através dos comentários e promover discussões, com o objetivo de não apenas atrair novos leitores, como fortalecer uma comunidade online que dialogue com o veículo.

Na época da matéria, *O Globo* citou apenas o trabalho focado na divulgação de notícias pelo Facebook e Twitter. Passada uma década, em setembro de 2024, o jornal divulgou que está presente nas plataformas *Threads*, *BlueSky*, *WhatsApp*, *TikTok*, *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, *Linkedin* e *Telegram*¹²² (Saiba [...], 2024). Em 2024, o jornalista Tiago Dantas¹²³ aparecia como o editor da home (página inicial do *site* d'O *Globo*) e das mídias sociais¹²⁴ (Dantas, 2013; *O Globo*, [s.d.]). O jornalista atuou como repórter cobrindo áreas como política, administração pública, urbanismo, segurança e investigações policiais para veículos como UOL, *Diário de S.Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Estadão* e *O Globo*. Participou das coberturas de todas as eleições municipais e gerais de 2006 a 2016, da Operação Lava-Jato, do impeachment de Dilma Rousseff e das Olimpíadas do Rio. Também exerceu cargos de subeditor de Política no *Estadão* e coordenador da sucursal de São Paulo de *O Globo*.

Quando se trata da divulgação de notícias pelo Instagram d'O *Globo*, as principais publicações abordam temas de política, mas também há foco para pautas sobre celebridades, saúde e internacionais, sendo o primeiro post do dia sempre uma reprodução da capa da edição impressa do jornal. Aos finais de semana, há uma redução na frequência de posts, mas, entre 19 de outubro de 2024 (sábado) e 26 de outubro de 2024 (sábado), por exemplo, a página d'O *Globo* no Instagram fez 184 posts, portanto, uma média de 23 a cada dia¹²⁵ (Jornal *O Globo*, 2012).

A maior parte das publicações é composta por fotos, seguindo uma identidade visual que conta com o logo do jornal no lado esquerdo superior, uma foto do personagem principal da notícia ocupando todo o espaço da postagem e um título de até três linhas centralizado na

¹²² Informação divulgada pelo próprio veículo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/guia/saiba-onde-seguir-o-globo-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2024.

¹²³ Perfil do jornalista disponível em: <https://www.linkedin.com/in/tiago-dantas-12877168/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

¹²⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/expediente/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

¹²⁵ Informações obtidas a partir da contagem de todos os posts publicados no período citado. Disponíveis em: <https://www.instagram.com/jornaloglobo/>. Acesso em: 27 out. 2024.

parte inferior da imagem. O formato é mantido em posts de vídeos e *reels*¹²⁶. As legendas dos posts, em sua maioria, têm entre um e dois parágrafos, sempre sendo finalizadas por uma mensagem chamando os internautas para saberem mais sobre o assunto no *site* do jornal, em link disponibilizado na “bio”, ou seja, na descrição inicial da página no Instagram.

O perfil oficial do jornal no Instagram está ativo desde agosto de 2011, de acordo com as informações da página oficial na plataforma¹²⁷ (Folha de São Paulo, 2011). Em julho de 2021, a *Folha* lançou a nova identidade visual do Instagram¹²⁸ e implementou mudanças no formato das publicações, com a inclusão do logotipo da *Folha* e de textos explicativos sobre as reportagens compartilhadas (Folha [...], 2021). O projeto, desenvolvido pelo núcleo de Imagem com base em sugestões da editoria de Interação, abrange novos modelos, incluindo formatos específicos para colunistas, frases de especialistas, políticos, entrevistados e outras personalidades.

Além disso, o projeto atualizou a identidade visual nas plataformas digitais, mantendo a uniformidade com a versão impressa. Entre os novos modelos apresentados pela *Folha* ainda em 2021, houve destaque para os materiais voltados para a checagem de fatos pelo Folha Informações, e os editoriais “O que a *Folha* pensa”, por exemplo. A exibição de frases marcantes do noticiário também ganhou novas apresentações visuais.

A *Folha* também tem equipe própria para administrar as mídias sociais¹²⁹. Em novembro de 2024, o grupo era coordenado pelo jornalista Naná DeLuca, que tem graduação em Letras Português-Francês e mestrado em Estudos Literários em Francês ambos pela Universidade de São Paulo, de acordo com o perfil oficial dele no LinkedIn¹³⁰ (DeLuca,

¹²⁶ Os *reels* são um formato de vídeos curtos no Instagram, exibidos em formato vertical (9:16) e editáveis diretamente no aplicativo com a inclusão de música, texto, filtros e outros efeitos. Lançada em 2021 no Instagram, a ferramenta permite a criação de conteúdos dinâmicos que são apresentados em um feed contínuo, ordenado por algoritmos de recomendação. Diferentemente dos *stories*, os *reels* oferecem recursos exclusivos e demandam conhecimento das especificidades, como estilos, engajamento, tendências e público-alvo, tornando-se um microcosmo dentro da plataforma para os criadores de conteúdo. O termo, que significa “carretel”, reflete a dinâmica de descoberta de novos vídeos cada vez que o usuário navega pelo feed.

¹²⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/Folhadespaulo/>. Acesso em: 3 nov 2024.

¹²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/folha-estreia-nova-identidade-visual-para-publicacoes-no-instagram.shtml>. Acesso em: 15 nov 2024.

¹²⁹ Tentamos entrevistas com as equipes dos dois jornais para entender critérios e processos editoriais para selecionar conteúdos políticos no Instagram, incluindo escolha de imagens, narrativas e cuidado com questões de gênero, diversidade e representatividade, além de como as métricas de engajamento influenciam as decisões editoriais. Mas não houve retorno.

¹³⁰ Informações disponíveis na página oficial do jornalista no LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/nan%C3%A1-deluca-b67914146/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

2017). Em março de 2019, o veículo tornou público o manual de uso das mídias por parte dos profissionais que trabalham na empresa.

O Manual de Redação: conduta Redes sociais¹³¹ orienta os funcionários da *Folha* a usar mídias sociais de forma ética e profissional, evitando postagens que comprometam a credibilidade ou a imparcialidade, como opiniões partidárias, conteúdos polêmicos ou boatos (Jornalismo [...], 2019). Recomenda discrição na vida privada, cautela ao interagir com fontes e pluralismo ao seguir figuras públicas. Publicações *on-line*, mesmo em contas pessoais, devem considerar o impacto na imagem do jornalista e do jornal, sendo essencial evitar ironias, comentários depreciativos e endossos implícitos. Perfis separados para uso pessoal e profissional são recomendados, mas não isentam os profissionais das normas de conduta.

O documento proíbe os jornalistas de antecipar reportagens sem autorização, divulgar bastidores ou dados internos da empresa, revelar informações não publicadas por risco às partes envolvidas, emitir opiniões que comprometam a independência ou a linha editorial do jornal, usar contas institucionais de forma inadequada e destratar terceiros, mesmo em situações de ofensa pessoal, orientando resposta educada ou silêncio e informando superiores, se necessário. Os profissionais da *Folha* também não podem realizar *media training*, atuar em anúncios comerciais (salvo campanhas de interesse público com autorização), promover marcas ou produtos em conteúdos editoriais ou redes sociais e produzir textos de divulgação publicitária ou promocional, independentemente de serem assinados.

Em relação à divulgação de notícias pelo Instagram, a *Folha* difere em parte d'*O Globo* por ter uma variedade maior de temas em destaque no perfil. Há notícias sobre política, internacional, celebridades, economia, segurança pública, esportes, entre outras. A *Folha* também tem o hábito de publicar uma reprodução da capa do jornal no Instagram, mas não é uma prática diária, como faz *O Globo*.

A *Folha* faz mais publicações do que *O Globo* na página no Instagram diariamente e há uma redução de postagens aos fins de semana. Entre 19 de outubro de 2024 (sábado) e 26 de outubro (sábado), por exemplo, a página da *Folha* no Instagram fez 281 postagens,

¹³¹ Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/redes-sociais.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.

portanto, uma média de 35 posts por dia¹³² (Folha de São Paulo, 2011). As postagens são diversificadas entre fotos e vídeos. A maioria tem o logo do jornal no canto esquerdo superior e um título para a notícia centralizado embaixo, mas também é comum encontrar publicações sem logo e sem identificação, especialmente quando se trata de vídeos.

As legendas das postagens da *Folha* também não seguem um padrão. Há legendas com três linhas e com mais de dez. O jornal usa nas legendas o recurso da *hashtag* #PraTodosVerem, uma iniciativa de acessibilidade nas redes sociais que tem como objetivo incluir pessoas com deficiência visual na compreensão de conteúdos visuais. Ao utilizar a *hashtag*, as páginas fornecem descrições detalhadas de imagens, permitindo que softwares de leitura de tela transmitam as informações de forma auditiva para quem não pode enxergar. Todas as postagens também incentivam o usuário da mídia social a ler mais sobre o assunto na página da *Folha* no *site* oficial.

O uso do Instagram pelos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* reflete uma adaptação dos veículos de comunicação ao ambiente digital e ao comportamento do público nas mídias sociais. Com uma base significativa de seguidores na plataforma, as empresas utilizam estratégias próprias para divulgar notícias, engajar leitores e consolidar a presença digital. Enquanto *O Globo* adota uma identidade visual padronizada e consistente nas postagens, a *Folha* apresenta maior diversidade temática e flexibilidade no formato das publicações, embora ambas incentivem os leitores a acessarem conteúdos completos por meio de links externos, direcionando para o *site* oficial do veículo.

4.3. O PERFIL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

No contexto do jornalismo, é importante ressaltar que as mulheres são maioria na profissão e também o são nos dois jornais. Um relatório divulgado pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2021, sobre o perfil dos jornalistas brasileiros¹³³, o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021) mostrou que a carreira é majoritariamente ocupada por mulheres, sendo elas 58% do total de profissionais.

¹³² Informações obtidas a partir da contagem de todos os posts publicados no período citado. Disponíveis em: <https://www.instagram.com/folhadespaulo/>. Acesso em: 16 nov 2024.

¹³³ Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 5 out. 2024.

O mapeamento dos profissionais revelou aumento na representatividade de pessoas negras no jornalismo, tendo subido de 23%, em 2012, para 30%, em 2021. A transformação é atribuída pelos pesquisadores, de alguma forma, à implementação de cotas nas universidades, iniciativas que promovem a diversidade no mercado e um maior reconhecimento da autoidentificação, além do impulsionamento das lutas antirracistas na última década.

Outra mudança importante constatada no estudo foi o aumento da presença de homens no mercado de trabalho, especialmente em um contexto de crise econômica e desemprego. Embora a profissão ainda seja majoritariamente feminina (58%), com predominância de jornalistas brancas (68%), solteiras (53%) e com idade até 40 anos, a realidade apresentou algumas alterações em comparação ao levantamento realizado em 2012. A participação feminina no jornalismo caiu de 64% para 58%, enquanto a presença masculina aumentou de 36% para 42%.

A presença de jovens continua relevante, com 30% na faixa de 18 a 30 anos e outros 30% entre 31 e 40 anos. No entanto, o estudo revelou um aumento na participação de jornalistas acima de 41 anos, com 18% entre 41 e 50 anos e 18% entre 51 e 64 anos, além de 5% com mais de 64 anos.

Em relação à remuneração, 60% dos profissionais ganham menos de R\$ 5,5 mil por mês, enquanto apenas 12% recebem acima de R\$ 11 mil. O cenário contrasta com o nível educacional da categoria: 42,3% possuem ensino superior completo, 28,6% têm especialização (pós-graduação *lato sensu*) e 14,7% possuem mestrado.

Quanto à distribuição por tipo de atividade, os jornalistas foram divididos em três setores: 58% atuam na mídia (incluindo imprensa, veículos de comunicação, mídias alternativas, mídias independentes e *startups* jornalísticas); 7,4% estão envolvidos na docência (ensino superior de jornalismo ou outras áreas) e 34,9% exercem atividades fora da mídia, utilizando conhecimentos jornalísticos em áreas como assessoria de imprensa, produção de conteúdo para mídias digitais e outras funções relacionadas.

Sobre violência na profissão, o relatório não fez separação por gênero, mas apontou que 40,6% dos jornalistas brasileiros confirmaram ter vivido situações de assédio moral, enquanto 11,1% relataram ter sido vítimas de assédio sexual. Além disso, 32,7% disseram ter sofrido violência verbal, e 2,6% relataram agressões físicas relacionadas à profissão.

Outros 29,1% garantiram ter recebido ataques ou ameaças virtuais em decorrência do trabalho.

Mais da metade dos jornalistas (51,9%) testemunharam situações de assédio moral contra colegas conhecidos, enquanto 18% presenciaram casos de assédio sexual no ambiente de trabalho. Outro aspecto apresentado no relatório é o monitoramento digital realizado por superiores: 27,1% afirmaram ser alvo desse tipo de vigilância. Menos da metade dos entrevistados (42,9%) declarou ter enfrentado constrangimentos por parte de gestores ou superiores hierárquicos.

Quando questionados sobre coação no desempenho da profissão, 17,8% dos jornalistas admitiram ter realizado tarefas sob pressão. Por outro lado, 35% confessaram ter deixado de realizar alguma atividade por medo de represálias. Apenas 7% formalizaram denúncias relacionadas a assédio, ameaças ou agressões.

Quando se trata de mulheres em cargos de chefia no jornalismo, em março de 2024, o *Reuters Institute* publicou o estudo *Women and leadership in the news media 2024: Evidence from 12 markets*¹³⁴, que apresentou a distribuição de gênero entre os principais editores de 240 grandes veículos de notícias online e offline em 12 mercados ao redor do mundo (Arguedas; Mukherjee; Nielsen, 2024). Os dados revelam que apenas 24% dos 174 principais cargos das empresas avaliadas são ocupados por mulheres, apesar de, em média, 40% da profissão ser feminina. Em 2023, a porcentagem era de 22%. O estudo, que inclui relatórios sobre liderança feminina e racial na mídia, indica que a igualdade de gênero em cargos de liderança pode levar até 2074 para ser alcançada.

No Brasil, a situação apresenta um leve avanço: a porcentagem de mulheres em cargos de liderança subiu de 13% para 23%, entre 2023 e 2024. No entanto, o aumento é atribuído a uma mudança na chefia de uma das empresas analisadas, que passou a ter uma mulher no comando. O levantamento apresenta ainda a América Latina com a região com as menores taxas de consumo de notícias online de veículos liderados por mulheres, com apenas 27% no Brasil. Em comparação, países como Finlândia, Coreia do Sul e África do Sul superam 70%. Além disso, somente 23% dos principais editores em cem marcas de mídia são negros.

¹³⁴ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/women-and-leadership-news-media-2024-evidence-12-markets>. Acesso em: 20 out. 2024.

A escolha do Instagram como plataforma a ser analisada para avaliar a cobertura de temas específicos, como a atuação de senadoras na CPI da Covid, é pertinente pela ampla inserção das mídias no Brasil e pelo alto nível de engajamento¹³⁵ dos usuários (Freire, 2021). Com mais de 134 milhões de brasileiros utilizando a plataforma em 2024, o Instagram é uma ferramenta essencial para compreender como os jornais moldam as narrativas, apresentam determinados assuntos, promovem interações e alcançam diferentes públicos no ambiente digital. A análise das publicações permite identificar tendências, estratégias editoriais e padrões de divulgação que podem influenciar a percepção pública dos temas abordados.

A predominância das mulheres na profissão de jornalista, contrastando com a sub-representação em cargos de liderança nas redações, também oferece um contexto relevante para avaliar as abordagens editoriais e as perspectivas retratadas pelos veículos de imprensa. A baixa representatividade feminina em posições de comando, aliada à consolidação do jornalismo digital, reforça a importância de investigar como questões de gênero, diversidade e representatividade política são abordadas nos conteúdos jornalísticos distribuídos por meio de plataformas como o Instagram.

Dada a crescente preferência dos brasileiros pelas mídias sociais, especialmente o Instagram, que concentra 7 a cada 10 brasileiros conectados, analisar a atuação digital dos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* nesta plataforma revela-se fundamental. Com tiragens impressas em declínio, mulheres em poucos cargos de chefia no jornalismo e uma população altamente engajada no ambiente digital, a escolha do Instagram como fonte de análise para o enquadramento das publicações sobre a CPI da Covid permite captar aspectos fundamentais da construção das narrativas compartilhadas pelos jornais em um ambiente com alto potencial de disseminação e interação. Também revela que, apesar da feminização da profissão, a cobertura sobre mulheres talvez ainda deixe a desejar.

¹³⁵ O engajamento é uma métrica que mede o nível de interação dos seguidores com o conteúdo de uma conta. É avaliado com base em ações como curtidas, comentários, compartilhamentos e salvamentos, considerando diferentes formatos de publicação. Essa métrica é fundamental para avaliar o impacto de um perfil e o valor para marcas e anunciantes, sendo um indicador da conexão entre criadores de conteúdo e o seu público. A taxa de engajamento é geralmente expressa em percentual, obtida ao dividir o total de interações pelo número de seguidores ou alcance, multiplicando o resultado por 100. Perfis com taxas mais altas são considerados mais atrativos para parcerias comerciais, especialmente em nichos específicos ou entre microinfluenciadores, que tendem a ter índices maiores em comparação a perfis com grande volume de seguidores. Detalhes disponíveis em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2021/09/o-que-e-engajamento-no-instagram-sete-perguntas-e-respostas-sobre-a-metrica.ghml>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Considerando ainda que ambos os veículos possuem grande número de seguidores no Instagram, a análise das publicações possibilita uma observação sobre como temas centrais, como a representatividade feminina na política, são apresentados ao público em um contexto de consumo digital.

5. MÉTODOS DE ANÁLISE

Com a proposta de analisar a cobertura sobre a participação feminina na política brasileira, especialmente no contexto de momentos políticos de grande relevância, a partir das publicações de *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Instagram, esta pesquisa foi conduzida em busca de respostas para duas perguntas: *As senadoras tiveram espaço na cobertura da imprensa sobre a CPI da Covid? Como foi esse espaço?* Entende-se que a imprensa desempenha um papel relevante na divulgação de pautas políticas, na construção de narrativas e na forma de moldar a opinião pública.

Para atingir o objetivo principal, adotou-se uma abordagem metodológica que investiga as estruturas discursivas que moldam a representação de gênero na cobertura de momentos políticos relevantes. A metodologia combina análises de conteúdo e de enquadramento, fundamentadas nos conceitos e estratégias de Erving Goffman (2012), Laurence Bardin (2011), Maria Laura Puglisi Franco (2021) e Robert Entman (1993).

Embora atuem em campos distintos, esses autores oferecem estruturas teóricas e metodológicas que podem ser utilizadas de maneira complementar para explicar como os significados são criados e transformados na comunicação. Bardin (2011) e Franco (2021) abordam a análise de textos e sugerem uma avaliação a partir de categorias analíticas específicas, enquanto Goffman (2012) e Entman (1993) exploram contextos e interações. Esses conceitos são utilizados para compreender como as narrativas são construídas, moldadas e perpetuadas, influenciando tanto a percepção pública quanto as ações políticas.

Ao integrar diferentes perspectivas teóricas, o estudo examinou como a mídia construiu narrativas sobre a presença e o papel das senadoras na CPI da Covid. Mais do que quantificar a presença das parlamentares na cobertura, a pesquisa analisou como palavras, imagens, narrativas e até a ausência de conteúdo podem, por vezes, silenciar, descredibilizar ou reforçar estereótipos de gênero.

Esse caminho metodológico permitiu uma análise aprofundada da relação entre mídia, gênero e política, contribuindo para o entendimento de como os meios de comunicação constroem a visibilidade feminina em espaços de poder.

5.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Ao dialogar sobre a teoria do espiral do silêncio, Elisabeth Noelle-Neumann (1984) analisa como a opinião pública exerce influência significativa sobre a expressão individual em contextos sociais. Segundo a autora, o “medo de isolamento” (Noelle-Neumann, 1984, p. x) leva os indivíduos a alinhar suas opiniões àquelas percebidas como dominantes ou socialmente aceitas, mesmo quando possuem posições divergentes. Esse comportamento resulta em um processo cíclico no qual opiniões minoritárias tendem a perder visibilidade e força, enquanto as visões predominantes são reforçadas e potencializadas.

Nesse contexto, a imprensa exerce um papel central na construção de narrativas, ao amplificar determinadas perspectivas e, simultaneamente, silenciar outras. Conforme argumenta Noelle-Neumann, os meios de comunicação não apenas refletem a opinião pública, mas contribuem ativamente para moldá-la, desempenhando uma “função de articulação” que frequentemente marginaliza vozes dissidentes (Noelle-Neumann, 1984, p. 156). Esse processo destaca o papel estruturante da mídia na consolidação de consensos sociais.

Partindo dessa percepção, examinou-se como a mídia atuou durante a cobertura da CPI da Covid, analisando as publicações dos dois maiores jornais brasileiros, *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, nas páginas oficiais no Instagram, entre 27 de abril a 5 de novembro de 2021. A delimitação temporal corresponde à duração da comissão no Senado Federal, e a análise do *corpus* foi realizada com base, inicialmente, em 337 publicações ainda disponíveis em agosto de 2024 nas páginas oficiais dos veículos, sendo 156 postagens da *Folha* e 181 de *O Globo*.

Parte do método utilizado foi a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p.37). O método engloba abordagens sistemáticas e objetivas que buscam identificar não só o conteúdo exposto, mas outros aspectos da mensagem, ou seja, uma investigação que oscila entre a objetividade analítica e a subjetividade interpretativa.

A partir do método proposto por Bardin (2011), esta pesquisa fez uma pré-análise de todos os posts feitos pelos dois jornais no período da CPI. O caminho consistiu no levantamento e na separação de todas as publicações relacionadas à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid disponibilizadas nos perfis oficiais dos veículos de imprensa. Como

esse levantamento foi feito em 2024, foi necessário fazer a coleta de dados navegando manualmente por todo o *feed* do Instagram de cada veículo, até chegar em abril de 2021.

Separou-se também manualmente todos os *links* de posts feitos sobre a CPI nos dois veículos, chegando ao total de 337 publicações. O esforço atendeu ao princípio da pré-análise proposta por Bardin (2011) como a primeira etapa de uma organização que “possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 2011, p.124).

Com todos os *links/posts* separados em um documento criado exclusivamente para a pesquisa, numa planilha do *software* Excel, seguiu-se com a “leitura flutuante”, procedimento em que Bardin sugere o contato com o material para “analisar e conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2011, p.126). Neste momento, foi possível perceber que a grande maioria das postagens era composta por fotos, citações e iniciativas dos senadores homens.

Como a proposta da pesquisa foi analisar se as senadoras tiveram espaço na cobertura da CPI e como foi esse espaço nos dois jornais, a partir do documento onde estavam todos os posts dos veículos foram separados aqueles onde havia alguma menção às senadoras, seja por foto, por fala, pelo nome delas ou qualquer outro tipo de referência. Restaram então apenas dez posts dos dois jornais, sendo seis de *O Globo* e quatro da *Folha de S.Paulo*. Esse material, diminuto porém representativo, compôs o *corpus* de análise final da pesquisa.

Se as diferentes operações da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. (Bardin, 2011, p.131)

Embora o *corpus* para análise tenha sido significativamente reduzido após a divisão entre publicações sobre homens e sobre mulheres, a pesquisa permanece fundamental para o debate sobre o espaço feminino na política e a representação delas na mídia. A ausência de postagens por si só reforça a ideia de que “a política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados” (Biroli, 2018, p. 180).

A análise evidenciou uma jornada desafiadora, onde a própria ausência de dados sobre a presença de senadoras nas publicações dos jornais tornou-se um achado significativo. A escassez de referências aos nomes, falas ou imagens das parlamentares, que resultou na identificação de apenas dez publicações entre 337, demonstra uma invisibilidade feminina expressiva.

Assim, o processo de triagem e seleção do material revelou-se como buscar agulha em um palheiro, reforçando a tese de que o espaço político e midiático segue privilegiando uma narrativa masculina, com as mulheres ainda marginalizadas nas representações. Este achado confirma e fortalece o debate sobre a exclusão estrutural de mulheres em posições de comando e influência, reiterando a necessidade de uma abordagem crítica à atuação da mídia enquanto produtora e perpetuadora de consensos sociais excludentes.

Assim, a revisão de literatura aqui proposta acabou por se revelar uma caminhada sobre um enorme deserto, sem nenhum oásis, em que o conceito de credibilidade é naturalizado, sem problematização, e suas extensões referentes a gênero são ignoradas, ainda que vestígios (como a pouca presença de mulheres em cargos de chefia nas empresas jornalísticas) sejam evidenciados. (Prado, Varão, 2024, trabalho não publicado)

A análise dos posts que integram o *corpus* da pesquisa seguiu uma organização que permitiu o levantamento de respostas para as duas perguntas iniciais da investigação: *as senadoras tiveram espaço na cobertura da imprensa sobre a CPI da Covid? Como foi esse espaço?* Essa organização foi feita a partir da definição de unidades de análise, tratadas por Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2021) como um método capaz de interpretar, compreender e sistematizar mensagens em diferentes formatos, como textos, discursos e imagens, por exemplo. “O que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado, e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito e/ou latente” (Franco, 2021, p.17).

Franco propõe a divisão da unidade de análise em dois tópicos: unidades de registro e unidades de contexto, sendo a primeira “a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” (Franco, 2021, p.43). Essa proposta analisa o conteúdo a partir de tipos como palavras, temas, personagens ou itens inseridos no material. Na pesquisa, as unidades de registro podem ser entendidas a partir do levantamento dos nomes das senadoras e dos adjetivos usados pelos dois jornais nas legendas de cada post analisado.

Outra unidade de registro proposta por Franco é o tema, “uma asserção sobre determinado assunto. Pode ser uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto delas ou um parágrafo” (Franco, 2021, p. 45). Nesta linha, é possível avaliar se o machismo enfrentado pelas parlamentares durante a comissão foi explorado e noticiado pelos veículos de imprensa.

Já a unidade de contexto é mais ampla e “imprime significado às Unidades de Análise” (Franco, 2021, p. 49), podendo ser obtidas a partir de dados dos informantes e aplicadas para garantir a precisão interpretativa. As unidades de contexto permitem uma análise mais robusta, facilitando a sistematização e a comparação de dados, otimizando os resultados da investigação.

5.2. ENQUADRAMENTO

O conceito de enquadramento, ou *framing*, é amplamente utilizado nos estudos de mídia, psicologia social e sociologia. o desenvolvimento inicial foi influenciado por Gregory Bateson, que apresentou a ideia no contexto da comunicação interpessoal, destacando como os significados dependem da forma como as situações são caracterizadas pelos envolvidos (Bateson, 1987).

Bateson ressalta a importância dos sinais metalinguísticos que trocamos quando interagimos e como eles são capazes de redefinir o conteúdo efetivamente comunicado entre duas ou mais pessoas. Quando dois seres vivos brincam, por exemplo, eles transmitem sinais capazes de avisar que as ações performadas na situação não significam o que elas usualmente significariam. (Campos, 2014, p. 380)

O sociólogo canadense Erving Goffman ampliou o uso do conceito e ficou conhecido por analisar de forma detalhada as interações sociais e criar conceitos que ajudam a compreender a vida cotidiana. Goffman (2012) aborda a ideia de *frames* ou quadros interpretativos como estruturas cognitivas e culturais usadas pelos indivíduos para organizar e dar sentido às próprias experiências.

O autor argumenta que esses quadros moldam a percepção da realidade e influenciam as interações sociais, destacando como diferentes situações podem ser interpretadas de várias maneiras dependendo do enquadramento utilizado.

Ao tratar de publicações midiáticas, Goffman alerta que a escolha de acontecimentos que se tornarão notícias passa claramente pelo processo de enquadramento, ou seja, de escolha, por parte do jornalista ou do jornal, do que vai ser noticiado: “Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que foram selecionadas” (Goffman, 2012, p. 38).

Embora tenha conduzido análises para estudos em Comunicação, Goffman não tinha como foco o jornalismo. Mas o campo foi o destaque das pesquisas de Robert Entman (1993), que buscou descrever a definição de enquadramento para o processo midiático, considerando a produção de sentidos a partir dos veículos de comunicação social e do texto jornalístico. Entman considerou que as molduras sobre as quais as notícias são construídas são compostas por processos que envolvem duas premissas: a seleção dos acontecimentos e o destaque de determinados aspectos em detrimento de outros, chegando então ao conceito clássico sobre enquadramento.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito (Entman, 1993, p. 52, *tradução nossa*).

No contexto político, Entman (1993) aborda o enquadramento como uma ferramenta poderosa para moldar o debate público, destacando que políticos e jornalistas competem para definir os quadros interpretativos presentes nas notícias. O autor destaca que o processo de comunicação é profundamente influenciado por escolhas feitas por quem transmite a mensagem, no caso da pesquisa, dos jornalistas que fizeram as postagens nos perfis oficiais dos jornais.

As escolhas refletem estruturas de pensamento pré-estabelecidas que orientam a maneira como as ideias são organizadas e apresentadas. Ao criar um discurso, os jornalistas decidem quais elementos vão receber destaque e quais vão ser omitidos, utilizando ferramentas como palavras, imagens ou frases que reforçam determinados pontos de vista. Esse processo molda o conteúdo da mensagem e direciona como ela será percebida pelo público, gerando interpretações que podem estar alinhadas ou não com a intenção original de quem a emitiu.

Os comunicadores fazem julgamentos conscientes ou inconscientes de enquadramento ao decidir o que dizer, guiados por quadros (frequentemente

chamados de esquemas) que organizam seus sistemas de crenças. O texto contém quadros, que se manifestam pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases padrão, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem conjuntos temáticos de fatos ou julgamentos reforçadores. Os quadros que orientam o pensamento e as conclusões do receptor podem ou não refletir os quadros presentes no texto e a intenção de enquadramento do comunicador. (Entman, 1993, p. 52, *tradução nossa*)

Entman (1993) ainda ensina que compreender os enquadramentos permite analisar como os textos comunicativos exercem poder e influenciam a opinião pública, sendo um paradigma útil para estudos de opinião pública, comportamento eleitoral, e até mesmo para debates normativos sobre democracia.

No contexto da imprensa, o conceito de enquadramento é amplamente utilizado para descrever como as notícias são estruturadas e apresentadas ao público. Tuchman (1978), ao adaptar os conceitos de Goffman para os estudos jornalísticos, argumenta que os enquadramentos são essenciais para selecionar e organizar informações, atribuindo ênfase a certos aspectos enquanto marginalizam outros.

Os dispositivos de enquadramento *framing devices* são ferramentas utilizadas para organizar a narrativa jornalística. Elas incluem a seleção de informações, que evidencia ou omite aspectos de determinados eventos para direcionar a interpretação do público; o uso de linguagem e estilo, no qual a escolha de palavras e expressões influenciam o tom da narrativa; e a organização visual e textual, composta por elementos como títulos, subtítulos, imagens e gráficos que contribuem para moldar a compreensão do conteúdo.

O primeiro passo é identificar o quadro primário, ou seja, o contexto geral em que o material jornalístico está inserido. Essa análise abrange o tipo de publicação, o público-alvo, a editoria em que o material foi publicado e o tema central abordado. O quadro primário serve como base para as interpretações subsequentes, sendo fundamental para compreender como a informação é estruturada.

Os chamados quadros secundários tratam de interpretações complementares ou derivadas do quadro primário. No jornalismo, podem incluir análises alternativas apresentadas por fontes externas, comentários do público ou contextos históricos ou culturais que influenciam a interpretação do material. Já a laminação, proposta por Goffman (2012), refere-se às camadas adicionais de interpretação aplicadas aos esquemas primários.

No jornalismo, isso ocorre por meio de elementos como adjetivações, seleção de imagens e citações que destacam determinados aspectos da narrativa. Na investigação desta

pesquisa foi possível fazer esse levantamento a partir da análise das fotos escolhidas, de adjetivos utilizados nas legendas e do papel das senadoras apresentado pelos dois jornais.

Outro aspecto relevante proposto por Goffman (2012) é a análise dos papéis dos participantes na narrativa jornalística. Isso envolve identificar os atores principais, como fontes, jornalistas e a audiência, e avaliar as relações de autoridade e credibilidade entre eles. Goffman ensina ainda a importância de avaliar o impacto do enquadramento na percepção pública. Isso envolve investigar reações do público, sejam elas mediadas, como comentários on-line, ou diretas, como mudanças na compreensão do tema e na formação de opinião pública.

Apesar de os posts no Instagram não terem assinatura dos jornalistas que fizeram a publicação, nem uma editoria específica de publicação, a divulgação de conteúdo na plataforma oferece a vantagem de se poder contabilizar o engajamento do público por meio da quantidade de curtidas e de comentários.

A análise de enquadramento, segundo Goffman (2012), demonstra que o jornalismo é um processo de construção simbólica. Os enquadramentos empregados pelos meios de comunicação, ao destacar ou relegar aspectos específicos, desempenham um papel central na formação da opinião pública.

A aplicação do conceito no campo da mídia frequentemente utiliza técnicas de análise de conteúdo. Luiz Augusto Campos (2014) propõe uma abordagem que busca identificar padrões e coocorrências em grandes volumes de textos midiáticos, agrupando elementos interpretativos em quadros conceituais mais amplos (Campos, 2014).

Sendo assim, a análise de enquadramento opera em diferentes níveis: enquadramentos editoriais, que refletem escolhas institucionais, como a seleção de tópicos e a alocação de espaço nas edições de jornais; enquadramentos noticiosos, que envolvem a forma como jornalistas redigem matérias e selecionam ângulos para abordar eventos e enquadramentos interpretativos, promovidos por atores sociais e políticos externos à mídia, que influenciam a avaliação de temas públicos (Porto, 2004).

Esses níveis permitem compreender como os meios de comunicação estruturam a narrativa e moldam o debate público ao oferecer “mapas cognitivos” que orientam a interpretação de eventos (Campos, 2014).

5.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADA AO TRABALHO

Apesar de a pesquisa adotar dois métodos analíticos, optou-se por priorizar a análise de conteúdo, pois ela incorpora, até certo ponto, aspectos da análise de enquadramento. Utilizando as técnicas descritas por Bardin (2011) e Franco (2021), este estudo investigou como os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* abordaram a cobertura da CPI da Covid, com um foco particular no papel desempenhado pelas senadoras nas publicações no Instagram durante os trabalhos da comissão. O objetivo foi determinar se narrativas, palavras, imagens e a divulgação realizada por esses dois veículos refletiram de alguma forma a exclusão, o silenciamento ou a descredibilização das mulheres no cenário político.

Foram analisadas 337 publicações feitas pelos jornais nas páginas oficiais do Instagram, durante o período de vigência da CPI da Covid, entre 27 de abril de 2021 e 5 de novembro de 2021, data final prorrogada da comissão. Embora o prazo da CPI tenha sido estendido, o relatório final foi lido em 20 de outubro de 2021. Como consequência, as últimas postagens dos veículos de imprensa sobre a CPI ocorreram em 27 de outubro de 2021. O *corpus* da pesquisa integrou todas as publicações desses dois jornais no período mencionado, ainda disponíveis em agosto de 2024, sendo posteriormente reduzido às postagens que restaram circunscritas ao escopo de investigação.

Inicialmente, foram separadas todas as publicações relacionadas à CPI da Covid nas páginas oficiais de cada jornal, resultando neste *corpus* de 337 postagens. Em seguida, foram selecionadas as publicações que mencionavam diretamente, exibiam fotos, citavam falas ou faziam referência a alguma das senadoras que atuaram na CPI. Após essa triagem, restaram apenas dez posts, sendo seis de *O Globo* e quatro da *Folha*.

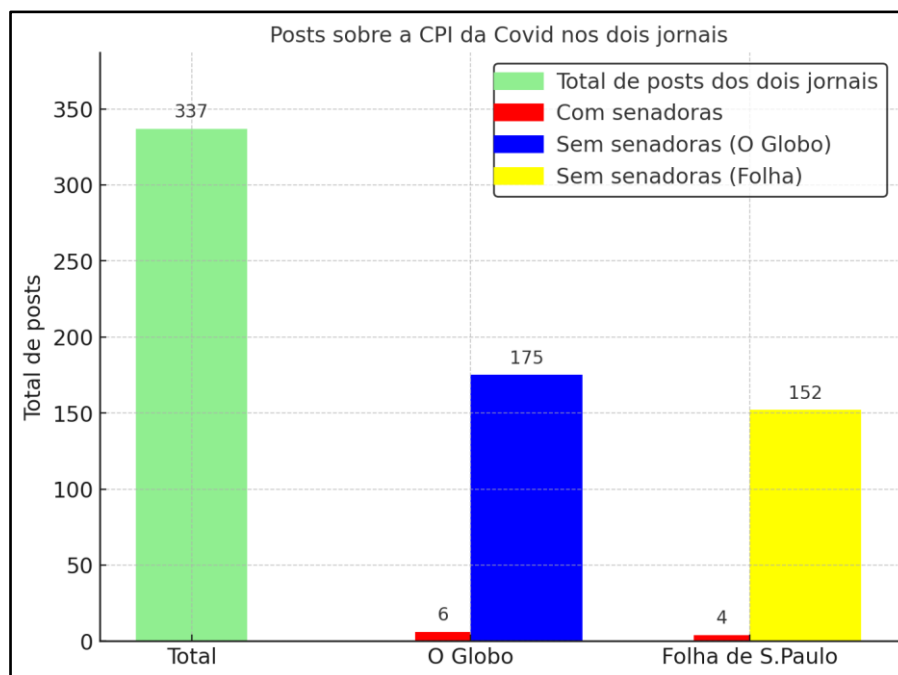
A análise foi conduzida por meio de abordagens qualitativas e quantitativas, com o intuito de explorar as dinâmicas de publicação. Os dados foram extraídos a partir da análise das publicações no Instagram, permitindo a coleta e o armazenamento de informações relacionadas a imagens, textos, interações e padrões.

A partir desses dados, realizou-se uma análise de conteúdo, com foco na interpretação semântica e simbólica das publicações. Ao ensinar que unidade de análise geral é o principal embasamento teórico para identificar conteúdos manifestos, Franco (2021) esclarece que devem ser analisados tanto os elementos explícitos e latentes nas publicações (como palavras, imagens e interações) quanto os implícitos (como ausência de publicações).

Partindo deste contexto, e a partir das propostas de Bardin (2011) e Franco (2021) sobre análise de conteúdo, foram examinadas as legendas e o material visual das postagens utilizando as seguintes unidades de análise: 1) o veículo de publicação; 2) a foto utilizada na postagem; 3) o nome das senadoras mencionadas; 3) os adjetivos utilizados nas publicações. Essas unidades permitiram compreender como as senadoras foram identificadas nos posts, de que forma o trabalho delas foi descrito e como os jornais as referenciaram na atuação na CPI.

As publicações com maior engajamento foram identificadas e analisadas a partir do número de interações (curtidas, comentários, compartilhamentos), seguindo o conceito de interação social de Franco (2021). Segundo Franco (2021, p.17), “interação entre interlocutor e locutor, o contexto social de sua produção, a influência manipuladora, ideológica e idealizada presentes em muitas mensagens” são aspectos fundamentais para a compreensão desse fenômeno. A análise, então, buscou compreender a dinâmica entre locutor e interlocutor no ambiente digital, levando em consideração como o contexto social, assim como influências ideológicas e manipuladoras, pode ter potencializado o alcance e a recepção das mensagens.

Por fim, os resultados apresentados se baseiam na análise global do que está explícito e latente na cobertura realizada pelos jornais sobre a CPI da Covid no Instagram. Com o objetivo de facilitar a interpretação dos resultados, foram utilizados recursos visuais, como gráficos, tabelas e nuvem de palavras, que ilustram os achados de forma clara e objetiva.

Gráfico 2 - Posts sobre a CPI da Covid feitos pelo *O Globo* e pela *Folha*

Fonte: Elaboração própria, com auxílio de Inteligência Artificial. Doravante, todos os gráficos foram gerados dessa forma, utilizando o ChatGPT¹³⁶.

5.4. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO APLICADA AO TRABALHO

A análise de enquadramento das publicações está fundamentada na perspectiva de Goffman (2012), que argumenta que a documentação visual não só representa a realidade, mas também influencia os acontecimentos futuros. Dessa forma, foram analisados os títulos utilizados nas postagens, bem como as fotos escolhidas, considerando os elementos visuais que compõem a narrativa e como esses elementos auxiliam na construção de significados, na influência sobre percepções e no engajamento público. Segundo o autor, “o relato de um acontecimento e sua documentação não só são vistos como reduções ou abstrações do original, mas são entendidos também como capazes de influenciar ocorrências posteriores da coisa real” (Goffman, 2012, p.113).

¹³⁶ O *ChatGPT* é um modelo de inteligência artificial desenvolvido pela *OpenAI*, uma empresa de pesquisa em inteligência artificial fundada em 2015 e sediada nos Estados Unidos. Lançado em novembro de 2022, o *ChatGPT* foi projetado para processar e gerar textos em linguagem natural, sendo capaz de responder perguntas, redigir textos e auxiliar em diversas tarefas de comunicação e aprendizado. Baseado na arquitetura de rede *neural transformer*, um modelo de aprendizado de máquina que utiliza mecanismos de atenção para processar e entender o contexto de grandes volumes de texto, ele foi treinado com grandes volumes de dados textuais, o que o permite compreender o contexto das conversas e fornecer respostas. Para a criação dos gráficos, todos os dados foram colhidos e separados manualmente, em seguida foram colocados no sistema da plataforma com a solicitação para criação de gráficos.

A teoria de enquadramento oferece uma metodologia eficaz para a compreensão de como as narrativas são construídas e interpretadas. Na pesquisa, essa abordagem foi utilizada para avaliar como os jornais *O Globo* e *Folha* organizaram e apresentaram a atuação das senadoras na CPI da Covid, influenciando as percepções do público.

Partindo do conceito de enquadramento, a primeira etapa da aplicação do conceito foi identificar o quadro primário, ou seja, o contexto geral de cada publicação. Essa etapa serviu como base para as interpretações de como a representação das mulheres na CPI da Covid foi noticiada. Na pesquisa, a avaliação foi feita a partir da estruturação de cada post: 1) trata-se de vídeo? 2) trata-se de foto?; 3) tem título? 4) qual é o assunto que se trata? 5) qual imagem foi escolhida para representar as mulheres?

Utilizando as técnicas de análise de enquadramento, a pesquisa identificou ainda os elementos narrativos presentes nas postagens, foram observados aspectos como **seleção de eventos**: quais momentos da CPI foram destacados; **uso de linguagem e estilo**: palavras e expressões utilizadas para descrever as ações das senadoras e **organização visual**: imagens, títulos, subtítulos e legendas escolhidos para as publicações.

6. ANÁLISE

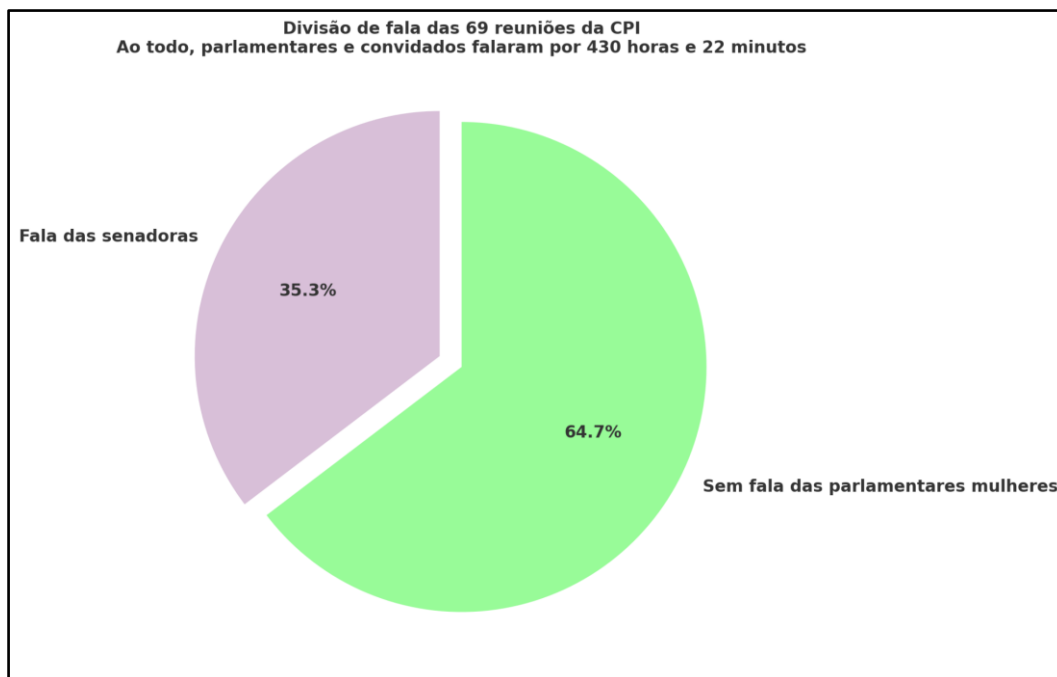
Embora os dados a seguir não façam parte da análise propriamente dita, é importante, antes de realizarmos o exame dos posts dos jornais avaliados, ressaltarmos que as senadoras tiveram uma atuação intensa na CPI da Covid, inclusive numericamente, em relação ao tempo de fala. Para fins de comparação entre o espaço que elas tiveram na imprensa e o percentual de tempo de fala delas durante o período de funcionamento da CPI da Covid, foi realizado um levantamento detalhado e manual sobre o tempo de fala das parlamentares ao longo das 69 reuniões da comissão. Assim, estes dados fundamentam uma observação empírica da real atuação das senadoras na referida CPI.

Para coletá-los, acessou-se os links de todas as reuniões disponíveis na página oficial da comissão, CPIPANDEMIA-CPI da Pandemia¹³⁷, no *site* do Senado Federal (Brasil; Senado Federal, 2021h). Com base nas notas taquigráficas disponibilizadas no endereço, foi contabilizada a duração de cada sessão e somado o tempo total das 69 sessões.

Na sequência, foi feita a identificação e a separação do tempo de fala de cada senadora em todas as reuniões. Para isso, foram utilizados os recortes de vídeos disponibilizados pelo Senado, permitindo o cálculo preciso do tempo total de discurso de cada parlamentar.

Com o auxílio da plataforma de inteligência artificial ChatGPT, que processou os dados de todas as reuniões, chegou-se ao tempo total de fala de todos os senadores e convidados ao longo dos 69 encontros, totalizando 430 horas e 22 minutos, o equivalente a 17 dias e 22 horas ininterruptos. Deste total, as senadoras discursaram por 152 horas, 5 minutos e 19 segundos, o que corresponde a aproximadamente 6,3 dias inteiros de intervenção. Com base nesses números, a participação das senadoras representou 35,3% do tempo total das sessões.

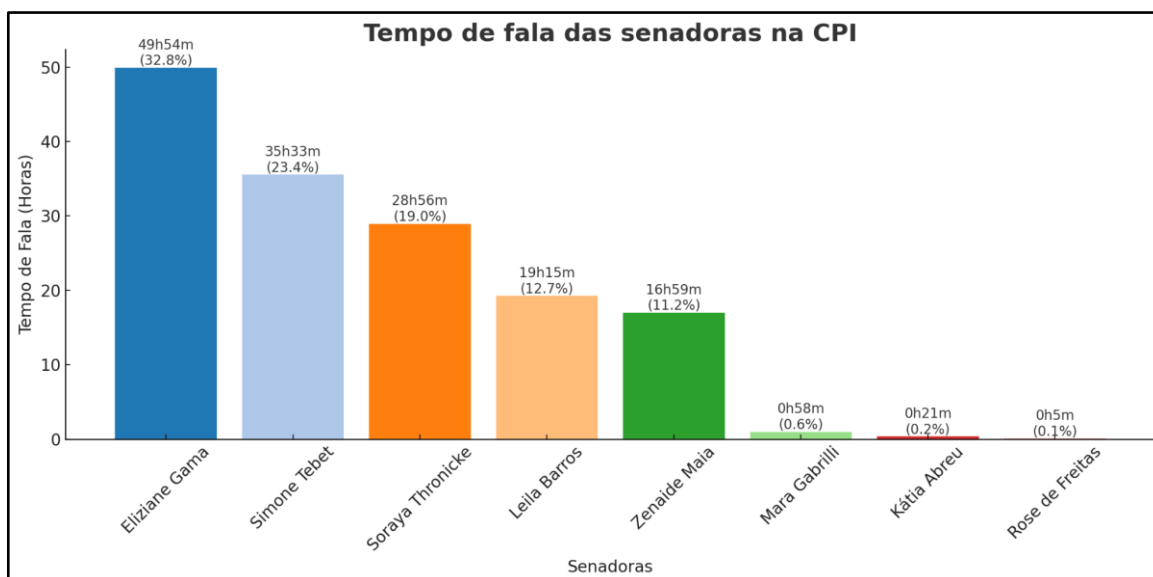
¹³⁷ A página foi criada pelo Senado Federal ainda no início dos trabalhos da comissão. Todos os discursos, documentos e relatórios da CPI, além de informações técnicas, constam na página. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

Gráfico 3 - Divisão do tempo de fala das reuniões da CPI da Covid.

Fonte: Elaboração própria, com auxílio de Inteligência Artificial¹³⁸.

Complementando o levantamento de forma mais detalhada, foi possível apresentar a participação individual de cada senadora. Os números evidenciam uma concentração significativa do tempo de fala entre as senadoras mais atuantes, com Eliziane Gama, Simone Tebet e Soraya Thronicke respondendo, juntas, por aproximadamente 75% do tempo total de fala feminina ao longo das 69 sessões da CPI. A distribuição do tempo total de 152 horas, 5 minutos e 19 segundos de fala entre as senadoras ficou da seguinte forma:

¹³⁸ O gráfico foi elaborado pelo ChatGPT com os dados levantados durante a pesquisa. Foi inserido na plataforma o tempo de fala total das reuniões e o tempo de fala de cada senadora e, em seguida, solicitado ao ChatGPT a elaboração de um gráfico pizza com os dados, formado pela divisão dos percentuais de discursos. Foram feitas adaptações de cores e de texto durante a elaboração.

Gráfico 4 - Tempo total de fala das senadoras na CPI da Covid

Fonte: Elaboração própria, com auxílio de Inteligência Artificial¹³⁹.

Embora não tenham sido formalmente indicadas pelos próprios partidos como titulares ou suplentes da comissão, as senadoras garantiram espaço de fala na CPI da Covid por meio da Bancada Feminina, participando ativamente de praticamente todas as sessões, ainda que não tivessem direito a voto.

A partir dos dados, é possível observar uma diferença expressiva entre a participação efetiva das senadoras nas reuniões da CPI e o destaque dado a elas pela imprensa durante a cobertura da comissão. A análise das postagens feitas pelos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Instagram revelou que apenas 2,97% das publicações destacaram a atuação das parlamentares, evidenciando uma sub-representação em comparação ao tempo efetivo de participação delas nas sessões da CPI.

A imprensa, enquanto mecanismo fundamental de democratização do acesso à informação, desempenha papel essencial para apresentar a participação de diferentes atores políticos em momentos de relevância nacional. A diferença entre o percentual de tempo de fala das senadoras e o espaço concedido a elas na cobertura dos dois maiores jornais do Brasil aponta para a necessidade de atenção e equilíbrio na cobertura e no destaque dado a

¹³⁹ O gráfico foi elaborado pelo ChatGPT com os dados levantados durante a pesquisa. Foi inserido na plataforma o tempo de fala de cada senadora e, em seguida, solicitado ao ChatGPT a elaboração de um gráfico barra com os dados, sendo organizado em ordem decrescente, cores diferentes nas barras, formado de tempo com horas e minutos e percentual que representa cada tempo.

vozes femininas no debate público. As postagens revelam que a participação ativa não foi alvo exatamente da cobertura dos veículos, conforme pode ser observado em cada post.

6.1. DESCRIÇÃO DOS POSTS *O GLOBO*

Foram analisadas as 181 postagens feitas pelo jornal *O Globo* no Instagram entre 27 de abril de 2021, data da instalação da CPI, e 27 de outubro de 2021, dia do último post sobre a comissão antes do encerramento dos trabalhos. Entre todas as publicações, apenas seis incluem fotos, frases ou menções aos nomes das senadoras.

O primeiro, do dia 28 de abril, é um repost do @projetocelina, uma página vinculada ao grupo *O Globo* que se dedica a promover visibilidade para questões de gênero e diversidade¹⁴⁰ (Projeto Celina, 2019). O conteúdo do post é a reprodução de um vídeo em que a senadora Eliziane Gama, então filiada ao partido Cidadania, responde ao senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Durante a sessão de instalação da CPI da Covid no dia anterior à postagem, Flávio Bolsonaro sugeriu que as mulheres estariam conformadas em acompanhar os trabalhos da comissão à distância, insinuando a ausência delas na sala de reunião.

Em resposta, a senadora Eliziane Gama, presente na sessão, rebateu o colega, afirmando que nem ela nem as demais senadoras aceitariam ser alvo de ironias de cunho machista. A fala da senadora, destacada no vídeo publicado por *O Globo*, foi a seguinte:

Quero dizer que eu, Eliziane Gama, e nenhuma das senadoras vamos admitir ironia machista. Estamos aqui, vamos participar ativamente e teremos o nosso protagonismo nesta Casa. Nenhum homem, nem aqui e em lugar nenhum, enquanto houver as mulheres presentes, que, aliás, são a maioria da população brasileira, vai tentar calar a voz de uma mulher¹⁴¹. (Jornal *O Globo*, 2021a)

O post também direciona o leitor para uma entrevista concedida pela senadora ao Projeto Celina, no qual ela comenta a ausência de mulheres na CPI e a declaração de Flávio Bolsonaro. Essa entrevista não foi avaliada no escopo desta pesquisa, uma vez que não foi

¹⁴⁰ A explicativa do trabalho do Projeto Celina é feita pela própria página oficial do projeto no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/projetocelina/>. Acesso em: 18 out. 2024

¹⁴¹ A fala foi dita pela senadora Eliziane Gama, durante sessão da CPI da Covid. Post disponível em: <https://www.instagram.com/p/CON3fxgDDwD/>. Acesso em: 18 out. 2024.

publicada na página oficial de *Globo* no Instagram, mas sim no *site* do Projeto Celina. Até o dia 23 de novembro de 2024, o post acumulava 62.499 visualizações e 4.386 curtidas.

Figura 13 - Reprodução da primeira postagem do *Globo* que dá espaço para uma senadora, em 28 de abril.



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *O Globo* (2021a)¹⁴².

O segundo post de *O Globo* que dá destaque a uma senadora foi publicado no dia 18 de maio. A publicação apresenta uma foto da então senadora Kátia Abreu (PP-TO), com dedo em riste, boca aberta e sobrancelha arqueada, acompanhada de uma frase atribuída a ela: “O senhor nos direcionou para o caos, para um iceberg, para um naufrágio”¹⁴³ (Jornal *O Globo*, 2021b). A declaração ocorreu durante o depoimento de Ernesto Araújo na CPI da Covid e foi escolhida pelo jornal para representar a crítica da senadora ao ex-chanceler.

Na legenda, *O Globo* detalha que Kátia Abreu direcionou duras críticas ao ex-chanceler, referindo-se a ele como um “negacionista compulsivo” e acusando-o de ter prejudicado a imagem internacional do Brasil com ataques à China, conduzindo o país à irrelevância diplomática. A senadora destacou declarações feitas por Araújo, como o uso do termo “comunavírus” e críticas ao “tecnototalitarismo”, afirmando que a gestão de Araújo no Ministério das Relações Exteriores levou a política externa brasileira ao fracasso. Até 23 de novembro de 2024, o post havia recebido 11.476 curtidas.

¹⁴² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CON3fxgDDwD/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

¹⁴³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPBIZOBr9Uc/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Figura 14 - Reprodução da segunda postagem do *O Globo* que dá espaço para as senadoras, em 18 de maio de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *O Globo*¹⁴⁴(2021b).

O terceiro post de *O Globo* destaca uma entrevista conduzida pela jornalista Malu Gaspar com a senadora Simone Tebet (MDB-MS) para o podcast #AMaluTáON¹⁴⁵. A publicação apresenta uma arte com o rosto de Tebet em preto e branco, acompanhada de uma frase atribuída a ela sobre a suposta falta de controle do então presidente Jair Bolsonaro em relação às pautas discutidas e votadas pelo Congresso Nacional naquele período. Até novembro de 2024, o post contava 2.420 curtidas (Malu Tá On, 2021).

A legenda da publicação ressalta um momento decisivo da CPI da Covid, em que Simone Tebet (MDB-MS) conseguiu obter uma confissão do então deputado federal Luis Miranda sobre o envolvimento do ex-ministro da Saúde Ricardo Barros em negociações de vacinas, atingindo diretamente o governo Bolsonaro. O texto sugere que essa atuação na CPI proporcionou a Tebet um ganho de notoriedade que ela não havia alcançado nem mesmo ao concorrer à Presidência do Senado Federal, no início de 2021.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPBIZOBr9Uc/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

¹⁴⁵ "A Malu Tá ON" é um podcast apresentado pela jornalista Malu Gaspar. O programa tem entrevistas com figuras influentes do cenário político, econômico e social do Brasil. Os episódios são todos de 2021 e o que fala da senadora Simone Tebet foi publicado no dia 2 de julho, com o título: Simone Tebet: "O Centrão controla o governo". Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4yYROWUE77csZsqGPOV05f>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Figura 15 - Reprodução da terceira postagem do *O Globo* que dá espaço para as senadoras, em 2 de julho de 2021¹⁴⁶



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *O Globo* (2021c).

No dia 15 de julho de 2021, em outro post, *O Globo* usou um tom mais crítico ao noticiar a prorrogação da CPI por mais 90 dias, destacando a ausência de mulheres entre os 18 indicados titulares e suplentes da comissão. A postagem aponta que essa composição foi alvo de críticas, levando a Bancada Feminina a garantir um acordo que assegurou a participação de duas senadoras em todas as reuniões da comissão.

A legenda também relata que, durante os primeiros meses da CPI, as senadoras enfrentaram atitudes machistas, sendo frequentemente interrompidas pelos colegas, em um fenômeno conhecido como *manterrupting*¹⁴⁷, que tentavam frequentemente desestabilizar emocionalmente as mulheres (Reif, 2019).

O Globo seguiu relatando que as senadoras reagiram firmemente a essas atitudes. Kátia Abreu, por exemplo, foi interrompida pelo senador Eduardo Girão enquanto questionava o ex-ministro Ernesto Araújo, mas respondeu com ironia antes de retomar o seu discurso. Simone Tebet também enfrentou repetidas interrupções durante um

¹⁴⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQ1MWxILtkD/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

¹⁴⁷ O termo, em inglês, tem sido muito utilizado para descrever inúmeras interrupções feitas por homens durante falas de mulheres. Uma explicação completa pode ser encontrada em: <https://azmina.com.br/reportagens/mansplaining-e-manterrupting-o-que-e-e-de-onde-vem-os-termos/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

questionamento ao ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, repreendendo-o de maneira assertiva ao exigir que ele não a interrompesse durante a sua argumentação.

Esses episódios ilustram a resistência das senadoras contra o machismo e a violência política de gênero no contexto da CPI. A legenda do post finaliza convidando o leitor a acessar o *site* dO Globo para conferir “outros momentos da CPI da Covid em que as senadoras foram interrompidas e tratadas com ofensas machistas (que, felizmente, nenhuma delas deixou sem resposta)¹⁴⁸”. Até novembro de 2024, a postagem registrava 13.441 curtidas (Jornal O Globo, 2021d).

Figura 16 - Reprodução da quarta postagem dO Globo que dá espaço para as senadoras, em 15 de julho de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *O Globo*¹⁴⁹ (2021d)..

Um novo post de *O Globo* sobre as senadoras só foi feito em 21 de setembro de 2021, mais uma vez abordando o machismo enfrentado por elas na CPI da Covid. A quarta postagem que menciona uma das senadoras é um vídeo que reproduz o episódio em que o então ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, protagonizou um bate-boca com a senadora Simone Tebet durante o depoimento dele. No vídeo, Rosário chamou Tebet de “descontrolada” após ela questioná-lo sobre irregularidades no contrato da

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRXEdoXFRF7/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRXEdoXFRF7/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

vacina Covaxin e sugerir que ele estaria “passando o pano” nas investigações. A declaração do ministro foi imediatamente considerada desrespeitosa por vários senadores, que o acusaram de machismo.

Em resposta, o presidente da CPI, Omar Aziz, suspendeu a sessão temporariamente. Quando a reunião foi retomada, Renan Calheiros, relator da comissão, alterou o status de Wagner Rosário de testemunha para investigado. A discussão gerou forte reação entre os senadores. Otto Alencar (PSD-BA) criticou a postura de Rosário, chamando-o de "moleque". Depois do depoimento, Wagner Rosário pediu desculpas a Simone Tebet por meio do Twitter. Até novembro de 2024, o vídeo registrava 54.197 visualizações e 3.785 curtidas.

Figura 17 - Reprodução da quinta postagem do *O Globo* que dá espaço para as senadoras, em 21 de setembro de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *O Globo*¹⁵⁰ (Jornal *O Globo*, 2021e).

A sexta e última postagem do *O Globo* que faz algum tipo de menção à atuação das senadoras na CPI da Covid é do dia 6 de outubro de 2021. Ao contrário das anteriores, não apresenta foto de nenhuma delas e não aborda diretamente episódios relacionados ao que elas enfrentaram na comissão. O post trata da aprovação de um memorial em homenagem às vítimas da pandemia, ilustrado com uma foto do Congresso Nacional.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUGeCtstyRg/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

A legenda da publicação detalha que o Senado Federal aprovou a criação de um memorial em homenagem às vítimas da Covid-19 no Brasil com o uso de 27 placas de mármore no espelho d'água do Congresso, representando os estados brasileiros e o Distrito Federal. A proposta era de instalação do memorial em uma área externa do Senado para ser facilmente visto pelo público.

Embora a postagem não dê enfoque para a atuação das senadoras, é a única que menciona o nome de mais de uma delas, informando que Simone Tebet, Eliziane Gama, Leila Barros e Soraya Thronicke subscreveram o projeto. Em novembro de 2024 a publicação reunia 4.035 curtidas.

Figura 18 Reprodução da sexta e última postagem do *O Globo* com os nomes das senadoras na legenda, em 6 de outubro de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *O Globo*¹⁵¹(2021f)..

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUrm3jftqde/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

6.2. DESCRIÇÃO DOS POSTS *FOLHA DE S.PAULO*.

No período entre 27 de abril de 2021, data de instalação da CPI da Covid, e 27 de outubro de 2021, quando foi feita a última postagem sobre a comissão antes do encerramento dos trabalhos, a *Folha de S.Paulo* fez 156 postagens sobre a comissão no perfil oficial do jornal no Instagram. Dentre todas essas publicações, apenas quatro incluíram imagens, declarações ou menções às senadoras que integraram a CPI, ou seja, apenas cerca de 2,5% das postagens foram dedicadas ao trabalho das mulheres.

A primeira publicação dedicada às senadoras é do dia 25 de junho de 2021. O conteúdo do post é um vídeo que reproduz um diálogo ocorrido durante a CPI entre a senadora Simone Tebet e o então deputado federal Luis Miranda. Nesse diálogo, a *Folha* destacou um ponto central das investigações da comissão: suspeitas de corrupção e pressão política em torno da aquisição da vacina Covaxin durante a pandemia de Covid-19. O vídeo registra o momento em que a senadora obtém a confissão de Miranda de que o ex-ministro da Saúde Ricardo Barros havia sido mencionado no caso.

A legenda do post convida os seguidores da página a assistirem o diálogo e reforça que a cobertura completa sobre o tema estaria no *site* do jornal. Até novembro de 2024, a postagem contava com 380 mil visualizações, além de inúmeros comentários e 41.840 curtidas.

Figura 19 - Reprodução da primeira postagem da *Folha* com o nome e um vídeo da senadora Simone Tebet, em 25 de junho de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *Folha de S. Paulo*¹⁵²(2021a).

A segunda postagem da *Folha* com destaque para uma senadora foi feita no dia 4 de agosto de 2021. A publicação apresenta a chamada “CPI vai apontar crimes no plural, diz Simone Tebet” e convida os usuários a ouvirem o *podcast* Café da Manhã¹⁵³, uma página que o jornal tem no aplicativo Spotify e que, neste dia, entrevistou a senadora para abordar os desdobramentos da comissão (Café da Manhã, 2021).

Na legenda, a *Folha* destaca uma afirmação de Tebet, de que tanto o governo federal quanto o presidente Jair Bolsonaro cometeram “omissão dolosa” na gestão da pandemia de Covid. A *Folha* também destacou o trecho da entrevista em que a senadora diz não ter dúvida

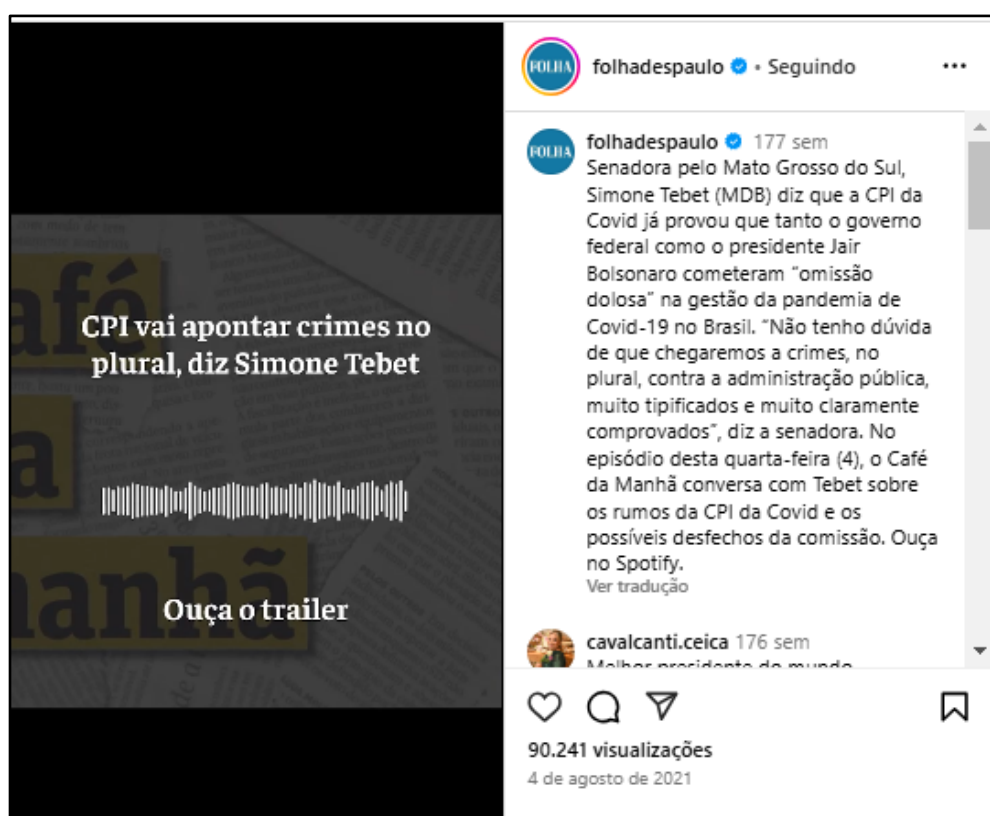
¹⁵² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQkK9vGnAas/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

¹⁵³ *Café da Manhã* é um podcast de notícias populares do Brasil, produzido pela *Folha de S. Paulo* em parceria com o Spotify. Com episódios publicados de segunda a sexta-feira no início do dia, o programa apresenta uma análise de temas como política, economia, ciência, cultura e assuntos do cotidiano. O podcast é conduzido por jornalistas da *Folha*, que entrevistam especialistas e personagens diretamente ligados às principais notícias. O material é disponibilizado gratuitamente no Spotify e no site da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6jICcW1ECpgXz9HYmXWko7>. Acesso em: 30 nov. 2024.

“que chegaremos a crimes, no plural, contra a administração pública, muito tipificados e claramente comprovados”.

O episódio do *podcast* mencionado na legenda explora as opiniões de Tebet sobre o progresso da CPI, os possíveis crimes apurados e os desfechos esperados para a comissão. Até novembro de 2024, o post reunia 90.241 visualizações, 8.462 curtidas e gerava discussões nos comentários sobre os impactos políticos e jurídicos das investigações lideradas pela CPI.

Figura 20 - Reprodução da segunda postagem da *Folha* com o nome e uma fala da senadora Simone Tebet, em 4 de agosto de 2021.



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *Folha de S. Paulo*¹⁵⁴ (2021b).

Em 21 de setembro de 2021, a *Folha* publicou uma terceira postagem destacando a atuação da senadora Simone Tebet durante um dos momentos mais tensos da CPI. A postagem incluiu um trecho de vídeo que registrava o embate entre a senadora e o então ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSJfr3OrYsU/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

A legenda da publicação descrevia o episódio em que o ministro acusou a senadora de estar “descontrolada”, o que desencadeou um intenso bate-boca na sessão. Na ocasião, Simone Tebet apresentava pontos extraídos de relatórios da CGU analisados pela CPI, acusando o órgão de omissão e classificando o ministro como “engavetador”.

Em resposta, Wagner Rosário alegou que as declarações de Tebet continham inverdades e sugeriu que ela “lesse tudo de novo”. A senadora reagiu com postura firme, afirmando que o ministro poderia apontar eventuais erros, mas não tinha o direito de ordenar que ela revisasse os documentos.

O debate se agravou quando Rosário reiterou que Tebet estava “totalmente descontrolada”, provocando reação de outros senadores presentes na sessão. Parlamentares saíram em defesa de Simone Tebet, acusando o ministro de machismo. A legenda da postagem foi uma das mais extensas feitas pelo jornal durante a cobertura da CPI:

Em um momento de grande tensão na CPI da Covid, o ministro Wagner Rosário, da CGU (Controladoria-Geral da União), afirmou que a senadora Simone Tebet (MDB-MS) estava "descontrolada", dando início a um bate-boca na sessão desta terça-feira (21). A sessão acabou encerrada pelo presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM). Ele deu indícios de que poderia agredir Rosário, sendo contido por assessores. Tebet falou sobre diversos pontos de relatórios da CGU que foram analisados pela CPI, indicando omissão do órgão. Disse que o ministro era um "engavetador". Ao responder, Rosário afirmou que havia uma série de inverdades. "Bem, senadora, com todo o respeito à senhora, eu recomendo que a senhora lesse tudo de novo, porque a senhora falou uma série de inverdades aqui." Tebet então rebateu que ele poderia apontar que ela disse inverdades, mas não poderia ordenar que ela relesse os documentos. "A senhora me chamou de engavetador. Me chamou do que quis", disse o ministro. "A senhora está totalmente descontrolada." Todos os senadores então cercaram a mesa principal da CPI, em uma grande discussão. Aziz, que estava sentado, levantou-se rapidamente e partiu em direção a Rosário com dedo em riste. O ministro da CGU então colocou as mãos em seu ombro, em sinal de apaziguamento. Após a confusão, o relator Renan Calheiros avisou que o ministro se tornaria investigado na CPI¹⁵⁵. (*Folha de S.Paulo*, 2021c)

Até novembro de 2024, a publicação acumulava 208.958 visualizações e 19.804 curtidas.

¹⁵⁵ Legenda completa do post feito pela *Folha de S.Paulo* sobre o dia em que Wagner Rosário chamou Simone Tebet de descontrolada. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUGKIFXhmLr/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Figura 21 - Reprodução da terceira postagem da *Folha* com o momento em que Simone Tebet foi chamada de descontrolada pelo então ministro da Controladoria-Geral da União, em 21 de setembro de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *Folha de S. Paulo*¹⁵⁶ (2021c).

A quarta e última postagem da *Folha* dedicada às senadoras foi publicada em 22 de setembro de 2021. Assim como as anteriores, o conteúdo consistia em um vídeo e destacava a senadora Simone Tebet, em continuidade às críticas relacionadas ao episódio em que foi chamada de “descontrolada” pelo então ministro da CGU, Wagner Rosário. A legenda da publicação foi breve, destacando que a senadora explicou por que não se deve utilizar termos como “histórica” ou “descontrolada” ao se referir a uma mulher.

O vídeo selecionado pelo jornal apresenta Tebet criticando o uso desses termos, argumentando que eles têm sido utilizados para deslegitimar a atuação de mulheres em posições de poder. A senadora enfatizou que palavras como essas carregam um viés preconceituoso, reforçando estereótipos que associam mulheres à irracionalidade e ao descontrole emocional.

Segundo Tebet, essa narrativa reflete um padrão estrutural e inconsciente que busca posicionar as mulheres como inferiores ou menos capazes, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e obstáculos à participação feminina em posições de poder.

Quando a mulher começou a buscar espaços de poder, ela começou a ser taxada de uma pessoa histérica, uma pessoa louca, uma pessoa descontrolada. Essa palavra não vem à toa, ela está no inconsciente daqueles que ainda acham que mulheres são menores, são inferiores. Não agridam a mulher de forma alguma. Mas a mulher que está empoderada, a mulher que sai para o ambiente de trabalho, a essas mulheres, que são porta-vozes de outras mulheres, jamais digam que, quando ela eleva a sua voz, ela é histérica ou descontrolada. Não! Ela exerce o seu

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUGKIFXhmLr/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

papel com firmeza, com o dever que tem de defender todas as outras mulheres, muitas vezes oprimidas no Brasil¹⁵⁷. (Folha de São Paulo, 2021d)

Até novembro de 2024, o vídeo tinha 51.428 curtidas.

Figura 22 - Reprodução da segunda postagem da Folha com trecho do vídeo da fala da senadora Simone Tebet, em 22 de setembro de 2021



Fonte: Reprodução do Instagram oficial do jornal *Folha de S.Paulo*¹⁵⁸(2021d).

Ainda que em quantidade bastante reduzida, as postagens aqui descritas, tanto d'O Globo quanto da *Folha de S.Paulo* indicam, mesmo na ausência de uma cobertura maior e de um consequente *corpus* de análise também mais amplo, podem revelar as marcas dos lugares reservados às representantes mulheres na cobertura política do país.

Como estratégia de aferição desses lugares, realiza-se primeiro uma análise de conteúdo dessas publicações e, em seguida, uma análise de enquadramento, no sentido de perceber não só mais detalhadamente os aspectos contedutísticos das mensagens avaliadas,

¹⁵⁷ A fala foi feita pela senadora Simone Tebet, após ela ser chamada de descontrolada durante uma reunião da CPI da Covid, em setembro de 2021.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUI2DLELWcj/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

mas à circunscrição da atuação das senadoras, a partir de um enquadramento específico, na cobertura da CPI da Covid.

6.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Uma vez descritos os *posts*, apresenta-se agora a análise sob as duas vertentes adotadas por esta pesquisa: análise de conteúdo e análise de enquadramento. Inicia-se o percurso pela análise de conteúdo, uma vez que sua técnica é mais bem instituída como uma sequência de etapas a serem seguidas pelo analista.

No caso deste trabalho, realizamos uma análise de conteúdo categorial, identificando semelhanças e divergências entre os conteúdos apresentados pelos dois jornais aqui observados em suas respectivas páginas do Instagram. As categorias definidas são: 1) análise sintática dos posts d’*O Globo*; 2) análise sintática dos posts da *Folha*; 3) unidades de análise. Essas propostas, entendidas nos conceitos de Bardin (2011) e Franco (2021) como Unidades de Contexto, auxiliam no entendimento do “pano de fundo” (Franco, 2021, p. 49) das postagens e na continuidade da análise de conteúdo, conforme veremos mais à frente.

A Unidade de Contexto é a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado, porém é indispensável para a necessária análise e interpretação dos textos a serem decodificados (tanto do ponto de vista do emissor, quanto do receptor) e, principalmente, para que se possa estabelecer a necessária diferenciação resultante dos conceitos de “significado” e “sentido”, os quais devem ser consistentemente respeitados, quando da análise e interpretação das mensagens disponíveis. (Franco, 2021, p. 49)

A escolha das categorias de análise foi fundamentada na necessidade de compreender de forma crítica como os dois maiores jornais brasileiros retrataram a participação das senadoras durante a CPI da Covid, em especial no que diz respeito às dinâmicas de exclusão, silenciamento e descredibilização feminina no ambiente político. Essas categorias permitiram um exame integrado das narrativas construídas pela mídia, abrangendo elementos textuais, visuais e interacionais.

A análise sintática dos posts dos jornais possibilitou a identificação de padrões discursivos e escolhas linguísticas que revelam ou reforçam estereótipos de gênero, enquanto as unidades de análise ofereceram um panorama mais amplo e sistemático sobre significados explícitos e implícitos das mensagens veiculadas. A abordagem metodológica, baseada em

Bardin (2011) e Franco (2021), assegura um equilíbrio entre objetividade e interpretação crítica, permitindo a exploração de como as representações midiáticas das senadoras foram moldadas e contextualizadas. Ao focar tanto nos conteúdos manifestos quanto nos aspectos latentes das publicações, a pesquisa evidenciou mecanismos simbólicos que ainda marginalizam as mulheres na política, reforçando a relevância do debate no contexto da cobertura jornalística brasileira.

6.3.1. Categorização sintática *O Globo*

Nesta categoria, analisamos a escolha linguística dos adjetivos utilizados por *O Globo* e a *Folha de S.Paulo* nas legendas das publicações sobre as senadoras durante a CPI da Covid, buscando compreender como essas descrições refletem e reforçam construções sociais de gênero. O foco está em avaliar como a caracterização das parlamentares em contextos de embates políticos, tensões emocionais e discussões públicas privilegia narrativas que deslegitimam a atuação feminina, destacando aspectos emocionais e comportamentais em detrimento das contribuições técnicas e propositivas.

Além disso, indicamos como as escolhas linguísticas perpetuam barreiras simbólicas à participação política das mulheres, reforçando estruturas patriarcais e estigmas de fragilidade emocional, associados historicamente ao gênero feminino.

As legendas utilizadas por *O Globo* revelam como as senadoras foram representadas em um contexto de exposição e embates políticos. Foram identificados sete adjetivos: “machista”, “descontrolada”, “feminina”, “indignadas”, “compulsivo”, “omisso” e “presentes”. Desses, os mais recorrentes são “machista” (três vezes) e “descontrolada” (duas vezes).

Sintaticamente, os adjetivos qualificam as senadoras ou descrevem suas ações e o contexto em que estiveram inseridas nas discussões da comissão. O termo “descontrolada”, utilizado por Wagner Rosário contra Simone Tebet, insinua uma falta de racionalidade ou domínio emocional da parlamentar no ambiente político. Apesar de citar “machismo” na legenda, *O Globo* aborda o tema de maneira superficial, limitando-se a reproduzir as falas de alguns senadores que acusaram o ministro Wagner Rosário de machista. Não há uma análise ou contextualização mais ampla sobre o impacto dessa acusação ou sobre como

atitudes machistas influenciam as relações de poder e a atuação das mulheres na política, especialmente em ambientes como a CPI.

Por outro lado, adjetivos como “feminina” e “presentes” exerceram função descritiva, apontando a presença das senadoras na CPI e o papel enquanto representantes de um grupo historicamente sub-representado. O termo “indignadas”, usado por Flávio Bolsonaro de forma irônica na frase “Acho que as mulheres já foram mais respeitadas e mais indignadas, né? Estão fora da CPI e não fazem nem questão de estar nela, se conformam em acompanhar os trabalhos à distância”, também carrega uma conotação depreciativa, sugerindo passividade por parte das senadoras.

No dia 15 de julho de 2021, *O Globo* publicou uma foto de Simone Tebet e a frase: “‘Calma, não precisa ficar nervosa’ e outras frases que mulheres não deveriam mais ouvir na CPI da Covid¹⁵⁹” (Jornal *O Globo*, 2021g), acompanhada de uma legenda que denunciava episódios de machismo enfrentados pelas senadoras ao longo da CPI da Covid. A publicação abordou como expressões deslegitimadoras, frequentemente dirigidas às parlamentares, buscavam enquadrá-las como emocionais ou descontroladas, uma estratégia comum para desqualificar a atuação de mulheres.

A legenda do post contextualizou essa violência política de gênero, explicando que, apesar de um acordo para garantir a participação de senadoras nas sessões — já que nenhuma mulher havia sido indicada para as 18 vagas de titulares e suplentes —, as parlamentares enfrentaram constantes interrupções e falas machistas por parte de senadores e depoentes. Pesquisadoras da área, mencionadas na legenda da publicação, explicaram como essas práticas de *manterrupting* (interrupção das falas das parlamentares) e desrespeito eram utilizadas como ferramentas para desestabilizar emocionalmente as mulheres, silenciá-las e desencorajá-las de permanecer na vida pública.

A legenda também exemplificou momentos emblemáticos dessas situações. Entre eles, um episódio em que a senadora Kátia Abreu, ao ser interrompida pelo senador Eduardo Girão durante um questionamento ao ex-ministro Ernesto Araújo, respondeu com firmeza: “O senhor está gostando da minha fala?”, retomando a linha de perguntas. Outro destaque foi a reação de Simone Tebet, que, após ser interrompida repetidamente pelo ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, reafirmou sua autoridade ao dizer: “Eu gostaria que o senhor não

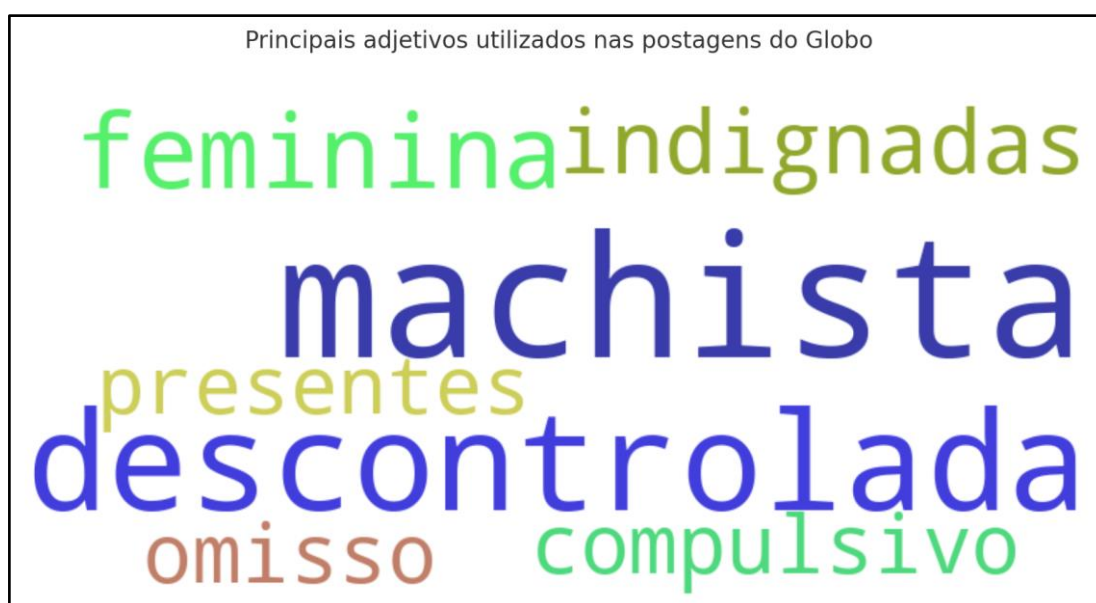
¹⁵⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRXEdoXFRF7/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

me interrompesse porque é uma linha de raciocínio; quando eu tiver que perguntar, me dirijo a Vossa Excelência”.

Apesar do acerto em dar visibilidade a essa questão, o *timing* da postagem – três meses após o início da CPI e somente após a prorrogação de seus trabalhos – evidencia a falta de priorização dessa pauta pela cobertura inicial do jornal – além disso, foi a única que abordou o assunto de forma mais profunda. A escolha da frase e a exposição das reações das senadoras mostraram o impacto do machismo na comissão e a força da Bancada Feminina em resistir a essas situações, mas a demora do jornal em abordar o tema de forma aprofundada reflete a subvalorização do debate sobre gênero e política no contexto da cobertura da CPI.

Em resumo, as legendas revelam um desequilíbrio na forma como as senadoras foram descritas, especialmente quando adjetivos pejorativos como “descontrolada” são aplicados em momentos de embates políticos. Esse tipo de qualificação reforça estereótipos de fragilidade emocional frequentemente atribuídos às mulheres em posições de poder, minando a autoridade e a legitimidade delas nesses espaços.

Figura 23 - Principais adjetivos utilizados nas legendas dos posts de *O Globo*, sendo ‘descontrolada’ por duas vezes e ‘machista’ por três vezes



Fonte: Elaboração própria, com auxílio de Inteligência Artificial.

6.3.2. Categorização sintática *Folha*

As legendas utilizadas pela *Folha de S.Paulo* nas publicações do Instagram destacam seis adjetivos identificados em contextos específicos relacionados às senadoras. Os adjetivos destacados são: “descontrolada”, “grande”, “histérica”¹⁶⁰, “machista”, “dolosa” e “tipificados”. O termo “descontrolada” aparece duas vezes, sendo utilizado para descrever a forma como a Simone Tebet foi chamada pelo então ministro Wagner Rosário em um contexto de embate verbal durante uma reunião da CPI. A repetição desse termo, associada a uma figura pública feminina, pode indicar um padrão de representação que reforça estereótipos de comportamento.

O adjetivo “grande” também foi utilizado duas vezes, descrevendo momentos de elevada tensão e discussões em contextos em que as parlamentares estavam envolvidas. A escolha enfatiza a gravidade e a intensidade dos momentos. Já os adjetivos “histérica” e “machista” aparecem uma vez cada. “Histérica” é utilizado no contexto de um debate sobre como mulheres são qualificadas de forma pejorativa, enquanto “machista” surge no contexto da ofensa contra Simone Tebet.

O termo “dolosa”, usado uma vez, está associado a uma omissão intencional durante a gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil, apontando para uma possível responsabilização jurídica e ética de agentes públicos. Por fim, “tipificados” aparece uma vez no contexto de crimes formalmente descritos e comprovados, sugerindo precisão técnica em temas jurídicos.

O termo “histérica” tem origem no grego *hysteria*, que significa “útero”. Na antiguidade, acreditava-se que o útero era responsável por sintomas físicos e emocionais, baseado na teoria do “útero errante”, segundo a qual o órgão se deslocava pelo corpo, causando doenças e comportamentos anormais (Hernández, 2024). A ideia surgiu no Egito antigo e foi consolidada na Grécia por filósofos como Platão e médicos como Hipócrates.

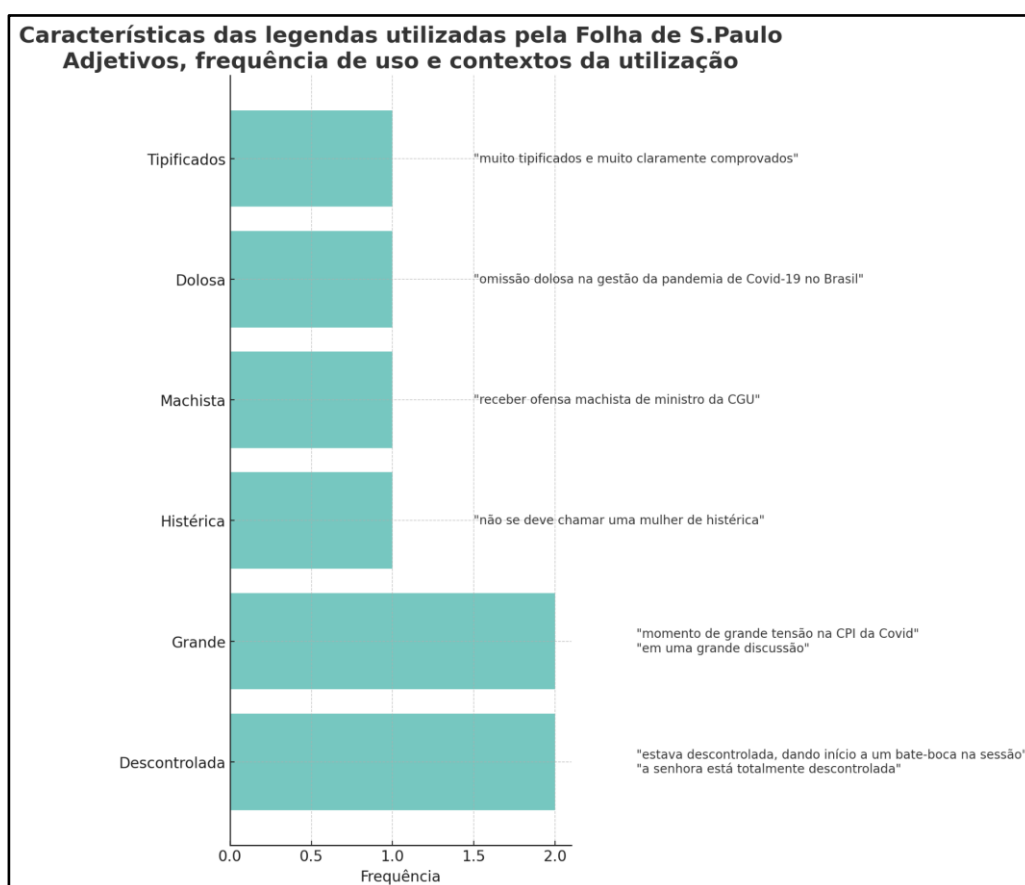
Por séculos, a “histeria” esteve associada às mulheres, reforçando estereótipos de instabilidade emocional. Embora desvinculado do útero com avanços na neurologia e psicologia, o termo manteve conotações de fragilidade feminina até ser reformulado no

¹⁶⁰ Informações disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx9zl98rv4jo>. Acesso em: 19 jan. 2025.

século 20, sendo substituído por conceitos como transtornos dissociativos. Contudo, ainda é usado de forma pejorativamente para deslegitimar discursos femininos.

O termo “descontrolada” tem sido amplamente utilizado de forma pejorativa para desqualificar as mulheres, especialmente em posições de liderança, reforçando estereótipos de gênero que associam o feminino à falta de racionalidade e controle emocional. Segundo Neves e Neves (2017), a representação da mulher como histérica e emocionalmente instável é uma construção histórica que visa deslegitimar a competência feminina em ambientes de poder.

Gráfico 5 - Adjetivos utilizados pela *Folha de S.Paulo* nas postagens voltadas para as senadoras



Fonte: Elaboração própria, com auxílio de Inteligência Artificial para a criação do gráfico.

6.3.3. Avaliação geral da categorização sintática dos dois jornais

As legendas publicadas por *O Globo* e *Folha de S.Paulo* nos posts sobre as senadoras durante a CPI da Covid demonstram um padrão de representação que reduz a atuação feminina a contextos de embates, reclamações e tensão, negligenciando a dimensão

propositiva da contribuição que elas tiveram no colegiado. Essa abordagem reforça estereótipos de fragilidade emocional e questiona a preparação das mulheres para o exercício da atividade política.

Ambos os jornais destacaram as senadoras em situações de conflito e forte emoção, evidenciado pela reprodução de adjetivos como “descontrolada”, “histérica” e “machista”. Essa escolha linguística desvia a atenção da participação política e das intervenções femininas, promovendo um viés que deslegitima a presença feminina no debate político.

Ao considerar a cobertura de *O Globo* e *Folha* em conjunto no Instagram, percebe-se uma tendência ao sensacionalismo e à dramatização, com ênfase em conflitos pessoais e ausência de descrições técnicas. Essa narrativa reforça estereótipos de gênero e subestima a capacidade das mulheres de ocupar e influenciar o cenário político de maneira legítima e competente.

Em um contexto político de histórica exclusão feminina, o uso de adjetivos depreciativos contribui para a manutenção de barreiras simbólicas ao pleno exercício da participação política por mulheres. O machismo estrutural também se manifesta no tratamento linguístico que associa mulheres a descontrole emocional, enquanto os homens são frequentemente descritos com base nas ações e nos argumentos técnicos.

A escolha dos adjetivos, dentro dos contextos em que foram inseridos, sugere uma narrativa focada em destacar comportamentos, emoções e responsabilidades nas publicações em que as senadoras foram inseridas. Esse uso reflete uma violência simbólica, como descrita por Bourdieu (2020), que busca naturalizar a superioridade masculina, marginalizando as mulheres e perpetuando desigualdades estruturais.

Assim, tal prática linguística reproduz e legitima o patriarcado, que impõe normas comportamentais às mulheres e desqualifica qualquer desvio dessas expectativas como irracionalidade ou descontrole (Saffioti, 2001). A manutenção desses estereótipos, frequentemente associada à dominação masculina, demonstra como a linguagem tem sido utilizada como ferramenta de opressão, restringindo as possibilidades de atuação das mulheres nas esferas pública e profissional.

A análise demonstra como a cobertura jornalística, mesmo quando busca evidenciar embates políticos para publicizar ataques às mulheres, pode perpetuar narrativas de exclusão e deslegitimação das mulheres em espaços de poder.

6.3.4. Avaliação a partir das unidades de análise

Ainda com base nas metodologias propostas por Bardin (2011) e Franco (2021), as unidades de análise são essenciais porque direcionam o foco da investigação, ajudando a identificar padrões e interpretar os significados no material estudado. Elas podem ser variadas conforme os objetivos da pesquisa e as características do material analisado.

Franco (2021) explica que as unidades são divididas entre as de registro e as de contexto, sendo a primeira a menor parte do conteúdo e podendo ser de diferentes tipos, entre elas palavras, temas, personagens e itens, cada uma com as próprias características.

No caso de palavras, por exemplo, a autora destaca a utilização “em pesquisas que objetivam detectar a frequência relativa, na imprensa mundial, de certos símbolos políticos” (Franco, 2021, p. 44). Já quando se trata de analisar o tema do conteúdo, Franco (2021) considera “a mais útil unidade de registro, em análise de conteúdo. Indispensável em estudos sobre propaganda, representações sociais, opiniões, expectativas, valores, conceitos, atitudes e crenças” (Franco, 2021, p.45).

No caso da análise das postagens de *O Globo* e *Folha de S.Paulo* sobre a representação das senadoras no Instagram durante a atuação na CPI da Covid, as unidades de análise foram delimitadas considerando elementos textuais, visuais e interacionais disponíveis nas postagens. Essas unidades são: (1) o veículo de publicação, como indicador do contexto e origem das mensagens; (2) o conteúdo visual das postagens, que explora como imagens contribuem para narrativas implícitas ou explícitas; (3) os adjetivos e palavras utilizados, que revelam tons e possíveis vieses discursivos; (4) os nomes das senadoras mencionadas, para identificar padrões de visibilidade; (5) as interações e engajamento das postagens, como métricas de recepção pública; e (6) as legendas publicadas, que articulam o significado textual e visual.

A seleção dessas unidades foi fundamentada na relevância e na capacidade de responder aos objetivos do estudo, como Bardin recomenda em relação à organização e validação de categorias de análise (Bardin, 2011, p. 134-144). As unidades citadas foram definidas a partir de um processo inicial de leitura flutuante e categorização, seguindo a proposta de Bardin para a análise categorial, que consiste em identificar temas recorrentes e organizá-los de forma sistemática (Bardin, 2011, p. 201-204). A análise buscou compreender

se as publicações refletiram dinâmicas de exclusão, silenciamento ou descredibilização das mulheres no ambiente político.

Foi adotada uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, para explorar as dimensões manifestas (imagens, textos, interações) e latentes (ausências, padrões de exclusão ou minimização).

6.3.4.1. *Unidades de análise em postagens d'O Globo*

Das 181 publicações analisadas no Instagram do jornal, apenas seis (3,3%) mencionaram senadoras, evidenciando uma desproporção significativa, especialmente considerando o papel relevante das parlamentares na Comissão. A amostra, embora limitada, permite inferências com base nas unidades de análise selecionadas, conforme sugere Franco (2021, p. 31): “[...] o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (de maneira lógica) conhecimentos que extrapolem o conteúdo manifesto nas mensagens e que podem estar associados a outros elementos”.

O conteúdo visual das publicações tende a dar foco para declarações e momentos de confronto. Por exemplo, uma publicação destaca uma citação de Kátia Abreu: “O senhor nos direcionou para o caos, para um iceberg, para um naufrágio” (Jornal *O Globo*, 2021b). A escolha editorial pode ser interpretada tanto como uma valorização da capacidade argumentativa da parlamentar quanto como uma representação que a coloca em contexto de conflito com o depoente, especialmente porque a foto escolhida é da parlamentar com dedo em riste, sobrancelhas arqueadas e boca aberta.

Nas imagens, as senadoras são frequentemente retratadas em poses confrontativas ou em discursos passionais, com gestos enfáticos e expressões sérias. Embora tais representações sublinhem a seriedade das senadoras, também perpetuam a noção de que mulheres precisam adotar posturas agressivas ou emotivas para serem ouvidas, sugerindo que a validação de suas competências está condicionada à demonstração de intensidade emocional.

A cobertura limita-se a imagens de Simone Tebet, Kátia Abreu e Eliziane Gama, excluindo outras senadoras que também estavam presentes, o que reduz a visibilidade da participação feminina na CPI.

Quanto ao uso de adjetivos, a reprodução de termos como “descontrolada”, empregado pelo então ministro Wagner Rosário ao se dirigir a Simone Tebet, reflete uma abordagem editorial que enfatiza conflitos e emoções, em detrimento de uma valorização técnica ou política. Essa tendência de enfatizar embates e momentos de forte emoção pode limitar a percepção pública sobre a capacidade técnica e política das senadoras, posicionando as mulheres como figuras reativas e raivosas. Embora alguns desses episódios revelem resistência ao machismo, a predominância dessas narrativas reduz a atuação feminina ao confronto, colocando em segundo plano outras contribuições no contexto da CPI.

Com relação às interações e engajamentos, as publicações que destacaram episódios de confronto ao machismo repercutiram, como a publicação da resposta de Eliziane Gama a Flávio Bolsonaro – em que ela afirmou que as mulheres não aceitariam ser alvo de ironias machistas –, que alcançou 62.499 visualizações e 4.386 curtidas. O senador havia ironizado a ausência das senadoras em uma reunião, sugerindo que elas estariam conformadas em acompanhar os trabalhos à distância.

A resposta de Simone Tebet ao ministro Wagner Rosário, em 21 de setembro, também gerou um alto engajamento, com 54.197 visualizações e 3.785 curtidas. Em contraste, a publicação que apresenta uma entrevista de Simone Tebet sobre a condução dos trabalhos da CPI, com uma imagem dela e uma fala sobre o então presidente Jair Bolsonaro, obteve um engajamento significativamente menor, com apenas 2.420 curtidas.

Esses dados sugerem que o público se interessa mais por episódios de conflito, indicando um padrão editorial que, ao enfatizar a luta contra o machismo, pode inadvertidamente, reforçar uma imagem de deslegitimação técnica das mulheres. Embora esses momentos de enfrentamento sejam importantes, há uma tendência de relegar outras intervenções femininas a um segundo plano.

As legendas das postagens de *O Globo* foram estruturadas para ressaltar esses embates. Os termos “descontrolada” e “machismo” foram mencionados explicitamente em algumas legendas, sem um aprofundamento sobre o impacto desse tipo de expressão na exclusão das mulheres no ambiente político. Essa frequência sem contexto reflete uma abordagem descritiva que, embora válida, poderia ter sido complementada com uma análise mais ampla sobre as implicações de determinadas palavras nas interações políticas das senadoras, até mesmo no impacto direto do machismo ocorrido na falta de indicação de mulheres para a composição da CPI.

6.3.4.2. *Unidades de análise em postagens da Folha de S.Paulo*

Das 156 publicações analisadas da *Folha*, apenas quatro (2,5%) mencionaram senadoras, destacando uma sub-representação significativa que reflete a tendência observada n' *O Globo*.

No aspecto visual, a *Folha* priorizou vídeos nas publicações, destacando interações como o diálogo de Simone Tebet com Luis Miranda, em 25 de junho, e o embate também de Tebet com Wagner Rosário, em 21 de setembro. A escolha conferiu dinamismo e permitiu que os usuários acompanhassem interações políticas diretamente, embora a repetição de Simone Tebet como foco central tenha limitado a visibilidade das outras parlamentares.

Em relação ao uso de adjetivos e termos específicos, a escolha de palavras como “descontrolada” e subsequente problematização por Tebet foram pontos centrais em duas postagens consecutivas (21 e 22 de setembro), evidenciando uma tentativa do então ministro Wagner Rosário de deslegitimar a atuação da parlamentar durante a comissão. Embora a resposta de Tebet tenha sido amplamente divulgada, a ênfase no conflito destacou a senadora predominantemente em uma perspectiva de confronto, sem destacar outras participações técnicas ao longo da comissão.

O destaque para momentos de confronto ou tensão política, muitas vezes acompanhado de adjetivos atribuídos às senadoras, posicionam as mulheres como figuras reativas e emocionais. A narrativa predominante perpetua a perspectiva de que as senadoras são mais associadas e preocupadas com situações de defesa contra o machismo do que com a construção ativa de políticas públicas e debates técnicos.

Quanto ao engajamento, a postagem de 25 de junho, na qual Simone Tebet obteve a confissão de Luis Miranda sobre suspeitas de irregularidades na compra de vacinas pelo governo federal, atraiu 380 mil visualizações e 41.840 curtidas. O embate com Wagner Rosário em 21 de setembro gerou 208 mil visualizações e 19.804 curtidas. Já a postagem com menor engajamento da *Folha* foi a chamada para a entrevista “*CPI vai apontar crimes no plural, diz Simone Tebet*”, divulgada no *podcast* Café da Manhã da *Folha*, no Spotify (Café da Manhã, 2021). Essa publicação, que abordava os desdobramentos da comissão, teve apenas 90 mil visualizações.

Embora a confissão de Luis Miranda tenha sido um marco importante para a atuação de Tebet, o fato de a entrevista sobre sua abordagem técnica na comissão ter gerado o menor engajamento entre as publicações da *Folha* destaca uma tendência editorial: o público parece se interessar mais por confrontos e momentos de tensão do que pela análise detalhada da atuação técnica das senadoras. Isso sugere que, apesar da relevância das contribuições femininas, elas continuam ofuscadas por narrativas de conflito e confronto. No entanto, a escassez de publicações que abordem a participação das senadoras fora de contextos conflituosos diminui a percepção sobre a capacidade política e as contribuições mais amplas das mulheres.

As legendas utilizadas pela *Folha* reforçaram a narrativa de confronto, com termos como “descontrolada” destacando-se sem um contexto ampliado sobre a violência política de gênero. Além disso, o termo “machista” apareceu apenas uma vez como *hashtag*, e o termo “machismo” não foi citado diretamente, indicando uma abordagem superficial sobre as questões estruturais de gênero que permeiam as interações políticas na CPI.

Além disso, não houve menções a outras senadoras além de Simone Tebet, invisibilizando as contribuições das outras parlamentares. Essa escolha editorial contribui para reforçar a centralização de uma única figura feminina, desconsiderando a pluralidade de vozes e representatividades na comissão.

6.3.4.3. *Comparações entre O Globo e Folha de S.Paulo*

Tanto *O Globo* quanto *Folha de S.Paulo* concentraram grande parte das suas publicações na figura de Simone Tebet durante a CPI da Covid. A *Folha*, inclusive, só fez postagens sobre Tebet. As narrativas chegaram a reforçar uma posição de liderança da parlamentar, mas invisibilizaram as contribuições das outras senadoras que também atuaram na comissão: Eliziane Gama, Leila Barros, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Kátia Abreu, Mara Gabrilli e Rose de Freitas.

O Globo tentou ilustrar o machismo enfrentado pelas senadoras, com postagens sobre a ausência de mulheres na composição da comissão e frases machistas ouvidas por elas durante a comissão. Mas, ao mesmo tempo, *Globo* e *Folha* exploraram episódios específicos, com a reprodução recorrente do termo “descontrolada” para descrever a participação de Simone Tebet no depoimento de Wagner Rosário.

Os conteúdos poderiam ter sido ampliados e diversificados para mostrar que a participação delas foi além de apenas conflitos. Abordando esses episódios de ataques às senadoras, os jornais poderiam ter explorado e contextualizado o impacto estrutural das dinâmicas de exclusão feminina da política.

As poucas postagens destacando as senadoras refletem um padrão de exclusão simbólica, em que a relevância da participação feminina na política é minimizada frente ao volume geral de publicações sobre a CPI. Ademais, a reprodução recorrente de situações de conflito e tensão emocional pode reforçar estereótipos de gênero, dificultando a construção de uma imagem pública positiva e competente das parlamentares.

A análise revelou que tanto *O Globo* quanto *Folha de S.Paulo* dedicaram espaço insuficiente à atuação das senadoras na CPI da Covid, apesar da relevância das contribuições delas. As parlamentares chegaram a ser retratadas como firmes e combativas, mas as escolhas editoriais limitaram a diversidade das vozes femininas representadas e a profundidade da cobertura sobre as dinâmicas de gênero e a histórica e persistente exclusão das mulheres na política.

O foco em situações de conflito e a utilização de adjetivos que remetem à deslegitimação das mulheres, como “descontrolada” e “histérica”, revelam uma narrativa que reforçam preconceitos de gênero e enfraquecer a percepção pública sobre o desempenho das parlamentares em episódios de grande repercussão, como é o caso das comissões parlamentares. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011) e Franco (2021), revela escolhas linguísticas e visuais que reforçam estereótipos de reatividade emocional. O uso recorrente da expressão “descontrolada” e a seleção de imagens exaltadas das parlamentares exemplificam esse padrão.

Nos dois jornais, as postagens que destacaram episódios de conflito, como a confissão de Luis Miranda e a resposta de Simone Tebet ao ministro Wagner Rosário, geraram muito mais engajamento do que aquelas que focaram exclusivamente na atuação técnica das parlamentares ou nas análises dos episódios de machismo enfrentados por elas. A confissão de Luis Miranda, por exemplo, foi um marco relevante na atuação de Tebet e teve o melhor alcance na *Folha*, mas a publicação que abordou uma entrevista da senadora sobre o trabalho realizado na CPI teve muito menos visualizações e curtidas.

O uso do engajamento como unidade de análise oferece uma visão objetiva sobre a recepção e o impacto das publicações no público, especialmente em plataformas digitais. O

número de interações reflete diretamente o alcance e a relevância do conteúdo para os usuários, permitindo avaliar quais narrativas, enquadramentos ou representações geram maior interesse ou mobilização social.

Os números indicam que o público tende a se engajar mais com momentos de tensão e enfrentamento, sugerindo que o foco editorial em episódios de conflito ofusca a importância das contribuições técnicas das mulheres na política. Embora as respostas rápidas delas sejam amplamente valorizadas, as intervenções mais técnicas e substanciais das parlamentares acabam recebendo menos interesse do público e, conseqüentemente, menos espaço nos veículos.

6.4. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS *POSTS*

A teoria de enquadramento, conforme explorada por Goffman (2012) e Entman (1993), ensina que a apresentação dos eventos pela mídia não apenas reflete a realidade, como também a modela, influenciando a percepção pública e as futuras interações sociais. Mendonça e Simões (2012) lembram que o conceito de *frames* é uma ferramenta analítica para compreender como os indivíduos interpretam e organizam as experiências sociais. Dentro do conceito, Goffman define os *frames* como “princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (Goffman, 1986, p. 10-11).

Em Goffman, os *frames* não são estratégias simplesmente construídas por atores sociais para influenciar seus interlocutores. Trata-se de uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio do encontro de sujeitos em uma situação. Para o sociólogo, os atores não são completamente livres e independentes no engajamento interacional. Eles são configurados pela situação, que os precede embora eles atuem sobre ela. (Mendonça; Simões, 2012, p. 190)

A partir da referência de Entman (1993, p. 52) que “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-la em um texto comunicativo”, foi possível observar que a cobertura da CPI da Covid pelos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, apesar de destacar momentos de empoderamento e resistência das senadoras ao machismo praticado por senadores ou depoentes, houve uma prevalência de enquadramentos focados em episódios de confrontos e reações emocionais.

Termos como “descontrolada” e “histérica” foram utilizados nas legendas, nos títulos e nas escolhas das imagens, contrastando com um menor destaque nas competências e nas contribuições substantivas que as senadoras apresentaram à CPI.

Essa abordagem destaca majoritariamente episódios de tensão e confronto, negligenciando as capacidades profissionais e as habilidades políticas das senadoras. Ao destacar adjetivos pejorativos e incidentes de machismo, a narrativa construída pode condicionar o público a perceber as senadoras mais como vítimas de discriminação de gênero e emocionalmente reativas do que como agentes ativos e eficazes.

Sendo assim, esta pesquisa entende que as senadoras foram enquadradas pelos jornais fora do *frame* hegemônico, ou seja, sem foco na atividade política das parlamentares como algo comum, mas sim em um enquadramento centrado em enfrentamentos e aspectos emocionais.

6.4.1. Enquadramento de conflitos

No que diz respeito ao conceito de enquadramento, baseado na teoria dos *frames*, entende-se que o processo envolve a construção de narrativas que destacam determinados aspectos de uma situação e omitem outros, moldando a interpretação pública. Na cobertura da atuação das senadoras durante a CPI da Covid, os dois jornais adotaram no Instagram predominantemente o enquadramento de conflito, priorizando episódios de embate e confronto no lugar de uma análise mais ampla das competências e ações das parlamentares.

Essa abordagem está alinhada ao conceito de enquadramento midiático, conforme discutido por Goffman (2012), que descreve como os meios de comunicação destacam aspectos específicos de um evento, influenciando a interpretação pública. No caso, houve ênfase em reações afetivas e embates, enquanto as contribuições políticas das senadoras foram minimizadas ou ignoradas.

Esse tipo de abordagem simplifica as complexidades do contexto político ao centralizar o foco no confronto, frequentemente reforçando padrões fixos em que as mulheres não servem para a política. No caso das senadoras, o enquadramento desviou a atenção das capacidades analíticas e de liderança, enfatizando comportamentos emocionalmente carregados. Momentos como a discussão entre Simone Tebet e Wagner Rosário, em que ele a acusou de estar “descontrolada”; o vídeo de Eliziane Gama

respondendo, em tom elevado, a ofensas de Flávio Bolsonaro; e a foto de Kátia Abreu, com dedo em riste e sobranceira arqueada ao questionar o então ministro Ernesto Araújo, foram explorados pela imprensa.

Essas representações reforçam estereótipos de gênero, sugerindo que as mulheres na política são emocionalmente instáveis ou incapazes de lidar racionalmente com situações de estresse. Além disso, a linguagem utilizada em legendas e títulos contribuiu para essa percepção. Frases como “calma, não precisa ficar nervosa” desqualificam as senadoras ao insinuar que elas não estão no controle das próprias emoções, mesmo em contextos de alta tensão. Também são expressões do cotidiano que costumam ser aplicadas a mulheres, insinuando comportamentos e posições guiados meramente por emoções fora de controle.

A cobertura da contribuição técnica das senadoras foi limitada. Apesar de desempenharem papéis importantes na CPI, como a análise de documentos e a realização de questionamentos com aprofundamento jurídico, esses aspectos não foram o foco das publicações. Por exemplo, a habilidade de Simone Tebet em conduzir questionamentos estratégicos e extrair confissões foi ofuscada pelo episódio em que ela foi descrita como “descontrolada”.

A ausência de uma abordagem profunda na cobertura tem implicações significativas na percepção pública, perpetuando a ideia de que mulheres na política são vistas mais como símbolos de resistência emocional do que como especialistas. Isso restringe a visibilidade a narrativas de “drama”, negligenciando as contribuições femininas.

Os dados do enquadramento nos mostram que, assim como na análise de conteúdo, há resultados similares a partir dos dois escopos metodológicos, especialmente no que diz respeito à predominância de narrativas centradas em conflito e reações emocionais na representação das senadoras durante a CPI da Covid. As duas abordagens revelaram que os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* priorizaram, na cobertura pelo Instagram, episódios de embate e tensões, deixando em segundo plano as contribuições políticas das parlamentares. Essa condução editorial associa mulheres a reações emocionais no ambiente político.

Tanto na análise de conteúdo quanto no enquadramento, a escolha de termos como “descontrolada” e “histérica”, associada a imagens e vídeos que enfatizavam gestos e expressões intensas, moldou a percepção pública sobre a atuação feminina na CPI. Os adjetivos pejorativos e a escolha de imagens confrontativas destacaram as senadoras em um

contexto constante de tensão. Isso reforça a ideia de que as parlamentares foram enquadradas como figuras reativas e emotivas e não como protagonistas técnicas do debate político.

Ambas as metodologias também indicaram uma cobertura desigual em termos de representatividade, centrando-se quase exclusivamente em Simone Tebet e, ocasionalmente, em Kátia Abreu e Eliziane Gama, enquanto as demais senadoras foram invisibilizadas. Essa centralização reforça a limitação da pluralidade de vozes femininas, restringindo o público à ideia de que poucas mulheres participaram ativamente dos debates e decisões no colegiado.

Outra semelhança é o impacto das escolhas editoriais nos padrões de engajamento. Os momentos de confronto, como o embate de Simone Tebet com Wagner Rosário e as respostas de Eliziane Gama a ataques machistas, geraram maior interação nas plataformas digitais, reforçando o ciclo de atenção midiática a episódios de tensão. Tanto a análise de conteúdo quanto o enquadramento destacam que, embora esses episódios sejam significativos, eles não refletem a totalidade da atuação das senadoras, negligenciando a preparação e a influência delas nos resultados da comissão.

6.5. DISCUSSÃO

A cobertura do jornal *O Globo* sobre a atuação das senadoras na CPI da Covid, entre abril e outubro de 2021, apresentou um enfoque seletivo e limitado, destacando apenas algumas parlamentares e abordando de forma pontual o machismo enfrentado por elas. De 181 posts feitos durante a cobertura da CPI, apenas seis foram dedicados às senadoras, o que representa 3,3% do total. Além disso, das oito senadoras que participaram ativamente das reuniões da CPI — Simone Tebet, Eliziane Gama, Leila Barros, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Kátia Abreu, Mara Gabrilli e Rose de Freitas — apenas três receberam atenção das postagens do jornal: Simone Tebet, Kátia Abreu e Eliziane Gama.

As senadoras Leila Barros e Soraya Thronicke tiveram os nomes citados em apenas um post, que não era centrado na atuação delas, mas sim na aprovação de um projeto do senador Renan Calheiros, subscrito por outros parlamentares. Já as senadoras Zenaide Maia, Mara Gabrilli e Rose de Freitas não foram sequer mencionadas em nenhuma postagem do veículo durante o período de vigência da CPI da Covid.

A análise da cobertura revela que o jornal abordou a participação das senadoras de maneira fragmentada e focada em eventos isolados. Embora tenham sido utilizados recursos

como vídeos, fotos e entrevistas para dar visibilidade às parlamentares, a abordagem utilizada na cobertura foi limitada tanto na diversidade das senadoras destacadas quanto na profundidade da análise da atuação delas. Além disso, o machismo enfrentado por elas foi tratado de forma superficial e secundária, sem um acompanhamento contínuo das dificuldades enfrentadas ao longo das sessões da CPI.

A análise das legendas publicadas pelo jornal *O Globo* reforça uma cobertura focada no embate por parte das mulheres. As declarações das senadoras foram frequentemente destacadas em momentos de conflito e reatividade, como explicitado nos posts que apresentam Kátia Abreu confrontando o ex-ministro Ernesto Araújo e Simone Tebet sendo interrompida em diversas ocasiões. As legendas e um post chegam a falar sobre o machismo enfrentado por elas, mas deixam de abordar com a mesma ênfase a atuação das senadoras.

Durante o depoimento do então ministro Ernesto Araújo na CPI da Covid, a senadora Kátia Abreu chamando Araújo de “negacionista compulsivo” e o responsabilizou pelo “naufrágio” da política externa brasileira. Ao publicar o episódio no Instagram, *O Globo* deu destaque às declarações da senadora, mas fez questão de enfatizar que ela não era integrante da CPI, mencionando: “A senadora, que não faz parte da CPI, participou da sessão desta terça-feira como representante da bancada feminina no Senado. Abreu é presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Casa¹⁶¹” (Jornal *O Globo*, 2021b).

Essa observação ressalta um viés que busca minimizar ou deslegitimar a participação feminina em esferas de poder, como a CPI, ao reforçar a condição da mulher de não integrante, mesmo em um contexto de representatividade legítima, já que as senadoras tinham uma vaga assegurada pela Bancada Feminina.

No dia 28 de abril de 2021, embora tenha dado espaço para a resposta da senadora Eliziane Gama à fala de Flávio Bolsonaro durante a instalação da CPI da Covid, *O Globo* optou por também destacar a frase irônica do senador: “Acho que as mulheres já foram mais respeitadas e mais indignadas, né? Estão fora da CPI e não fazem nem questão de estar nela, se conformam em acompanhar os trabalhos à distância.” (Jornal *O Globo*, 2021a)

A resposta de Eliziane, afirmando que as senadoras “não vão admitir ironia machista” e destacando o protagonismo feminino na política, mostrou a disposição das parlamentares em combater discursos que tentavam desqualificar a participação delas. No entanto, ao

¹⁶¹A publicação foi feita no dia 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPBlZOB9Uc/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

amplificar e publicizar a fala de Flávio Bolsonaro, a mídia pode reforçar a falsa compreensão de que as mulheres não têm interesse ou iniciativa para participar de debates políticos relevantes, ignorando a atuação ativa e legítima que as senadoras tiveram desde o início da CPI.

Portanto, a cobertura de *O Globo* privilegiou um enquadramento parcial, invisibilizando a participação ativa, técnica e política das senadoras na CPI da Covid. A ênfase em imagens de conflitos que elas tiveram com outros senadores ou depoentes homens e a baixa frequência de publicações que mencionam as parlamentares indicam uma abordagem que reforça a marginalização de mulheres em espaços de poder.

A cobertura da *Folha de S.Paulo* também revelou um enfoque limitado em relação ao protagonismo feminino na CPI da Covid. Das 156 postagens dedicadas à comissão, apenas quatro (cerca de 2,5%) destacaram a atuação das senadoras, sendo todas elas centradas em uma única figura: Simone Tebet. Por um lado, destacou a liderança e a influência da parlamentar, mas limitou a percepção de diversidade feminina na CPI, uma vez que oito senadoras participaram das reuniões.

A narrativa construída pelo jornal valorizou a firmeza de Simone Tebet, especialmente em episódios de enfrentamento ao machismo, como quando o então ministro Wagner Rosário a chamou de “descontrolada”. Esse episódio específico recebeu cobertura em duas postagens, sugerindo um esforço pontual do jornal em abordar questões estruturais de gênero, embora, assim como *O Globo*, tenha centrado a cobertura em episódios de conflito. A abordagem predominantemente focou em momentos de tensão, ao invés de explorar de forma mais abrangente a participação da Bancada Feminina nos debates e na condução das investigações.

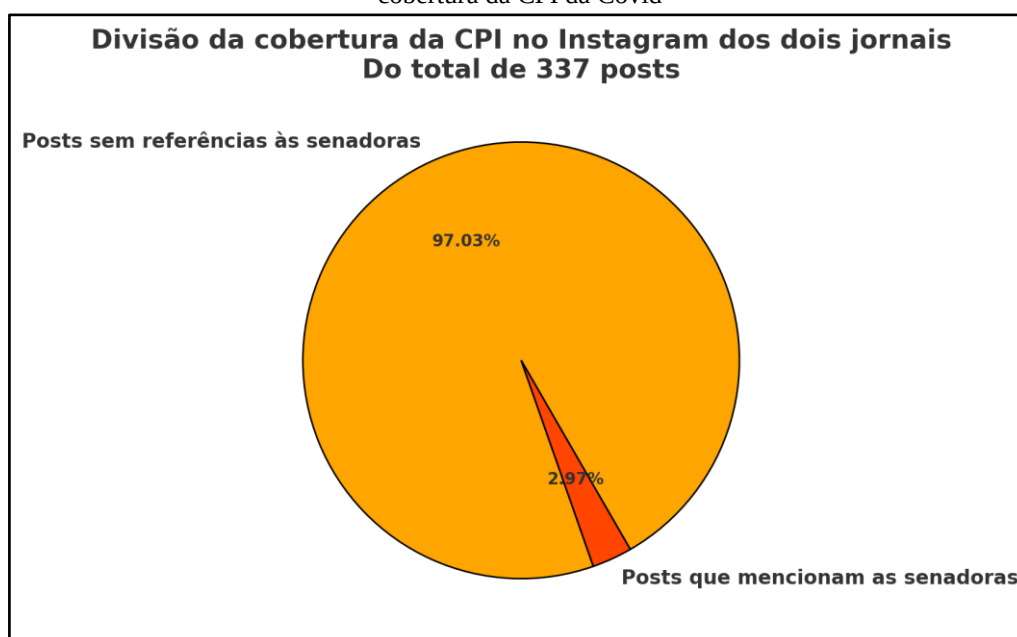
As legendas das postagens da *Folha* seguiram padrões semelhantes a *O Globo*. A expressão “A senhora está totalmente descontrolada” foi repetida algumas vezes para descrever o embate entre Simone Tebet e Wagner Rosário, enfatizando uma acusação emocional sofrida pela parlamentar. Em contrapartida, em momentos de relevância técnica, como quando a senadora questionou o ex-ministro sobre falhas na aquisição da vacina Covaxin, as postagens abordaram o tema de forma breve e sem o mesmo nível de detalhamento.

É importante ressaltar que, embora o machismo enfrentado por Simone Tebet tenha sido abordado, a cobertura falhou em ampliar o debate sobre o impacto estrutural dessas

práticas no contexto político. As outras senadoras que participaram da CPI— Eliziane Gama, Leila Barros, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Kátia Abreu, Mara Gabrilli e Rose de Freitas — foram totalmente excluídas das postagens da *Folha*, evidenciando uma representação fragmentada e centralizada unicamente na figura de Simone Tebet.

A análise da cobertura realizada pelos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Instagram durante a CPI da Covid revela um padrão de sub-representação e enquadramento tendencioso em relação à participação das senadoras. Os veículos adotaram uma abordagem limitada a episódios específicos, restringindo a visibilidade e o reconhecimento das contribuições femininas durante a investigação.

Gráfico 6 - Divisão de posts publicados pelos dois jornais nas páginas oficiais do Instagram durante a cobertura da CPI da Covid



Fonte: Elaboração própria.

Das 337 postagens analisadas, sendo 181 de *O Globo* e 156 da *Folha*, apenas dez foram dedicadas às senadoras. Isso significa que apenas 2,97% da cobertura dos dois veículos de imprensa apresentaram a atuação das parlamentares na CPI da Covid, uma das comissões mais importantes realizadas pelo Congresso Nacional brasileiro sobre saúde pública nos últimos anos. Esse índice evidencia lacunas na cobertura midiática e uma subestimação estrutural da atuação feminina na política partidária.

Além do percentual diminuto de postagens, apenas as senadoras Simone Tebet, Kátia Abreu e Eliziane Gama apareceram nas postagens de *O Globo*, enquanto a *Folha* mencionou exclusivamente Simone Tebet, em quatro publicações.

As lacunas nas duas coberturas se inserem em um contexto mais amplo de exclusão histórica das mulheres da política, como apontam Bourdieu (2020), Beauvoir (2019) e Biroli (2018), por exemplo. A participação feminina em espaços de poder tem sido marcada por barreiras estruturais e culturais que limitam a legitimidade e ascensão feminina. Bourdieu (2020) discute a dominação masculina como um sistema naturalizado em que a divisão sexual do trabalho reforça a exclusão das mulheres de posições de prestígio, enquanto Beauvoir (2019) destaca a desigualdade de condições entre homens e mulheres, mesmo em igualdade formal de acesso, caso de eleições políticas, em que os dois podem concorrer, mas não conquistam espaços de forma igualitária.

Essa estrutura de exclusão se manifesta na cobertura analisada, em que as contribuições políticas e técnicas das senadoras na CPI foram minimizadas, enquanto a narrativa privilegiou conflitos, embates e expressões focadas na emoção das parlamentares. As escolhas editoriais, tanto de linguagem quanto de imagens, reproduzem o que Bourdieu (2020) chama de violência simbólica, perpetuando a ideia de que a presença feminina em espaços de poder é excepcional e conflituosa.

A marginalização feminina não se restringe à cobertura da CPI ou ao contexto político. Conforme já falado anteriormente, apenas 24% dos principais cargos de liderança em 240 grandes veículos de notícias no mundo são ocupados por mulheres, apesar de elas representarem 40% da profissão em termos globais. No Brasil, em 2024, o percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres estava em 23%, enquanto elas correspondiam a 58% do total de profissionais da área.

A ausência de mulheres em posições de liderança no jornalismo tem impacto direto na forma como temas políticos e sociais são abordados. Uma presença feminina mais expressiva nas chefias editoriais pode contribuir para equilibrar a cobertura, dando mais espaço para outras mulheres em posições de poder e decisão.

7. CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou o enquadramento da cobertura da CPI da Covid, no Senado Federal, com ênfase na representação das senadoras nas postagens do Instagram dos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*. O estudo foi guiado pelas perguntas: “As senadoras tiveram espaço na cobertura da imprensa sobre a CPI da Covid? Como foi esse espaço?” Para responder a essas questões, a pesquisa adotou referenciais teóricos nos campos da comunicação, estudos de gênero, análise de conteúdo e enquadramento, usando como base autores como Beauvoir (2019), Bardin (2011) e Goffman (2012). O percurso metodológico foi estruturado em etapas de coleta, análise e interpretação dos dados.

A delimitação do objeto de estudo compreendeu as postagens publicadas entre 27 de abril e 5 de novembro de 2021, prazo de vigência da CPI. A escolha do período está baseada na relevância histórica da CPI e no envolvimento ativo das senadoras, apesar da ausência formal delas no colegiado. A coleta de dados foi realizada manualmente nos perfis oficiais dos dois jornais, resultando inicialmente em 337 conteúdos (156 da *Folha* e 181 de *O Globo*). Após a triagem de busca dos conteúdos que mencionavam direta ou indiretamente as senadoras, restaram apenas dez publicações específicas sobre elas, destacando a escassa visibilidade dada às parlamentares.

A análise combinou abordagens qualitativas e quantitativas, com técnicas de análise de conteúdo e enquadramento. A metodologia da análise de conteúdo seguiu os princípios de Bardin (2011) e Franco (2021), que enfatiza etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A perspectiva de enquadramento, baseada em Goffman (2012) e Entman (1993), examinou como as narrativas são moldadas pela seleção e ênfase de aspectos específicos da realidade.

A pesquisa focou em dois eixos principais: (i) temas e narrativas predominantes nas publicações, avaliando elementos que reforçassem ou contestassem estereótipos de gênero, e (ii) os aspectos multimodais (imagens e textos) nas postagens, explorando a interação entre esses componentes na construção das narrativas midiáticas. Também foi realizada uma comparação editorial entre os dois veículos.

Os resultados revelaram a complexidade das dinâmicas de exclusão das mulheres nos espaços de poder, apontando a persistência de barreiras históricas, culturais e estruturais que limitam a participação feminina na política, mesmo quando elas alcançam mandatos. A CPI

da Covid ilustra como a sub-representação feminina se manifesta tanto na própria estrutura política quanto na cobertura midiática, dois campos que se entrelaçam na construção e perpetuação das narrativas de poder.

Mesmo eleitas democraticamente para o Senado Federal, as senadoras não foram indicadas pelos partidos para compor o colegiado da CPI, nem mesmo como suplentes. Apenas após mobilização da Bancada Feminina e alterações no regimento interno do Senado, em 2021, elas garantiram o direito de participar das sessões.

As senadoras participaram de praticamente todas as reuniões da CPI da Covid, ocupando 35,3% do tempo de fala nas reuniões, mas receberam apenas 2,97% de espaço na cobertura no Instagram dos dois maiores jornais brasileiros, evidenciando uma desconexão entre a atuação efetiva e a visibilidade concedida pela mídia a elas.

Apesar da tentativa de exclusão no colegiado, desempenharam papéis essenciais ao expor irregularidades como contratos suspeitos de vacina e falta de oxigênio em Manaus no auge da crise sanitária. A presença feminina contribuiu significativamente para o aprofundamento e avanço nas investigações, conforme consta no Relatório Final da CPI.

A exposição, entretanto, não esteve imune a violências verbais e simbólicas. Tentativas de silenciamento e ataques durante as sessões foram recorrentes. Simone Tebet, por exemplo, foi interrompida e acusada de estar “descontrolada”. Eliziane Gama também enfrentou desrespeito ao cobrar explicações sobre omissões e falhas do governo. A participação na CPI elevou o protagonismo das senadoras no cenário político nacional, apesar das tentativas recorrentes de silenciamento dentro do Senado e da cobertura midiática limitada sobre o desempenho técnico delas.

Simone Tebet e Soraya Thronicke disputaram a Presidência da República em 2022, ano seguinte à CPI. Tebet, em particular, consolidou-se como uma das principais vozes da oposição ao bolsonarismo no pleito, e conquistou 4,16% dos votos no primeiro turno. Ela assumiu um papel decisivo no segundo turno ao declarar apoio a Lula. O engajamento na campanha pela democracia e a apresentação de propostas progressistas geraram pressão pública e política para que Tebet fosse incluída no governo de transição e, posteriormente, na equipe ministerial.

A nomeação dela como ministra do Planejamento no governo Lula é um reflexo direto da relevância política adquirida no período da CPI e nas eleições, além de significar

um avanço na representatividade feminina em cargos no alto escalão e evidenciar a importância do apoio para a vitória de Lula no segundo turno.

As senadoras transformaram a dinâmica da CPI e apresentaram à sociedade discussões sobre a participação feminina nas estruturas de poder. Além disso, o trabalho articulado delas resultou em propostas legislativas para aumentar a presença de mulheres nas comissões parlamentares, desafiando a predominância masculina no Senado. A mobilização também estimulou discussões mais amplas sobre igualdade de gênero no sistema político brasileiro.

As contribuições das senadoras na CPI da Covid, portanto, extrapolam os limites do colegiado. Ao enfrentarem diversos tipos de violência e transformarem a dinâmica de um espaço tradicionalmente excludente, elas abriram caminhos para uma maior inserção na política nacional. O impacto da atuação feminina na CPI da Covid é um marco na luta por igualdade de gênero e na consolidação de um debate público mais inclusivo no Brasil.

A participação brutalmente reduzida das senadoras na cobertura jornalística sobre a CPI da Covid, ainda que tenha gerado o desafio de trabalhar com um *corpus* final extremamente reduzido, é em si mesmo um achado representativo das desigualdades de gênero quando se trata do enquadramento dado pelos veículos às mulheres em esferas decisórias e de poder.

As senadoras não têm sequer 10% de atenção dos veículos aqui analisados – o que já seria minoritário. Caminhou-se, neste trabalho, sobre um terreno praticamente vazio. Porém, é este terreno marcado pela ausência, pelo silêncio, pela falta de representação, que se revela como resultado: para *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, as senadoras brasileiras que atuaram na CPI da Covid são praticamente invisíveis, fantasmas que aparecem como uma visão distante, em histórias que quase ninguém se lembra.

Além do espaço mínimo, a cobertura de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* apresentou padrões consistentes de enquadramento que subestimaram ou deslegitimaram a atuação técnica das senadoras, enquanto privilegiaram narrativas focadas em conflitos e emoções. Esse enfoque, alinhado às análises de Goffman (2012) sobre enquadramento e violência simbólica, reflete escolhas editoriais que reforçam estereótipos de gênero.

A ênfase em momentos de tensão, acompanhada da reprodução e repetição de termos depreciativos como “descontrolada”, limitou a percepção pública da competência das

parlamentares, além de negligenciar a diversidade de vozes e contribuições que elas apresentaram durante a comissão.

A persistência dessas práticas jornalísticas encontra raízes em um contexto histórico mais amplo de dominação masculina, conforme discutido por Bourdieu (2020), que naturaliza as desigualdades de gênero e perpetua a exclusão simbólica das mulheres em posições de poder. Biroli (2018), Beauvoir (2019) e Federici (2023) também contribuem para esse entendimento ao apontar como as construções sociais de gênero e as divisões sexuais do trabalho foram instrumentalizadas ao longo do tempo para restringir as mulheres a espaços privados e reprodutivos. Esses processos, somados à ausência de mulheres em cargos políticos e de liderança editorial, no caso dos veículos de comunicação, aprofundam a invisibilidade feminina e limitam a participação ativa das mulheres na política partidária.

Por sua vez, a imprensa, enquanto mediadora fundamental na democracia, tem o poder de reforçar ou desconstruir essas estruturas de exclusão. No entanto, a análise das publicações no Instagram revela que, ao invés de promover uma abordagem equilibrada, os jornais reproduziram dinâmicas históricas de exclusão, priorizando narrativas que desqualificaram ou simplificaram a atuação feminina na CPI da Covid. O papel potencial da mídia em transformar as relações de poder por meio de narrativas mais inclusivas foi, nesse caso, subutilizado.

Os resultados indicam que mudanças estruturais são necessárias tanto na esfera política quanto na mídia. No campo político, é fundamental ampliar os mecanismos que garantam a participação plena e igualitária das mulheres, promovendo políticas públicas e legislações que enfrentem as barreiras institucionais e culturais que limitam a atuação feminina nesses espaços. Na esfera midiática, é imprescindível adotar práticas editoriais comprometidas com a representatividade, valorizando a diversidade e a complexidade das experiências femininas.

Esta pesquisa é apenas um ponto de partida para discutir como a transformação das narrativas da mídia pode influenciar positivamente a representatividade feminina. Ao propor uma abordagem mais equilibrada e menos sensacionalista, que valorize o conteúdo técnico e propositivo das intervenções femininas, o trabalho indica caminhos para que a imprensa contribua para a consolidação de uma democracia mais inclusiva.

A valorização de lideranças femininas na política, incluindo a de grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, depende não apenas de mudanças institucionais, mas da capacidade da imprensa de abordar esses temas de forma representativa. Além disso, ao incorporar perspectivas interseccionais na análise, a pesquisa aponta para a necessidade de considerar como diferentes marcadores sociais de identidade influenciam a exclusão feminina, tanto nos espaços de poder quanto na forma como essa exclusão é narrada.

O trabalho apresenta limitações, como o recorte temporal, restrito à CPI da Covid, entre abril e novembro de 2021, e a análise restrita às publicações no Instagram de dois veículos de imprensa, que, embora representativos, limitam a generalização dos resultados para outros contextos políticos e plataformas das mídias sociais. A escolha de concentrar a investigação no Instagram também restringe o escopo às narrativas produzidas para essa plataforma, o que pode não capturar plenamente as dinâmicas editoriais ou a diversidade de formatos jornalísticos utilizados pelos veículos. Além disso, a pesquisa não realizou entrevistas com jornalistas, parlamentares ou outros envolvidos na cobertura ou na comissão, o que poderia oferecer uma perspectiva complementar sobre as decisões editoriais e as percepções das senadoras sobre a abordagem política da mídia.

Outro ponto é que a pesquisa não aprofunda a análise sobre como mulheres de diferentes origens raciais, socioeconômicas ou identidades de gênero foram tratadas pela mídia. Essa lacuna limita a compreensão das múltiplas formas de exclusão enfrentadas por diferentes categorias de mulheres no campo político. A ausência de uma análise detalhada sobre o impacto das estruturas partidárias e do eleitorado na sub-representação feminina também é um ponto a ser explorado futuramente, considerando questões como financiamento de campanhas, incentivos à candidatura de mulheres e resistências culturais enraizadas no processo eleitoral.

Apesar das limitações, este trabalho abre caminhos para pesquisas futuras que possam ampliar o escopo da análise, incorporando outros veículos de comunicação, diferentes plataformas digitais, formatos jornalísticos diversos e outras limitações citadas acima. Ao final, este trabalho evidencia que a igualdade formal de acesso aos espaços de poder, embora essencial, não é suficiente para superar as barreiras simbólicas e culturais que continuam restringindo a atuação plena das mulheres na política. A transformação dessas estruturas depende de um esforço conjunto que envolva mudanças institucionais, maior

representatividade em posições de liderança e a adoção de práticas editoriais comprometidas com equilíbrio e justiça.

Para que as mulheres ocupem e exerçam plenamente os espaços decisórios, é necessário não apenas o enfrentamento das barreiras institucionais, mas também a transformação das narrativas e imaginários que sustentam essas desigualdades. Somente por meio de um esforço conjunto que integre diferentes atores e campos de atuação será possível reverter o ciclo de exclusão e consolidar uma sociedade mais democrática em que as mulheres tenham o real e igual direito de ocupar e usufruir determinados campos, como o político.

REFERÊNCIAS

2 MOMENTOS em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **BBC News Brasil**. [s.l.], 27 nov. 2020. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 16 jan. 2025.

A MALU TÁ ON. #10-Simone Tebet: “O centrão controla o governo”. Entrevistada: Somine Tebet. Entrevistador: Malu Gaspar. Spotify, 2 jul. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4yYROWUE77csZsqGPOV05f>. Acesso em: 23 nov. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Anvisa aprova por unanimidade uso emergencial das vacinas. Brasília: **Anvisa**, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-por-unanimidade-uso-emergencial-das-vacinas>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ALMEIDA, Kelly; VARANDAS, Renata. Depois de apoiar Lula na campanha, Tebet fica fora da primeira lista de ministros. **Portal R7**. Brasília, 22 dez. 2022. R7 Brasília. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/depois-de-apoiar-lula-na-campanha-tebet-fica-fora-da-primeira-lista-de-ministros-22122022>. Acesso em: 20 maio 2024.

ANÁLISE: Bolsonaro minimiza coronavírus ao comparar doença com chuva. Brasília Rodrigues. [S.L.]: **CNN Brasil**, 2020. (2 min.), Vídeo, color. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/analise-bolsonaro-minimiza-coronavirus-ao-comparar-doenca-com-chuva/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ARGUEDAS, Amy Ross; MUKHERJEE, Mitali; NIELSEN, Rasmus Kleis. Women and leadership in the news media 2024: evidence from 12 markets. **Reuters Institute for the Study of Journalism**. 8 mar. 2024. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/women-and-leadership-news-media-2024-evidence-12-markets>.

BADDINI, Bruna; FERNANDES, Daniel. Primeira pessoa é vacinada contra Covid-19 no Brasil. **CNN Brasil**. São Paulo, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contra-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 18 maio 2024.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO determina instalação da CPI da Pandemia no Senado. **Supremo Tribunal Federal** (Brasil), Brasília, 8 abr. 2021. Notícias. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=463847&ori=1>. Acesso em: 27 mar 2024.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. New York: Ballantine Books, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5ª. ed. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. 2v.

BELANDI, Caio. População estimada do país chega a 212,6 milhões de habitantes em 2024. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 29 ago. 2024. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41111-populacao-estimada-do-pais-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-em-2024>. Acesso em: 13 out. 2024

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University, 2006.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul F.; McPHEE, William N. **Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: University of Chicago Press, 1954. *E-book*. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Iux07CCye5QC&oi=fnd&pg=PR17&dq=vote+berelson&ots=zs1ibgozxN&sig=9ftb6y_IagHuJmGBIxm8GAvKGII&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERNARDES, Marcelo. Em entrevista à Time, Dilma Rousseff diz que impeachment é misoginia política. **Folha de São Paulo**. [s.l.], 29 jul. 2016. Baixo Manhattan: Cosmopolitices. Disponível em: <https://baixomanhattan.blogFolha.uol.com.br/2016/07/29/em-entrevista-a-time-dilma-rousseff-chama-impeachment-de-misoginia-politica/>. Acesso em: 30 set. 2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLSONARO, Jair. Justificativa do então presidente Jair Bolsonaro para a mudança que o governo federal fez na divulgação de dados sobre mortes diárias por Covid no Brasil. Brasília, 6 jun. 2020. X: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1269241529387888640>. Acesso em: 14 maio 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRANDÃO, Marcelo. Pacheco considera “inapropriada” CPI da covid-19, ordenada pelo STF. **Agência Brasil**, Brasília, Política, 8 abr. 2021. Política. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-04/pacheco-considera-inapropriada-cpi-da-covid-19-ordenada-pelo-stf>. Acesso em 27 mar 2024.

BRAGADO, Louise. Quem criou o Instagram? Conheça a história da rede social. **Época Negócios**. Rio de Janeiro, 1 ago. 2024. Tecnologia. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/quem-criou-o-instagram-gd2024.ghml>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1824. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 3385, 26 fev 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jul 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.586, de 28 e maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 9436, 28 maio 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jul 2024.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. . **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jul 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022. Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas. **Diário Oficial da União** Brasília, 6 abr. 2022. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc117.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputado. Secretaria da Mulher. **Bancada feminina**: perfis das Deputadas Federais eleitas para a 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2023-2027). Brasília: Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/bancada-feminina-57a-legislatura-2023-2027>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputado. Secretaria da Mulher. **Bancada feminina alcança 91 deputadas federais**. Brasília: Câmara dos Deputados, 3 Out. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>.

BRASIL. Câmara dos Deputados (1934-1937: Carlota Pereira de Queirós). Discurso pronunciado no dia 13 de março. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, [1934]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/mulheres-no-parlamento/destaques/discurso-de-carlota-pereira-de-queiroz-primeira-deputada-federal>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Violência política de gênero: Brasil registra sete casos a cada 30 dias**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, Agência CNJ de Notícias, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-politica-de-genero-brasil-registra-sete-casos-a-cada-30-dias/>. Acesso em: 1 de dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde. 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Competência do Ministério e de seus Órgãos**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde declara fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 22 abr 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em: 7 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 - Casos e Óbitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Senadores em exercício: 57ª legislatura (2023-2027). Brasília: Senado Federal [Senadores], [s.d.]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>, Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Bertha Lutz. Brasília: Senado Federal, **Agência Senado** Out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Randolfe protocola requerimento para instalação da CPI da Covid. Brasília: Senado Federal, **Agência Senado**. 04 fev. 2021a. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/04/randolfe-protocola-requerimento-para-instalacao-da-cpi-da-covid>. Acesso em: 27 mar 2024.

BRASIL. Senado Federal. CPI da Covid-19 é criada no Senado após leitura do requerimento por Rodrigo Pacheco. Brasília: **Senado Federal** [Presidência], 13 abr. 2021b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/rodrigo-pacheco/cpi-da-covid-19-e-criada-no-senado-apos-leitura-do-requerimento-por-rodrigo-pacheco>. Acesso em 27 mar 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Composição da CPI da Pandemia**. Brasília: Senado Federal [Atividade Legislativa: Comissões], 3 nov. 2021c. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2441. Acesso em 27 mar 2024.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. Supl. Único, p. 1-1297, 27 out. 2021d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/108510?sequencia=5>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2021. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de pelo menos dois membros da Bancada Feminina nas Comissões Permanentes e Temporárias. Brasília: **Senado Federal**, 2021e. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148551>. Acesso em: 13 de maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2021. Modifica os arts. 66-C e 163 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a prerrogativa da líder da bancada feminina de indicar proposição para integrar a Ordem do Dia. Brasília: **Senado Federal**, 2021f. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150187>. Acesso em: 3 de abr. 2024

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2021. Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a indicação de líder e vice-líderes da bancada feminina. Brasília: **Senado Federal**, 2021g. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146335>. Acesso em: 3 de abr. 2024

BRASIL. Senado Federal. **CPIPANDEMIA - CPI da Pandemia**. 2021h. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Resolução do Senado nº 7, de 20 de abril de 2022. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação, como titular ou suplente, nas comissões permanentes e temporárias, de ao menos 1 (um) membro da bancada feminina. **Diário do Senado Federal**: Brasília, n.55, p. 58-59, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/35720657>. Acesso em: 3 de abr 2024.

BRASIL. Senado Federal. Observatório da Mulher contra a violência. **Boletim técnico**, abr 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/640421/DataSenado_OMV_boletim_tecnico_04-2023.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 de dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ordem de Antiguidade**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=OrdemAntiguidade>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Estatísticas de votação** [eleições gerais 2024]. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home-estatisticas-de-votacao?session=301566147756988>.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Estatísticas do eleitorado** [eleições gerais 2024]. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2024. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=320185403881681>. Acesso em: 13 jul 2024.

BRUCE, Raphael. CAVGIAS, Alexsandro. MELONI, Luís. REMÍGIO, Mário. **Under Pressure: Women's Leadership During the COVID-19 Crisis**. São Paulo: Departament of Economics – FEA-USP. Working Papers Serie n.º 2021-19. Disponível em: Disponível em: http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Bruce_Cavgias_Meloni_Remigio.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAFÉ DA MANHÃ. **CPI vai mostrar crimes no plural, diz Simone Tebet**. Entrevistada: Simone Tebet. Spotify Studios, 4 ago. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6jICcW1ECpgXz9HYmXWko7>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 377-406. Campinas, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203377>.

CANCIAN, Natália; FERNANDES, Talita. Governo Bolsonaro cria 'Placar da Vida' para destacar recuperados da Covid-19: publicações iniciam na semana em que o país registra recorde de óbitos pela doença. **Folha de São Paulo**. [s.l.], 29 abr. 2020. Coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/governo-bolsonaro-cria-placar-da-vida-para-destacar-recuperados-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2025

CARLUCCI, Manoela. Podemos anuncia Soraya Thronicke como candidata à presidência do Senado. **CNN Brasil**. São Paulo, 10 mar. 2024. Política. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/podemos-anuncia-soraya-thronicke-como-candidata-a-presidencia-do-senado/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CASTELO BRANCO, Cláudia; MATSUZAKI, Luciano (orgs.). **Olhares da rede**. São Paulo: Momento, 2009.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 377-406. Campinas, 2014.

CIRCULAÇÃO da *Folha* passa a ser verificada pela PwC. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 6 maio 2024. Economia. Disponível em: <https://www1.Folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-Folha-e-lider-em-circulacao.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2024.

COTT, Nancy F. **The Grounding of Modern Feminism**. New Haven: Yale University Press, 1987.

CPI da Covid: por que a participação da bancada feminina gerou bate-boca durante depoimento de Teich. **BBC News Brasil**. [s.l.], 5 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57002430>. Acesso em: 27 mar. 2024.

DeLUCA, Naná. **Perfil do LinkedIn**. São Paulo, mar. 2017. LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/nan%C3%A1-deluca-b67914146/overlay/about-this-profile/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

DANTAS, Tiago. **Perfil do LinkedIn**. Rio de Janeiro, mar. 2013. LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/tiago-dantas-12877168/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DILMA terá direito de resposta na revista IstoÉ por publicações ofensivas. **Migalhas**. [s.l.], 2 ago. 2016. Migalhas Quentes. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/243247/dilma-tera-direito-de-resposta-na-revista-istoe-por-publicacoes-ofensivas>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58. Autumn, 1993.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FOLHA estreia nova identidade visual para publicações no Instagram. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 jul. 2021. Política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/folha-estreia-nova-identidade-visual-para-publicacoes-no-instagram.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2024

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **Perfil da Folha de São Paulo**. 2011. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/Folhadespaulo/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **Assista ao momento em que o deputado Luis Miranda (DEM-DF) finalmente diz que Bolsonaro citou nome de Ricardo Barros (PP-PR) [...]**. 25 jun. 2021a. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQkK9vGnAas/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **Senadora pelo Mato Grosso do Sul, Simone Tebet (MDB) diz que a CPI da Covid já provou que tanto o governo federal como o presidente Jair Bolsonaro cometeram “omissão dolosa” na gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil. [...]**. 4 ago. 2021b. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSJfr3OrYsU/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **Em um momento de grande tensão na CPI da Covid, o ministro Wagner Rosário, da CGU (Controladoria-Geral da União), afirmou que a senadora Simone Tebet (MDB-MS) estava “descontrolada” [...]**. 21 set. 2021c. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUGKIFXhmLr/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **pós receber ofensa [#machista](#) de ministro da CGU na [#CPI da Covid](#), senadora Simone Tebet explica por que não se deve chamar uma [#mulher](#) de [#histérica](#) [...]**. 22 set. 2021d. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUI2DLELWcj/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5ª edição. Campinas: Editora Autores Associados, 2021.

FREIRE, Raquel. O que é engajamento no Instagram? Sete perguntas e respostas sobre a métrica. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 set. 2021. Techtudo. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2021/09/o-que-e-engajamento-no-instagram-sete-perguntas-e-respostas-sobre-a-metrica.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2025.

G1. Imprensa Internacional repercute caos nos hospitais de Manaus. **Portal G1**, [s.l.] 19 jan. 2021a. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/15/imprensa-internacional-repercute-caos-nos-hospitais-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 2 jun 2024.

G1. Ministro chama senadora de 'descontrolada', gera tumulto e se torna investigado pela CPI. **Portal G1**, Brasília, 21 set. 2021b. CPI da Covid. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/09/21/ministro-chama-senadora-de-descontrolada-gera-tumulto-e-cpi-suspende-reuniao.ghtml>. Acesso em 3 abr 2024.

G1. Brasil registra 45 novas mortes por Covid; média móvel é de 96 por dia. **Portal G1**, [s.l.], 23 abr. 2022a. Coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/04/23/brasil-registra-45-novas-mortes-por-covid-media-movel-e-de-96-por-dia.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

G1. 16 candidatos não receberam nenhum voto nas eleições de 2022; saiba quem são **Portal G1**, [s.l.], 4 out. 2022b. Eleições. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/04/12-candidatos-nao-receberam-nenhum-voto-nas-eleicoes-de-2022-saiba-quem-sao.ghtml>. Acesso em 5 out. 2024.

G1. Brasil Tem média de 131 mortes por Covid; tendência é de estabilidade pelo quinto dia. **Portal G1**, [s.l.], 23 jan. 2023. Coronavírus Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/01/23/brasil-tem-media-de-131-mortes-por-covid-tendencia-e-de-estabilidade-pelo-quinto-dia.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

GALVANI, Nathalia. CPI da COVID tem bate-boca entre Flávio Bolsonaro e Simone Tebet. **Estado de Minas**, [s.l.], 14 jul. 2021. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/14/interna_politica,1286524/cpi-da-covid-tem-bate-boca-entre-flavio-bolsonaro-e-simone-tebet.shtml. Acesso em: 3 abr 2024.

GAZEL, Ayrton Senna; CRUZ, Victor. Crise do oxigênio no Amazonas completa um ano com impunidade e incerteza causada pela ômicron. **Portal G1**, Manaus, 14 Jan 2022, Amazonas: Amazônica. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2024.

GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues da; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa (orgs.). **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UnB, 2016. Disponível em: https://faclivros.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/faclivros_midiamisoginiagolpe.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Pedro Henrique. 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **Portal G1**. Brasília, 20 abr. 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GRANDIN, Felipe. Mais de 5 mil candidatos não recebem nem um voto sequer nesta eleição; mulheres representam 2/3 do total. **Portal G1**. [s.l.], 15 nov. 2020. Eleições 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/18/mais-de-5-mil-candidatos-nao-recebem-nem-um-voto-sequer-nesta-eleicao-mulheres-representam-23-do-total.ghtml>. Acesso em: 5 out 2024.

GUEDES, Octavio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. In: GUEDES, Octavio. **Blog do Octavio Guedes**. [s.l.], 27 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2024

GUERRA, Rayanderson. Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais: leia as frases. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 maio 2020. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 16 jan. 2025.

HERNÁNDEZ

, Alicia. A teoria do 'útero errante' que deu origem ao ultrapassado conceito de histeria. **BBC News Brasil**. [s.l.], 27 mar. 2024. Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx9zl98rv4jo>. Acesso em: 19 jan. 2025.

HISTÓRIA da Folha. **Folha Online**: Círculo Folha. [s.l., s.d.]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 19 12 2024

INFOGLOBO. **O Globo**: nossos produtos. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em: 19 dez. 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in Politics: 2023**. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2023-03/women-in-politics-2023>. Acesso em: 30 de nov. 2023.

JHA, Chandan K. SARANGI, Sudipta. Women and corruption: What positions must they hold to make a difference? **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 151, p. 219–233, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2018.03.021>. Acesso em: 19 nov. 2023.

JORNAL O GLOBO (Brasil). **Perfil do Jornal O Globo**. 2012. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/jornaloglobo/>. Acesso em: 27 out. 2024.

JORNAL O GLOBO. **Senadora que interpelou Flávio Bolsonaro em CPI: 'Não se pode admitir a desqualificação das mulheres' [...]**. 28 abr. 2021a. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CON3fxgDDwD/>. Acesso em: 18 out. 2024.

JORNAL O GLOBO. **Durante o depoimento do ex-ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo na CPI da Covid, no Senado, a senadora Kátia Abreu (PP-TO) fez duras críticas ao ex-chanceler, chamando-o de um “negacionista compulsivo” e “omisso” [...]**. 18 maio 2021b. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPBIZOBr9Uc/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

JORNAL O GLOBO. **Já entrou para a história das CPIs brasileiras o momento em que a senadora Simone Tebet (MDB-MS) extrai do deputado Luis Miranda a confissão que abalou o governo Bolsonaro e mudou o rumo da CPI da Covid.** [...]. 2 jul. 2021c. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQ1MWxILtkD/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

JORNAL O GLOBO. **O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prolongou na noite de quarta-feira (14) o prazo da CPI da Covid-19 por mais 90 dias** [...]. 15 jul. 2021d. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRXEdoXFRF7/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

JORNAL O GLOBO. **MACHISMO NA CPI | O clima na CPI da Covid esquentou após um bate-boca envolvendo o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, que prestou depoimento nesta terça-feira, e chamou a senadora Simone Tebet (MDB-MS) de descontrolada.** [...]. 21 set. 2021e. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUGeCtstyRg/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

JORNAL O GLOBO. **O Senado aprovou nesta terça-feira o projeto de resolução que cria um memorial na Casa para as vítimas da pandemia no Brasil, de autoria do relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (MDB-AL).** [...]. 6 out. 2021f. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUrm3jftqde/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

JORNAL O GLOBO. **O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prolongou na noite de quarta-feira (14) o prazo da CPI da Covid-19 por mais 90 dias.** [...]. 15 jul. 2021g. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRXEdoXFRF7/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

JORNALISMO profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância: Documento atualiza compromissos da *Folha* em uma era de mudança de hábitos dos leitores. Documento atualiza compromissos da *Folha* em uma era de mudança de hábitos dos leitores. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 13 mar. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/redes-sociais.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons**, Bloomington, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0007681309001232>

KEMP, Simon. **Digital 2024: Brazil**. DATAREPORTAL. 23 fev. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

LEOLINDA Figueiredo Daltro (1859 –1935): Educadora, missionária, feminista e ativista política. Educadora, missionária, feminista e ativista política. *Memória Feminista e*

Antirracista. Rio de Janeiro. [s.d.]. Texto Adaptado do verbete contido no Dicionário Mulheres do Brasil por: Emilson Gomes Junior e Schuma Schumacher. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/leolinda-figueiredo-daltro-1859-1935/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23.

LEMOS, Vinícius. 'Placar da vida' do governo estimula negacionismo por omitir realidade trágica da covid-19, dizem cientistas. **BBC News Brasil**. São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52765075>. Acesso em: 16 jan. 2025.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. **Revista Vivência**, [s.l.], n. 56, p. 252-278, 2020.

LIMA, Kevin; GARCIA, Gustavo. Simone Tebet, terceira colocada nas eleições, declara apoio a Lula no segundo turno. **Portal G1**. São Paulo/Brasília, 5 out. 2022. Eleições. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/05/terceira-colocada-nas-eleicoes-simone-tebet-declara-apoio-a-lula-no-segundo-turno.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2024.

LIMA, Samuel Pantoja (coord.) **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. 1. ed. Florianópolis : Quorum Comunicações, 2022.

LISBOA, João. **LUSTOSA, Isabel: O jornalista que imaginou o Brasil — Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774 – 1823)**. São Paulo: Unicamp, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/174882/167144>. Acesso em: 19 dez. 2024.

LOPES, Anna Júlia. Relembre declarações de Bolsonaro sobre a vacinação [...]. **Portal Poder360**, [s.l.], 17 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 18 maio 2024.

LOPES, Raquel; MACHADO, Renato. Mulheres ficam de fora de 2 a cada 3 CPIs no Senado. **Folha de São Paulo**. [s.l.], 25 jul. 2021. Política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/mulheres-ficam-de-fora-de-2-a-cada-3-cpis-no-senado.shtml>. Acesso em: 29 out. 2023.

MADEIRO, Carlos. Dia mais letal da pandemia no país em 2021 teve mais mortes que dezembro. **UOL**, Maceió, 17 Jan 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2022/01/17/dia-mais-letal-da-pandemia-no-pais-teve-mais-mortes-que-dezembro-de-2021.htm>. Acesso em: 18 maio 2024.

MARASCIULO, Marília. Bertha Lutz, a bióloga pioneira no movimento de igualdade de gênero: Cientista e ativista, ela foi responsável pela descoberta de espécies de sapo e por divulgar o movimento feminista no Brasil. **Galileu**. 8 mar. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/03/bertha-lutz-biologa-pioneira-no-movimento-de-igualdade-de-genero.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MATOS, Maria Clara. Quem é Davi Alcolumbre, apoiado por Pacheco para ser presidente do Senado. **CNN Brasil**. São Paulo, 9 jan. 2025. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-davi-alcolumbre-apoiado-por-pacheco-para-ser-presidente-do-senado/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **DALTRO, Leolinda de Figueiredo**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), [s.l.], [s.d.]. Disponível em: [DALTRO, Leolinda de Figueiredo.pdf \(fgv.br\)](#). Acesso em 29 jul de 2024.

MEMÓRIA *O Globo*: *O Globo* é lançado. **Memória O Globo**: Linha do tempo. 2013. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacutelanccedilado-9196292#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20ent%C3%A3o,O%20GLOBO%20chegou%20%C3%A0s%20bancas>. Acesso em: 29 out. 2024.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A imprensa no processo de Independência do Brasil: Hipólito José da Costa, o Correio Braziliense e as Cortes de Lisboa de 1821**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 27, n. 79, p. 187-200, jun. 2012.

MESMO proibido, parlamentares são sócios de veículos de comunicação. **SINDPRO**: Sindicato dos professores do Distrito Federal. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/mesmo-proibido-parlamentares-sao-socios-de-veiculos-de-comunicacao/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000. <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/programas-acoes/acoes-e-alternativas/teoriapoliticafeministaliberalismo.pdf>

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009. <https://www.scielo.br/j/dados/a/ZT6J5vBHs7tRCvxXNJY8F8C/>

MULHERES na Política: cinco fatos sobre a conquista do voto feminino no Brasil. **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** (TRE-GO): Memorial da Justiça Eleitoral de Goiás. [s.d.a]. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11051. Acesso em: Acesso em 29 jul 2024

MULHERES na Política: primeiro partido feminista do Brasil. **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** (TRE-GO): Memorial da Justiça Eleitoral de Goiás. [s.d.b]. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046. Acesso em: 29 Jul. 2024.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The spiral of silence: public opinion: our social skin**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

NOVAES, Marina. Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes. **El País**, São Paulo, 5 Jun. 2020. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>. Acesso em: 14 maio 2024.

O GLOBO (Brasil). Uma equipe sintonizada com as redes sociais. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 maio 2014. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/uma-equipe-sintonizada-com-as-redes-sociais-12679023>. Acesso em: 15 nov. 2024.

O GLOBO (Brasil). **Expediente**. [s.d.]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/expediente/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Paridade de gênero em Parlamentos só será alcançada em meio século. **ONU News: Perspectiva Global Reportagens Humanas**. 10 mar 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>. Acesso em 20 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Mulheres. **Relatório da ONU demanda ação global imediata para acabar com desigualdades de gênero**. ONU Mulheres, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/panorama-de-genero-2024/>. Acesso em: 5 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. **OPAS/OMS: Organização Pan-Americana da Saúde**. 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>.

OUR WORLD IN DATA. **Our World in Data**, [s.d.]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 18 maio 2024.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis,

em: <https://dpd.uem.br/lefeveg/textos/contribuicoes-feministas-para-o-estudo-da-violencia-de-genero.pdf/view>. Acesso em 21 jan. 2025.

SAIBA onde seguir O GLOBO nas redes sociais. **O Globo**. Rio de Janeiro, 6 set. 2024. Tecnologia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/guia/saiba-onde-seguir-o-globo-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SAMPAIO, Lucas. EUA atingem maior média de mortes por Covid em quase 1 ano. **Portal G1**, 27 jan. 2022. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/01/27/eua-atingem-maior-media-de-mortes-por-covid-em-quase-1-ano.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

SAMPAIO, Rafael. C.; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. E-book. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf

SANCHES, Mariana. O que é o isolamento vertical que Bolsonaro quer e por que especialistas temem que cause mais mortes? **BBC News Brasil**. Washington, EUA, 25 mar 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52043112>. Acesso em 16 jan. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 22, p. 23-32, dez. 2003. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3229>

SCHREIBER, Mariana. Rejeição de 70 milhões de doses da Pfizer por gestão Bolsonaro será novo foco da CPI da Covid. **BBC News Brasil**. Brasília, 9 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57018138>. Acesso em: 18 maio 2024.

SILVA, Bianca Maria Gonçalves e. **Ilícitos eleitorais x violência política de gênero à luz da autenticidade eleitoral**. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SOUZA, Ladyane Katlyn. **Violência política de gênero: uma análise da tipologia a partir da vivência das parlamentares brasileiras**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SUBTIL, Filipa Mónica de Brito Gonçalves. Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In: GARCIA, José Luís. (org.). **Estudos sobre os jornalistas portugueses**. Lisboa, ICS, pp. 93-108. 2009.

TENENTE, Luiza. Bolsonaro é definido como 'um dos maiores negacionistas do coronavírus do mundo' em livro didático de escolas na Noruega. **Portal G1**. [s.l.], 26 ago. 2022. Educação, p. 1-1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/26/bolsonaro-e-definido-como-um-dos-maiores-negacionistas-do-coronavirus-do-mundo-em-livro-didatico-de-escolas-na-noruega.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (Brasil). **Perfil do jornalista brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/projet/>. Acesso em: 5 out. 2024

VAN KERKHOVE, Maria. **Sadly at the end of 2023, we passed the 7 million mark for the number of #COVID19 deaths reported to [...]**. [s.l.], 11 jan. 2024. X: @mvankerkhove. Disponível em: <https://x.com/mvankerkhove/status/1745340746578727310>. Acesso em: 18 maio 2024.

VEIGA. Edison. Celina Guimarães: a história da primeira brasileira a votar. **BBC News Brasil**. Bled (SL), 10 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62100807>. Acesso em: 12 ago 2024.

VEJA quais países iniciaram a vacinação contra a Covid-19; Brasil está fora. **CNN Brasil**. [s.l.], 24 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 18 maio 2024.

VERMELHO, Sônia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BONKOVOSKI, Amanda; PIROLA, Alisson. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, jan.-mar. 2014. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 22 dez. 2024.

VERONESI, Ingrid. Tendências Digitais e Lançamentos 2023. *In: Tendências digitais e lançamentos*, mar. 2023. [s.l.]: **Comscore**, 2023. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2023/Tendencias-Digitais-e-Lancamentos-2023>.

WESTIN, Ricardo. Primeira senadora tomou posse há 40 anos e foi recebida com flor e poesia. **Arquivo S**, Brasília: Agência Senado, edição 56, 7 maio 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a-senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia>. Acesso em: 3 nov. 2023.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Todavia, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **COVID-19 deaths**. *In: WHO COVID-19 dashboard*. [s.l.], 2024. Disponível em: <https://data.who.int/dashboards/covid19/deaths?n=c>. Acesso em: 18 maio 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **COVID-19 COVID-19 epidemiological update**. [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-epidemiological-update---24-december-2024>. Acesso em: 16 jan. 2025.

YAHYA, Hanna. Jornais impressos: circulação despenca 16,1% em 2022. **Portal Poder 360**. [s.l.], 31 Jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 18 maio 2024.

APÊNDICE I

Tabela 1 - Planilha com todos os posts do jornal *Folha de S.Paulo* sobre CPI da Covid

(continua)

TODOS OS POSTS - FOLHA DE S.PAULO			
VEÍCULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	FORMATO	LINK
FOLHA DE S.PAULO	27 de abril de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COKeD9pLK9c/
FOLHA DE S.PAULO	27 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COLCUhFLKAG/
FOLHA DE S.PAULO	28 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COM8E7drdMt/
FOLHA DE S.PAULO	28 de abril de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CONDLvRrZ-4/
FOLHA DE S.PAULO	28 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CONPcbmrX6/
FOLHA DE S.PAULO	29 de abril de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COPoGI1r8Eb/
FOLHA DE S.PAULO	29 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COQivcdLRkR/
FOLHA DE S.PAULO	29 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CORVxc3ruVB/
FOLHA DE S.PAULO	4 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COd0Uil95r/?img_index=1
FOLHA DE S.PAULO	6 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COh-PDULUQ5/?img_index=1
FOLHA DE S.PAULO	6 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/COiMu_En9kK/
FOLHA DE S.PAULO	7 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COkanFqLiP/
FOLHA DE S.PAULO	8 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COoWejvriZE/
FOLHA DE S.PAULO	12 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/COx2SEwn13D/
FOLHA DE S.PAULO	12 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/COyNoRengPL/
FOLHA DE S.PAULO	12 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/COyi4xAHqKj/
FOLHA DE S.PAULO	13 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO0dlqPrweJ/?img_index=1
FOLHA DE S.PAULO	13 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CO0t4XonUiK/
FOLHA DE S.PAULO	13 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CO0ws78HvjJ/
FOLHA DE S.PAULO	13 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO1BocFL3Mh/
FOLHA DE S.PAULO	14 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CO2P5wvri-7/
FOLHA DE S.PAULO	14 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO3jR2DLIGS/
FOLHA DE S.PAULO	14 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO3qjd3LMWU/
FOLHA DE S.PAULO	15 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CO40Xi5LaBP/
FOLHA DE S.PAULO	18 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPBE5bmLqyh/
FOLHA DE S.PAULO	18 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPBu4ihnbCq/

Tabela 1 - Planilha com todos os posts do jornal *Folha de S.Paulo* sobre CPI da Covid

(continua)

FOLHA DE S.PAULO	19 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CPDIAEOLHCR/
FOLHA DE S.PAULO	19 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPDy3qRnWma/
FOLHA DE S.PAULO	19 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPEAN6Yn3oj/
FOLHA DE S.PAULO	19 de maio de 2021	Foto	https://www.instagram.com/p/CPEP-57r8pQ/
FOLHA DE S.PAULO	20 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPGIw8OHfA6/
FOLHA DE S.PAULO	21 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPi63ngLPUK/
FOLHA DE S.PAULO	21 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPJO9CcLke3/
FOLHA DE S.PAULO	21 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPJZVSQr60G/
FOLHA DE S.PAULO	23 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPQ0BE4rb7n/
FOLHA DE S.PAULO	24 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPQx8EurloG/
FOLHA DE S.PAULO	25 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPTarTnmBr/
FOLHA DE S.PAULO	25 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPTxL63n7Gz/
FOLHA DE S.PAULO	25 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPUWwUVrzYQ/
FOLHA DE S.PAULO	26 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPVY1ZZLuak/
FOLHA DE S.PAULO	26 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPV5lbPrf0W/
FOLHA DE S.PAULO	27 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CPXuAXXr-un/
FOLHA DE S.PAULO	27 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPYQ9s4HiG0/
FOLHA DE S.PAULO	27 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPYsHkXn6PI/
FOLHA DE S.PAULO	27 de maio de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPY5diwnfUM/
FOLHA DE S.PAULO	1 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPik0t9rZmh/
FOLHA DE S.PAULO	2 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CPn8dnxHK4q/
FOLHA DE S.PAULO	10 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP7_DTfLSpU/
FOLHA DE S.PAULO	10 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP8azhHL49x/
FOLHA DE S.PAULO	16 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQMUFQar-Lf/
FOLHA DE S.PAULO	16 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQMsbDrr-lj/
FOLHA DE S.PAULO	17 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQOKchqrHZX/
FOLHA DE S.PAULO	17 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQO4ALzLIj9/
FOLHA DE S.PAULO	18 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQQ_nsrDnH/
FOLHA DE S.PAULO	18 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQRb894rlQ/?img_index=1
FOLHA DE S.PAULO	20 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQW5XrKH_Hs/

Tabela 1 - Planilha com todos os posts do jornal *Folha de S.Paulo* sobre CPI da Covid

(continua)

FOLHA DE S.PAULO	22 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQbIKcAN6u3/
FOLHA DE S.PAULO	23 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQeIJgSHXrt/
FOLHA DE S.PAULO	24 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQqTlrkN9UJ/
FOLHA DE S.PAULO	24 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQhFEIxNXQE/
FOLHA DE S.PAULO	25 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQizC10nGpR/
FOLHA DE S.PAULO	25 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQj_FSHOpV/
FOLHA DE S.PAULO	25 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQkK9vGnAas/
FOLHA DE S.PAULO	26 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQlnUAeM4CC/
FOLHA DE S.PAULO	26 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQmCm-lMR_0/
FOLHA DE S.PAULO	27 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQnwVdItOIP/
FOLHA DE S.PAULO	27 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQonUritlPu/
FOLHA DE S.PAULO	27 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQpal-bNU-p/
FOLHA DE S.PAULO	29 de junho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CQssU7Gt4x/
FOLHA DE S.PAULO	29 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQt5-G2nzW5/
FOLHA DE S.PAULO	30 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQwZlZpq_1t/
FOLHA DE S.PAULO	30 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQwqh0AMxpt/
FOLHA DE S.PAULO	1 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQxn_sKil4Q/
FOLHA DE S.PAULO	1 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQyHey2DP1x/
FOLHA DE S.PAULO	1 de julho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQzA4w1Hi_C/
FOLHA DE S.PAULO	1 de julho de 2021	Foto	https://www.instagram.com/p/CQzt5DXHABv/
FOLHA DE S.PAULO	2 de julho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CQ0as35N1uT/
FOLHA DE S.PAULO	3 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ4OXDVtVXi/
FOLHA DE S.PAULO	4 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ6Z5yasubd/
FOLHA DE S.PAULO	5 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ9uNR2t8h5/
FOLHA DE S.PAULO	6 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ_ICnqtV5V/
FOLHA DE S.PAULO	7 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRCkhNOn32a/
FOLHA DE S.PAULO	7 de julho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CRCp0qEJUYY/
FOLHA DE S.PAULO	7 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRDA8lyqqKT/
FOLHA DE S.PAULO	8 de julho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CRD3dUMNOdq/
FOLHA DE S.PAULO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CREd1-EtzZD/

Tabela 1 - Planilha com todos os posts do jornal *Folha de S.Paulo* sobre CPI da Covid

(continua)

FOLHA DE S.PAULO	9 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRG9SmUtr9/
FOLHA DE S.PAULO	13 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRSNrmBtVFC/
FOLHA DE S.PAULO	14 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRU80HbDhMq/
FOLHA DE S.PAULO	15 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRXLrdBtBG-/
FOLHA DE S.PAULO	16 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRY2Qx0sPkH/
FOLHA DE S.PAULO	16 de julho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CRZIIBSDK9D/
FOLHA DE S.PAULO	17 de julho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CRbDBUet3TA/
FOLHA DE S.PAULO	17 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRb18i6DhkZ/
FOLHA DE S.PAULO	17 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRb99O0Mzoi/
FOLHA DE S.PAULO	19 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRhxaumozrS/
FOLHA DE S.PAULO	22 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRpeE9Vt-ba/
FOLHA DE S.PAULO	1 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSC86_Gt_Je/
FOLHA DE S.PAULO	2 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSFDPQEDLJr/
FOLHA DE S.PAULO	4 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSJfr3OrYsU/
FOLHA DE S.PAULO	4 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSKlKlfnHWC/
FOLHA DE S.PAULO	7 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSR-NelHxnH/
FOLHA DE S.PAULO	10 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSZbNAWtVqU/
FOLHA DE S.PAULO	11 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSWh7TqSkv/
FOLHA DE S.PAULO	12 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSfU9xSrl1i/
FOLHA DE S.PAULO	14 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSi1Xc3tLPi/
FOLHA DE S.PAULO	17 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSshisLS2b/
FOLHA DE S.PAULO	18 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSvGKxPLLZo/
FOLHA DE S.PAULO	2 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CTUplIDqsZ7/
FOLHA DE S.PAULO	5 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CTdZTq1rNLK/
FOLHA DE S.PAULO	17 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CT631xuLqMt/
FOLHA DE S.PAULO	17 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CT7OLkHMGik/
FOLHA DE S.PAULO	20 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUDxGZKrUvx/
FOLHA DE S.PAULO	21 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUFwH1Dt4_k/
FOLHA DE S.PAULO	21 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUGKlFXhmLr/
FOLHA DE S.PAULO	22 de setembro de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CUHeneVi6Jn/

Tabela 1 - Planilha com todos os posts do jornal *Folha de S.Paulo* sobre CPI da Covid

(continua)

FOLHA DE S.PAULO	22 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUI2DLELWci/
FOLHA DE S.PAULO	23 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUKcBIHs_0d/
FOLHA DE S.PAULO	23 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CULOviEi0fi/
FOLHA DE S.PAULO	27 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUVVwUDSLvgs/
FOLHA DE S.PAULO	28 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUYqCSfMNZ5/
FOLHA DE S.PAULO	29 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUZyboBrvPO/
FOLHA DE S.PAULO	29 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUaYvbiMVY0/
FOLHA DE S.PAULO	29 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUa4P2VMuey/
FOLHA DE S.PAULO	29 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUbDaEKMTv8/
FOLHA DE S.PAULO	30 de setembro de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CUCe8w6ANVj/
FOLHA DE S.PAULO	30 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUDUDfrLGeN/
FOLHA DE S.PAULO	5 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUptLOvsyix/
FOLHA DE S.PAULO	7 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUvt_4-rb-X/
FOLHA DE S.PAULO	7 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUvnG5ts9ON/
FOLHA DE S.PAULO	9 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUz5VHetTuP/
FOLHA DE S.PAULO	10 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CU2api7IEva/
FOLHA DE S.PAULO	10 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CU3aOA_NrkP/
FOLHA DE S.PAULO	10 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CU3hHr2KDNd/
FOLHA DE S.PAULO	17 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVIMQUZrGAz/
FOLHA DE S.PAULO	18 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVL5C4wFr9U/
FOLHA DE S.PAULO	18 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVL7JErpuzy/
FOLHA DE S.PAULO	19 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVOnD8QFALP/
FOLHA DE S.PAULO	20 de outubro de 2021	Foto	https://www.instagram.com/p/CVP9SfvrIKZ/
FOLHA DE S.PAULO	20 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVQ44NXr0Ts/
FOLHA DE S.PAULO	20 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVQ_8SkNIVQ/?img_index=1
FOLHA DE S.PAULO	21 de outubro de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CVSO1trhsFz/
FOLHA DE S.PAULO	21 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVTCLC6Libm/
FOLHA DE S.PAULO	23 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVYaJz-ppbW/
FOLHA DE S.PAULO	24 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVbfK_zLAH7/
FOLHA DE S.PAULO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVfRODYLNIQ/
FOLHA DE S.PAULO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVfzVdetiRQ/
FOLHA DE S.PAULO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVf0ZJXNGfi/
FOLHA DE S.PAULO	26 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVf3T7Aqb0T/
FOLHA DE S.PAULO	26 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVf82wcvi1O/
FOLHA DE S.PAULO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVqqrLiQpg/
FOLHA DE S.PAULO	27 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVh-yJHrSTS/

APÊNDICE II

Tabela 2 - Posts do jornal *Folha de S.Paulo* sobre CPI da Covid com menções às senadoras.

POSTS COM AS SENADORAS - FOLHA DE S.PAULO			
VEÍCULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	FORMATO	LINK
FOLHA DE S.PAULO	25 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQkK9vGnAas/
FOLHA DE S.PAULO	4 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSJfr3OrYsU/
FOLHA DE S.PAULO	21 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUGKIFXhmLr/
FOLHA DE S.PAULO	22 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUI2DLELWcj/

APÊNDICE III

Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid

(continua)

TODOS OS POSTS - O GLOBO			
VEÍCULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	FORMATO	LINK
O GLOBO	26 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COIj3-zLrPp/
O GLOBO	26 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COJE_KBnTp/
O GLOBO	27 de abril de 2021	Foto capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COKogQ_rrSE/
O GLOBO	27 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COLZ96DrkaB/
O GLOBO	28 de abril de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CONNxbtr3-v/
O GLOBO	28 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CONXFACrKNx/
O GLOBO	28 de abril de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CONnbqirgaD/
O GLOBO	28 de abril de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CON3fxqDDwD/
O GLOBO	2 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COYbrclLKgb/
O GLOBO	4 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CODAgs8rbXC/
O GLOBO	4 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COdiGakL9C5/
O GLOBO	4 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COdlTBwLRgZ/
O GLOBO	4 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COdzfTXrubp/
O GLOBO	4 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COd0leGL-4T/
O GLOBO	5 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COFQJUyLDDq/
O GLOBO	5 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COFqrTkLaSM/
O GLOBO	5 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COqAnoPLPDL/
O GLOBO	6 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COhzKrR9tz/
O GLOBO	6 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COh-HlsrU6m/
O GLOBO	6 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COIs6yrNCq/
O GLOBO	6 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COiCiPcLFvX/
O GLOBO	7 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COk0-y7Limi/
O GLOBO	7 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COk-rGQNLqs/
O GLOBO	8 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COmntitLZwU/
O GLOBO	8 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CONwsdnr-ef/
O GLOBO	8 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COoMHsxL_wf/

Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid

(continua)

O GLOBO	11 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COv6qUilOOp/
O GLOBO	12 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COxQU1Lr-0D/
O GLOBO	12 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COyCqNWLHNX/
O GLOBO	12 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COySMteJcUq/
O GLOBO	12 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/COyYaWopxZl/
O GLOBO	13 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/COz1sNqrDBI/
O GLOBO	13 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO0TyBnLfYH/
O GLOBO	13 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO0o3uKrxUu/
O GLOBO	13 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO0vkqhrdLF/
O GLOBO	13 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO02XSILrB3/
O GLOBO	14 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO3K7-xrF-5/
O GLOBO	14 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO3pVA4ri7I/
O GLOBO	15 de maio de 2021	Foto	https://www.instagram.com/p/CO5mPsZtrP7/
O GLOBO	17 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CO_SZBfL9WA/
O GLOBO	18 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPBSpYXrqeV/
O GLOBO	18 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPBiZOB9Uoc/
O GLOBO	18 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPCP3S7r0_Q/
O GLOBO	19 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CPDSzHKr5DY/
O GLOBO	19 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPDqKOPLTml/
O GLOBO	19 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPDv4KXLi1S/
O GLOBO	19 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPExMxfrFzM/
O GLOBO	19 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPExOy2Lanp/
O GLOBO	19 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPE2lr1rvy5/
O GLOBO	20 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CPFvnZDLi3J/
O GLOBO	20 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPGcj34Lx_J/
O GLOBO	21 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPJ-4fNzRe/
O GLOBO	24 de maio de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CPQLEbhLhdM/
O GLOBO	25 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPUMtCzLtfM/
O GLOBO	26 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPV1mYiLV7I/
O GLOBO	26 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPV9zsrROS/

Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid

(continua)

O GLOBO	27 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPYdhy7L0ti/
O GLOBO	27 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPY7NGaLdKE/
O GLOBO	28 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPbsMFuLqeC/
O GLOBO	2 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPnznRNrsZa/
O GLOBO	4 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPtdZ08LEdK/
O GLOBO	6 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPycY_QrvBJ/
O GLOBO	7 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP1M3zcLJSj/
O GLOBO	8 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP3W6fhrYdA/
O GLOBO	8 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP39Xu2L15z/
O GLOBO	9 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP554turtuk/
O GLOBO	9 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP6lrLELJ5/
O GLOBO	10 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP8dh0nrLW4/
O GLOBO	10 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP8rcimLXxj/
O GLOBO	10 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CP9Z5SQLP8n/
O GLOBO	14 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQGvsBILBpv/
O GLOBO	16 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQMFBc4Llr8/
O GLOBO	16 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQMLkPBBrJUN/
O GLOBO	20 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQW9u3fJcR4/
O GLOBO	23 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQfAt8bLIDC/
O GLOBO	24 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQqIGBft5Nb/
O GLOBO	27 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQo6uiAL62h/
O GLOBO	28 de junho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CQqRISarDaz/
O GLOBO	29 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQs-q0NtJ5K/
O GLOBO	29 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQtoUEKIXQc/
O GLOBO	30 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQv6xN0tvKS/
O GLOBO	30 de junho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQwf_9QHW4k/
O GLOBO	30 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQwZCV7r4K7/
O GLOBO	30 de junho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQwtrtcr2Oq/
O GLOBO	1 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQx8pwlrVhR/
O GLOBO	1 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQyZuGQreUR/

Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid

(continua)

O GLOBO	1 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQvq4mhrXrn/
O GLOBO	1 de julho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQypTzftiuJ/
O GLOBO	1 de julho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CQyz1AqDFXq/
O GLOBO	1 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQy2wBmLbHx/
O GLOBO	2 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ0umQML1sZ/
O GLOBO	2 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ1MWxILtkD/
O GLOBO	2 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ1oIGNt243/
O GLOBO	3 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ34O7zrRvq/
O GLOBO	4 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ6h96aLOqS/
O GLOBO	6 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ-0n6MLF3U/
O GLOBO	7 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRCEfUTrIDj/
O GLOBO	7 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRCKrFkLJur/
O GLOBO	7 de julho de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CRcmXTBpGh1/
O GLOBO	7 de julho de 2021	Carrossel informativo	https://www.instagram.com/p/CRcCvCXTL6oX/?img_index=1
O GLOBO	7 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRc79vwrGJq/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CRECxstr4Z1/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CREGvZxLZE3/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CREOuqYrQAq/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRET0xerwLf/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CREhybzrQta/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRE9bGxj_iN/
O GLOBO	8 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRFINY0rMw5/
O GLOBO	9 de julho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CRGmoy6rcT5/
O GLOBO	9 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRGzamkL7M7/
O GLOBO	9 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRHk2ytrAbK/
O GLOBO	10 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRJ0enHHtFX/
O GLOBO	11 de julho de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CRL7Pr-LfID/
O GLOBO	11 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRMm_LtnVUq/
O GLOBO	15 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRXEdoXFRF7/
O GLOBO	16 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRZSZRetKRJ/

Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid

(continua)

O GLOBO	19 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRqbO6Tteh9/
O GLOBO	19 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRqhuWmtTRT/
O GLOBO	20 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRj_PxqJcCI/
O GLOBO	21 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRmDx0atP0s/
O GLOBO	22 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRo0_iuN7ni/
O GLOBO	22 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRpM3GLMK-y/
O GLOBO	23 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRr4iQvpopX/
O GLOBO	3 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSH_i4TrLks/
O GLOBO	4 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSKrhOajOLh/
O GLOBO	11 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CScI3oYIF6A/
O GLOBO	11 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSc0Vr5sFfa/
O GLOBO	12 de agosto de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CSfJkPAJGYO/
O GLOBO	17 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSrypiNnpAc/
O GLOBO	18 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSue2dUs_J8/
O GLOBO	19 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CSxXyKkAICM/
O GLOBO	23 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CS8lq-RNsLb/
O GLOBO	28 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CTIGej7rBU7/
O GLOBO	30 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CTNlcCCLKJq/
O GLOBO	31 de agosto de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CTPQ1miNcDs/
O GLOBO	15 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CT2Yf6irZq1/
O GLOBO	15 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CT2md3mr0oK/
O GLOBO	16 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CT47ZuVLIYE/
O GLOBO	18 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CT-cEHIMW1r/
O GLOBO	19 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUAp3KMNB3_/
O GLOBO	21 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUFrYeKL47h/
O GLOBO	21 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUF0lNgJDK1/
O GLOBO	21 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUGeCtstyRq/
O GLOBO	22 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUH7KiPLEIN/
O GLOBO	22 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUloxEkr73S/
O GLOBO	23 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUKseWhLQsJ/

Tabela 3 - Planilha com todos os posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid

(continua)

O GLOBO	23 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUK299vOiI/
O GLOBO	24 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUM-LLxLpUe/
O GLOBO	24 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUOiDOMN_6L/
O GLOBO	27 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUVqcgFrXpt/
O GLOBO	28 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUYKzWGLoUn/
O GLOBO	28 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUYZEtJi_8T/
O GLOBO	28 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUYno8nL5S8/
O GLOBO	28 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUY1QvyLQIN/
O GLOBO	29 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUaqY9zrR0f/
O GLOBO	29 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUaukMJLve1/
O GLOBO	30 de setembro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUc069wL_9C/
O GLOBO	30 de setembro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CUdRBxFjDxm/
O GLOBO	2 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUiZOvQLZ3D/
O GLOBO	5 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUpubduLSie/
O GLOBO	6 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUrm3iftqde/
O GLOBO	6 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUsabkxtwJS/
O GLOBO	6 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUIV588No4d/
O GLOBO	7 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUu5dztL4-5/
O GLOBO	8 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUXtIWIJt_iZ/
O GLOBO	9 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUzp3yyrqhW/
O GLOBO	10 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CU2U3FJrLYJ/
O GLOBO	11 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CU5U19vr0fW/
O GLOBO	18 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVKw1i_rxV-/
O GLOBO	18 de outubro de 2021	Foto da capa do jornal	https://www.instagram.com/p/CVKp8D-rUth/
O GLOBO	18 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVLfUhpPlye/
O GLOBO	19 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVN6jM9LDdC/
O GLOBO	19 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVO2hj6Nm0m/
O GLOBO	20 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVRGwgqDF5Nz/
O GLOBO	21 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVS4EUTLriC/
O GLOBO	25 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVde-Z8jx2C/
O GLOBO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVfnZ9KqKhr/
O GLOBO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVf0QlwKBed/
O GLOBO	26 de outubro de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CVf6qqbKz-4/
O GLOBO	26 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVqq3octH4F/
O GLOBO	27 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CVh9STeDQ4a/

APÊNDICE IV

Tabela 4 - Posts do jornal *O Globo* sobre CPI da Covid com menções às senadoras.

POSTS COM AS SENADORAS - O GLOBO			
VEÍCULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	FORMATO	LINK
O GLOBO	28 de abril de 2021	Reel	https://www.instagram.com/p/CON3fxgDDwD/
O GLOBO	18 de maio de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CPBIZOB r9Uc/
O GLOBO	2 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CQ1MWx ILtkD/
O GLOBO	15 de julho de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CRXEdoX FRF7/
O GLOBO	21 de setembro de 2021	Vídeo	https://www.instagram.com/p/CUGeCtst yRg/
O GLOBO	6 de outubro de 2021	Foto com frase	https://www.instagram.com/p/CUrm3jftg de/